



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Do Potencial Estratégico da Vontade: Do Caracter da Liderança e da Cultura Nacional

Autor: Nuno Gonçalo Barahona Sofio Alfacinha de Brito

Orientador: Professor Associado e com Agregação Doutor Heitor Barra
Romana

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre
em Estratégia**

Lisboa Fev/2014

VALORIZAMOS PESSOAS

”Por isso, quem conhece o inimigo e se conhece a si mesmo em cem batalhas nunca será derrotado. Quem não conhece o inimigo, mas se conhece a si mesmo, terá iguais probabilidades de vitória e de derrota. Quem não conhece o inimigo nem se conhece a si mesmo será derrotado em todas as batalhas.”¹

Sun tzu

¹ TZU, Sun, *Arte Da Guerra*, 4ª Edição, Coisas de Ler, Queluz, 1994, op. cit., p.35

Índice

Agradecimentos.....	4
Resumo	5
Justificação do Tema e Metodologia	5
1. Introdução.....	10
2. Do Poder	14
3. Da Guerra.....	21
4. Da Estratégia	26
5. Da Globalização	34
6. Da Formação e Construção da Nação e do Estado	40
6.1 Da Cultura Nacional.....	40
6.2 Da Ideologia.....	62
6.3 Da Nação.....	64
6.4 Do Nacionalismo.....	70
6.5 Da Identidade Nacional	83
6.6 Do Estado	89
6.7 Da Segurança Nacional.....	99
6.8 Da Cultura Estratégica.....	104
7. Da Liderança	110
9. Conclusão.....	130
Bibliografia	135

Agradecimentos

Ao meu querido filho Lourenço, por tudo. Aos meus Pais pelo apoio que me deram, e pelo tempo que não lhes pude dar. Aos meus amigos pelo apoio e pela amizade.

Ao Exmo. Senhor Professor Doutor Heitor Barra Romana, pela forma sábia e entusiástica com que me mobilizou e orientou para este trabalho, pelo seu saber, pelo seu conhecimento e pela sua disponibilidade.

Ao Exmo. Senhor Professor Doutor Almirante António Silva Ribeiro, pela forma entusiástica com que me mobilizou em várias disciplinas da Estratégia, disciplinas essenciais para o exercício desta investigação, pelo seu saber, conhecimento e pela sua disponibilidade.

Agradeço também a todos os outros Professores com quem tive o privilégio e honra de receber aprendizagem e de uma constante troca ideias, por isso agradeço à Exma. Senhora Professora Doutora Teresa Almeida e Silva, à Exma. Senhora Professora Doutora Sandra Balão, ao Exmo. Senhor Professor Doutor António Marques Bessa, ao Exmo. Senhor Professor Doutor Pedro Borges Graça, ao Exmo. Senhor Professor Doutor Miguel Pereira Lopes, ao Exmo. Senhor Professor Doutor Carlos Gonçalves Pereira e ao Exmo. Senhor Professor Doutor António Rebelo de Sousa e ao Exmo. Senhor Professor Doutor Carlos Piteira.

A todos os Professores Doutores do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas com quem tive o privilégio e a honra de contactar.

Aos meus ilustres colegas, pela forma como contribuíram diariamente para uma grande aprendizagem comum.

A todos muito obrigado!

Resumo

Esta investigação visa demonstrar que para se concretizarem objectivos definidos e fixados pela política, de acordo com os interesses de qualquer Estado-Nação, é necessário considerar os elementos intangíveis como a *Vontade* e o *Carácter* outrora invocados por Sun Tzu, Clausewitz, Maquiavel ou Ray S. Cline na sua *Equação do Poder do Estado*.

Neste contexto, observamos a importância do Poder, da Guerra, da complexidade sistémica, do fenómeno da Globalização e das ideologias globais que requerem, no nosso entender, a máxima atenção, apreensão, compreensão e cautela, tendo em conta a influência que provocam nas estruturas sistémicas das culturas nacionais.

Aos estrategas, salienta-se a necessidade incondicional de se conhecer, em profundidade, a essência e a origem dos Estados, das Nações, do culto do nacionalismo, da identidade e da segurança nacional, porque é através deste conhecimento que se conhece o *Carácter* da Liderança e da Cultura Nacional de um Estado-Nação, e assim se determina a dimensão do potencial estratégico da *Vontade* de um povo.

Palavras Chave: *Vontade*, *Carácter*, *Estratégia*, *Globalização*, *Cultura*, *Estado*, *Nação*, *Nacionalismo*, *Identidade Nacional* e *Liderança*.

Justificação do Tema e Metodologia

Na avaliação do potencial estratégico, importa considerar valores tangíveis e valores intangíveis. Os valores intangíveis são subjectivos, por isso, são aqueles que transferem, na nossa opinião, um maior interesse pelas diferentes opiniões e pelas práticas ou omissões. Neste sentido, esta investigação tem 3 grandes objectivos a defender:

- 1) O potencial estratégico da *Vontade* é determinado pelo carácter da Liderança e da Cultura Nacional?
- 2) É possível a qualquer Estado-Nação perpétuar a sua historicidade, preservando e construindo uma estratégia de Cultura Nacional de identidade nacional unificadora constante?
- 3) É possível introduzir novas dinâmicas estruturais na cultura nacional de qualquer Estado-Nação, e, com isso, preparará-los para os novos desafios, mantendo a sua estrutura de base sólida e intocável?

Sustenta-se esta tese recorrendo ao que foi confinado a digníssimos estratégias como Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, bem como a inclusão do conceito “intangível” da *Vontade* por Ray S. Cline, bem como de outros digníssimos autores como, Raymond Aron, Anthony Smith, Edgar Shein, Jack Snyder, António Silva Ribeiro, entre outros, que perpetuaram a *Vontade* como um elemento estratégico na equação do poder do Estados-Nação. Na estratégia, mas também no dia-dia, é corrente ouvir falar da *Vontade* e de *Carácter*, porém, cremos que a sua utilização caiu numa normalidade, por vezes turva, sem senso, sem sentido, pouco explorada e pouco valorizada.

Ora, todos os digníssimos que atrás mencionei, entre outros, que por várias vezes invocaram a *Vontade* como uma força divina de um povo, Interpretar-se, por isso, a *Vontade* como a capacidade de resiliência de qualquer Estado-Nação no que diz respeito, por um lado, à sua forma de agir sobre uma determinada estratégia, e por outro lado, reagir às adversidades sucessivas que estão indexadas à complexidade sistémica actual, às crises, ao risco e às complexas relações entre Estados-Nações.

Neste sentido, tendo em conta o momento que vivemos e pela observação diária, não só no Estado-Nação do qual faço parte, mas também pela complexidade do quadro mundial, tendo em conta o fenómeno da globalização, a liberalização de capitais, acessibilidade, tecnologia, entre tantos outros fenómenos, deparamo-nos numa tensão sistémica que, obviamente, teria que causar disrupções, fissuras e fracturas, essencialmente quando a ideologia económica, prevalece superior à política e utiliza a retórica da sociedade de consumo.

Ora, esta complexidade, que adiante se explicará, provocou disrupções estruturais ao nível das culturas nacionais, como se as adormecesse ou até, em certos casos, as aniquilasse, pela velocidade dos fenómenos e pela ocupação permanente que o sistema proporciona, não permitindo criar espaço temporal para que qualquer comum cidadão possa pensar na sua direcção, levando-o a concentrar-se, apenas e só, no agora. Se por um lado, este sistema trouxe muitos pontos positivos, como a responsabilidade da construção de uma classe média, um notório sentido de investigação e progresso em inúmeras soluções para fazer face às dificuldades, desde a saúde, a tantas outras áreas tecnológicas. Por outro lado, originou também um nível de conforto sustentado na materialização, no ter, ignorando-se o ser, criando estádios amorfos, adormecidos e, por vezes, estáticos, o que é francamente problemático, quer ao nível das culturas nacionais, quer ao nível do carácter das lideranças que, como defendo, detém nas suas mãos o destino de Estados-Nação e bem assim dos seus povos.

Neste sentido, a escolha deste tema teve como base relacionar a Disciplina da Estratégia com a Vontade, de forma a que seja possível avaliar, aquando da elaboração da Estratégia, a identidade, os valores, os princípios, a moral, a ética, o carácter e, por consequência, a Vontade comum, de qualquer Estado-Nação. É por isso que tantos autores, digníssimos sábios no estudo e na investigação, quer do âmbito da ciência política, como no âmbito da ciência social e antropológica, estão a fazer uma espécie de “recall” sobre a problemática de temas como a Identidade, a Nação, o Nacionalismo e a Cultura.

Este exercício foi também um desafio à combinação das disciplinas da Estratégia, como a Teoria da Estratégia, Planeamento Estratégico, Avaliação do Potencial Estratégico, Geopolítica, Gestão de Crises, Informações Estratégicas, Técnicas de Tomada de Decisão, Liderança Estratégica, Estratégia Nacional, História da Guerra, Novas Ameaças, entre outras.

Esta investigação é também um exercício essencial para o Estudo da Estratégia, no sentido em que foi feita uma interacção entre várias disciplinas como a Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, Antropologia.

Importa também evidenciar que não se trata de procurar algum acerto de verdade absoluta. Pelo contrário, procura-se contribuir para que todos em geral, desde a comunidade científica, aos líderes governamentais ou de organizações, aos cidadãos interessados, possam atender a que os valores subjectivos e intangíveis são provavelmente os mais importantes a considerar em qualquer estratégia. É neste sentido que esta tese procura demonstrar que a *Vontade* de um povo é determinada pelo carácter da Liderança e da Cultura Nacional. Questão que se procura defender e justificar ao longo da dissertação.

No que diz respeito à metodologia técnica desta investigação, e derivado à complexidade do tema, e à sua interdisciplinaridade e à sua relação com a *Estratégia*, foi utilizado o método dedutivo, por se julgar ser o mais adequado ao tema que aqui é tratado. Neste sentido, o método de trabalho seguiu uma investigação qualitativa através de pesquisa bibliográfica. Levou-se em conta a explicitação de conceitos e teorias determinantes para a investigação, por forma a evidenciar a problematização da importância do potencial estratégico da vontade, procurando uma correlação e um entrusamento permanente entre o objecto de estudo e a sustentabilidade teórica.

Toda a metodologia de investigação teve como objectivo responder à problemática evidenciada pela dissertação. Nesse sentido, foram realizadas leituras exploratórias a obras literárias, documentos e artigos científicos, cujo o objectivo visou garantir que se assegurasse a qualidade na análise e reflexão da problematização, bem como a justificação da mesma.

Obtiveram-se dificuldades relativas na procura de literatura, cujo objectivo visaria a explicação do conceito da *Vontade e do Carácter*, facto que se estranha, tanto na literatura disponível em obras, artigos científicos, como em vários dicionários de ciência política, porque não surge, a explicação de tais conceitos, e que tanto foram utilizados por Sun Tzu, Clausewitz, Maquível, Ray S. Cline entre tantos outros. Este factor, visou contribuir para o desenvolvimento deste trabalho, pelo que, julgamos ser uma mais valia, não só para a comunidade científica, mas para a comunidade em geral, para quem manifestar interesse nestas matérias,

bem como todos aqueles que possam avaliar a importância da liderança e da cultura, na vontade de um povo na sustentação e na defesa de Estado.

Estranhou-se, também, o facto de não existir literatura actual orientada para a liderança política, sendo necessário recorrer, para a sua explicitação, aos clássicos como Sun Tzu, Clausewitz e Maquiavel. A restante literatura utilizada na óptica das empresas foi também utilizada, por se julgar ser perfeitamente aplicável à nossa investigação pela sua transversabilidade.

Justifica-se também a utilização de sistemática de *Estado-Nação*, por se entender, como adiante se verificará, que o Estado, não vive sem a Nação e o Estado é reconhecido como a figura corporativa e institucional. Como tal, enquanto existência corporativa, entende-se que o Estado não existe, sem a corporização da Nação, como adiante se sustentará.

Em relação à cultura, as observações e explicações são, per si, inúmeras e estratificadas. As explicações, na sua essência, pareceram em tudo idênticas, com as mesmas bases de princípios. Por isso, optamos pelo conceito de Cultura Nacional, que consideramos uma macrocultura inserida numa perspectiva de um Estado-Nação, ou uma sub-cultura de um sistema ideológico internacional, como é exemplo, a *Sociedade de Consumo*. Por isso, o objecto de estudo centrou-se na Cultura Nacional por se entender que é aquele que, na sua génese, justifica o Estado-Nação e a sua razão de ser.

A Nação e o Nacionalismo são dois conceitos amplamente explorados, cujo objectivo visou justificar a Cultura Nacional. Ou melhor, entrusar pelas sucessivas teorias apresentadas que a origem do Estado é a Nação, o meio, é o Nacionalismo, ou seja, a praxis da Cultura Nacional que os líderes definem como estratégica na defesa dos interesses nacionais.

Foi utilizado o sistema de notas de rodapé, de forma a identificar os momentos de recurso ou sustentação teórica do que se defende, quer no que respeita à justificação através de ideias, quer no suporte através do recurso às citações.

Foram produzidos esquemas, que visaram resumir e evidenciar visualmente a conjugação de algumas teorias, conjuntamente associada à

concepção sobre o entrusamento, bem como a envidênciadas respostas e as justificações sobre o objecto em análise.

Foram utilizadas imagens para envidenciar, reforçar e clarificar ideias apresentadas.

A bibliografia utilizada está reportada no final do trabalho e divide-se em Literatura, artigos científicos e web.

1. Introdução

A *Vontade* e o *Carácter* são valores subjectivos e intangíveis, e que por isso, devem ser, no nosso entendimento, objecto de análise e reflexão para que se poder avaliar o potencial estratégico de qualquer Estado-Nação. No entanto, como fora anteriormente mencionado, foram observadas algumas dificuldades na obtenção de uma explicação concreta sobre a *Vontade*. Neste contexto, a explicação do conceito da *Vontade* não surge em vários dicionários de ciência política, facto que se estranha, por ter sido tão usado por Sun Tzu, Clausewitz, Maquível, Ray S. Cline, entre tantos outros. Por esta razão, decidiu-se recorrer a um dicionário para encontrar explicações concretas para que, doravante, possamos entender o que quer dizer, afinal, a *Vontade*.

A vontade² *provém do latim; voluntas, -atis; quer dizer;*

1. *Faculdade comum ao homem e aos outros animais pela qual o espírito se inclina a uma acção.*
2. *Desejo.*
3. *Acto de se sentir impelido a.*
4. *Ânimo, espírito.*
5. *Arbítrio, mando, firmeza de carácter.*
6. *Zelo, interesse, empenho.*

² "**vontade**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/vontade> [consultado em 25-01-2014].

Em relação ao *Carácter*³ *provém do latim; át ou áct; character, -eris; e significa;*

1. *O que faz com que os entes ou objectos se distingam entre os outros da sua espécie.*
2. *Marca, cunho, impressão.*
3. *Qualidade distintiva.*
4. *Índole,*
5. *génio.*
6. *Firmeza.*
7. *Dignidade.*

A *Teoria do Carácter Nacional* foi defendida por David McClelland e é absolutamente determinante para aferir e justificar as diferenças de desenvolvimento e sub-desenvolvimento de uns Estados-Nações em relação a outros; como notou Romana ⁴“...é o factor mais determinante na classificação de uma sociedade como desenvolvida ou subdesenvolvida. Esta teoria exemplifica com os casos do Japão e da Alemanha., que sendo nações derrotados na 2ª Guerra mundial conseguiram transformar-se num dos sete países mais poderosos do mundo.”

Ora, tanto a Vontade como o carácter, serão permanentemente invocados ao longo desta investigação, por estarem, directamente ligados tanto à Cultura Nacional como à Liderança de qualquer Estado-Nação. Foi observado também o Poder, enquadrado no domínio, na capacidade e na vontade de uns sobre outros. Neste contexto, analisamos também marcos importantes para a evidência do nosso tema, como a equação de Ray-S. Cline, embora hoje incompleta e com algumas subjectividades, no meu entender, permite ainda assim, ser um ponto de partida para aferir onde entra a Vontade no Poder de um Estado-Nação.

O mundo atravessa um processo civilizacional que deriva em boa parte do fenómeno da *Globalização*, que adiante exploraremos. Porém, nota-se que este fenómeno é *"utilizado para designar o processo segundo o qual a informação, as imagens e os bens/produtos originários de uma nação em particular ou de uma zona do planeta, entram numa corrente*

³ "character", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/caracter> [consultado em 29-01-2014].

⁴ ROMANA, Heitor, Apontamentos Sobre Cooperação, Desenvolvimento E Mudança:Um Enfoque Antropológico E Organizacional, vo.11, nº1/2(1989), p191-234, op.cit., p.202

global beneficiando para tal. Por exemplo, do crescimento das empresas transnacionais, da televisão por satélite e, mais recentemente, da internet."⁵

Actualmente, a Globalização poderá ser a fusão no seu expoente máximo, da ideologia Imperialista. Importará mencionar que a União Europeia, os Estados Unidos da América, o crescimento dos BRICS⁶ no quadro internacional, bem como a introdução do Euro, a influência da tecnologia, dos factores energéticos, dos meios de comunicação, a livre circulação de capitais, acabaram a ser instrumentos chave, na introdução de um novo quadro geopolítico, com ritmo muito intenso, com fracturas constantes no sistema, que requer uma avaliação permanente ao nível do enquadramento estratégico.

Torna-se, assim, imperativo também compreender que a dinâmica mundial, exige um momento de paragem e reflexão para qualquer cidadão, quanto mais a estratégias, cujo a demanda está na determinação de uma estratégia, sabendo que a dinâmica dos acontecimentos é elevada, a competitividade está sempre a quebrar barreiras, e que as relações humanas são complexas, acrescido de Estados em estádios completamente diferentes.

Compreender a envolvente sistémica e aberta dos Estados-Nação, conduz à defesa de que a cultura é o berço nacional. É absolutamente determinante criar condições, para que cada Estado-Nação, consiga viver sobre a permanentes influências e choques de outras Macro-culturas, que tendem a provocar alterações sistemáticas, podendo levar à dissipação da identidade nacional. Por outro lado, a cultura não pode ser estanque, como adiante notaremos, devendo ser feito um equilíbrio entre a historicidade, os mitos, símbolos, crenças, ética, princípios, valores, moral, rituais de forma a que seja possível manter uma cultura que respeite a sua historicidade, defensável pelo carácter do líder de qualquer Estado-Nação, bem como, a capacidade para introduzir novos padrões culturais, por forma a ter uma constante capacidade de adaptação em relação à complexidade sistémica.

Por outro lado, os Estados-Nação podem construir uma *Vontade* própria se tiverem uma liderança de carácter, esclarecida e orientada para o culto da sua historicidade, das suas raízes, do seu culto, das suas

⁵ BALÃO, Sandra, *A Matriz do Poder*, MGI Portugal, Lisboa, op. cit., p. 96

⁶ Brasil, China, Índia e Rússia

famílias, na sua relação com o culto dos mortos, com os seus heróis, os seus mitos, os seus rituais e com as suas práticas. Resumindo, pela identificação e pelo carácter da sua cultura nacional e pelo reconhecimento da sua liderança.

Evidencia-se que, como adiante se sustentará, o *Estado* corporiza a *Razão*, com o seu valor político, que se desdobra na Ética institucional, corporativa e normativa; e a *Nação*, corporiza a *Emoção*, que se desdobra na Alma, na Moral, no Carácter e na Vontade, elementos que aqui observamos. Não temos certezas, mas temos convicções sustentadas, que nos levam, como observaremos, a conjugar este fenómeno desta forma, correlacionada, em que um não vive sem o outro. Dai que, doravante, por se entender isso mesmo, se utiliza o termo Estado-Nação.

Neste sentido, salientamos também, a importância e a capacidade de liderança na elaboração da visão, na definição e na implementação da Estratégia de qualquer Estado-Nação.

Como iremos também observar, a representação cenários através hipertexto quântico ou representação de cenários através de Teias Mórficas⁷, estratificando vários níveis de interacção sistémica e de efeitos colaterais, disruptivos que possibilitam uma visão sobre as fragilidades e as oportunidades enérgicas do sistema político, económico, social e cultural, bem como desastres naturais, epidemias e pandemias e o surgimento das novas guerras tendo em conta a complexidade sistémica.

Por outro lado, a história demonstra que a cultura nacional é dinâmica, redefine-se, cria-se, transforma-se, mas nunca se perde a sua historicidade, a sua essência, a sua razão de ser, bem com a sua identidade. Este feito não será obra do acaso. Neste sentido, existiram e existem, no nosso entender, grandes líderes que foram e são determinantes na definição de um quadro estratégico, cujo o objectivo, visava e visa, o atingimento dos objectivos dos Estado-Nação. É a diferença entre os grandes Estados e os pequenos Estados, tendo em conta o poder que lhes é conferido e reconhecido internacionalmente, não no seu tamanho ou dimensão, no carácter da sua liderança, no carácter e

⁷ As teias mórficas foram introduzidas enquanto noção no seio da matemática, por Gonçalves e Madeira (2009) no artigo "A Systems Theoretical Formal Logic for Category Theory" para o desenvolvimento de uma lógica formal baseada na teoria dos sistemas enquanto suporte fundamental à chamada teoria das categorias (ramo da matemática que lida com sistemas de objectos e morfismos obedecendo a um conjunto de propriedades algébricas em relação à composição de morfismos). A proposta de Gonçalves e Madeira foi então introduzida como base para a investigação acerca dos fundamentos da matemática do risco por Gonçalves (2010). <https://sites.google.com/site/quantumcomplexity/analise-de-cenarios-e-risco>

vontade do seu povo, elemento absolutamente determinante no exercício e na implementação da estratégia.

2. Do Poder

Como elemento fundamental do nosso estudo, é inevitável que se estabeleça uma relação entre o Poder, a Vontade e o Carácter. Neste sentido, Poder pode ser definido como; *"...uma dimensão de todas as relações humanas; É uma noção prática se comparada com a autoridade"*⁸. Para Max Weber o; *"Poder consiste na probabilidade de uma pessoa conseguir realizar um objectivo individual numa acção comum."*⁹ Para o politólogo americano R. Dahl, o poder é; *"...a possibilidade de um actor A se impor a um actor B, gestos que o último não faria sem a influência A."*¹⁰ Numa outra perspectiva, *"karl Marx, e os seus seguidores insistem na ideia de que as relações de poder traduzem relações de dominação económica entre classes, cujo origem se encontra nas relações de produção."*¹¹

Moreira demonstra que a compreensão do Poder, *"...implica o exame tridimensional do Poder, relacionado a forma, a sede e a ideologia, cada uma das variáveis tem uma influência específica no conjunto."*¹²

Segundo Fountoura, o poder apresenta-se como um conceito complexo. *"A natureza e a variedade dos seus pressupostos, a alterabilidade contingente e nem sempre previsível dos mesmos, as induções automáticas da sua mútua e natural interacção, os desvios de percepção que podem acompanhar a sua observação, determinam a dinâmica fluidez do fenómeno e, por isso, a sua ostensiva complexidade."*¹³ O Poder, segundo Fountoura, tem uma característica fundamental, *"é o da*

⁸ *Dicionário Sociologia, Porto Editora, Porto, Op.Cit. ,P.287-288*

⁹ *Dicionário Sociologia, Porto Editora, Op.Cit. ,P.287-288*

¹⁰ *Dicionário Sociologia, Porto Editora, Op.Cit. ,P.287-288*

¹¹ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outuno-Inverno, N^o124-4^aSérie, pp.303-311, Nação de Defesa, op.cit., p.307

¹² MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, p. 39

¹³ FOUNTOURA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*. <http://www.adelinotorres.com/relacoesinternacionais/Luis%20Fontoura-Poder%20e%20Estado.pdf> (consultado a 21-12-2013), op. cit., p.6

sua relatividade. O poder não deve ser tomado como fenómeno absoluto, um valor a si, autónomo, independente de comparações. Em juízo certo, deve ser referido, em cada momento, no espaço e no tempo, a outro ou outros poderes, sendo que o seu valor pode modificar-se conforme se altera o quadro de avaliações."¹⁴ *"A segunda característica do poder é situacional."*¹⁵ Isto quer dizer que o poder se altera de acordo com a situação ou contexto no qual está a ser instrumentado, podendo ou, sobretudo, devendo, opcionalmente, ser utilizado, no caso concreto, com menor intensidade do que a detida, na realidade das coisas, pelo seu utente. Assim, ao poder *"deve assinalar-se, ainda, a natureza de ser fenómeno dinâmico."*¹⁶ Finalmente, deverá, segundo Fontoura, ser considerado, que o poder é *multidimensional*.¹⁷ Este aspecto é caracterizado pela multi-possibilidade do uso de poder, por exemplo, através da indução, persuasão, manipulação e de autoridade, bem como os factores implícitos e explícitos da decisão e no exercício do poder.

Podemos, ainda, evidenciar que; *"O Poder não é necessariamente negativo nem repressivo, é uma relação de interacção entre dois indivíduos ou dois grupos. Esta ideia de interdependência, resulta da crescente complexidade das sociedades contemporâneas, criando elos de dependência a vários níveis, permite compreender a pertinência da definição de poder proposta por N. Elias: Alguém exerce o poder sobre nós na medida em nós dependemos mais de alguém do que ele depende de nós. (...) ainda que desigual, as relações entre as pessoas e grupos estão cada vez mais abertas a incertezas e também a estratégias..."*¹⁸ e esta definição explica que, segundo M. Crozier que, *"... quanto mais a zona de incerteza controlada pelo grupo seja crucial para o êxito da organização, mais ele disporá de poder..."*.¹⁹ Demonstra-se também que o exercício do Poder está, paralelamente associado à fraqueza do outro e sempre que existe este desequilíbrio, um toma o outro. Quanto maior a importância de determinado factor para exercer poder, maior controle sobre o contrário.

Outro elemento fundamental da política que inserimos neste contexto, é a noção de conflito. Neste sentido, segundo Santos, *Conflito é*

¹⁴ FOUNTOURA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*. op. cit., p.6

¹⁵ FOUNTOURA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*. op. cit., p.7

¹⁶ FOUNTOURA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*. op. cit., p.7

¹⁷ FOUNTOURA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*. op. cit., p.8

¹⁸ *Dicionário Sociologia, Porto Editora*, op.cit., p.287-288

¹⁹ *Dicionário Sociologia, Porto Editora*, op.cit., p.288

um interveniente permanente no cenário e no contexto político dos Estados, como nota ainda Santos, *“o termo grego polemos, significando conflito, encontra-se na origem etimológica da palavra polemologia, que designa a disciplina que estuda os conflitos e as respectivas causas, permitindo elaborações que se inserem na área mais vasta que é a teoria do conflito.”*²⁰ Conflito na abordagem internacionalista, *“é uma condição social que surge quando dois ou mais actores perseguem objectivos mutuamente excludentes ou mutuamente incompatíveis. Em relações internacionais, o comportamento conflitual pode ser observado na guerra - como ameaça do resultado de uma actividade e como realidade - e no comportamento negocial próximo da, mas que não atinge, linguagem violenta (Evans e Newham, 1998,93)”... “No entanto, a evidência demonstra que os conflitos actuais são, na sua vasta maioria, conflitos intra-estatais verificando-se, com frequência crescente, que os desenvolvimentos, apesar de inicialmente internos, produzem efeitos e têm consequências extensivas ao ambiente internacional dos relacionamentos.”*²¹

Neste sentido, é determinante observar que; ²² *“Tendo como finalidade última a defesa e a realização dos interesses nacionais, a diplomacia pura pode ser definida como um instrumento da política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego e de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes.”*²³

Sobre esta matéria, evidenciamos a equação primária de Ray S. Cline, a que se seguiram mais teorias que tiveram como objectivo desenvolver este conceito de forma mais precisa e evolutiva, como aliás Spykman aferiu, bem como Ryamon Aron e Morgenthau.

Neste seguimento, a perspectiva Ray S. Cline, na sua obra de 1974 *“World Power Assessment”*, é uma perspectiva de construção de uma equação teórica que visou aferir o poder real de cada Estado. Importa ainda notar que Cline cingiu-se a aplicar o seu pensamento às grandes potências. Ou seja, considerou que Estados com menos de 15 milhões de habitantes, não seriam relevantes. Considerou ainda que, os *“Estados que,*

²⁰ Evans e Newham cit. em SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, op. cit., p. 177

²¹ SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, ISCSP, Lisboa, 2012, op. cit., p. 177

²² SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, op. cit., p. 177

²³ SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, op. cit., p.177

não chegando ao patamar do poder credível, na sua expressão, têm, contudo alguma influência nos assuntos internacionais, em consequência de circunstâncias de excepção, (...) Adriano Moreira classificou de poder funcional, decorrente de excepcionalismos (localização geográfica, matérias primas de natureza estratégica, etc)..."²⁴

O Professor Ray S. Cline concebe assim a sua teoria com a seguinte equação:

$$\textbf{"PP= P+T+E+M+ES+W"}^{25}$$

E que equivale a;

PP (Poder Percebido) = (Critical Mass: População+ Território) + E= capacidade económica (PNB % Orçamento afecta orçamento militar max. 50%) + M (capa. Militar: Qualidade dos Homens em nível de capacidade e inteligência + Qualidade do armamento) + ES (Estratégia Nacional) + W (Vontade do Estado)²⁶

Sobre esta equação, a primeira conhecida nos anos 70 do passado século XX, vem considerar um conjunto de critérios para a avaliação do poder de um Estado. Ou seja, o critério do poder militar e o meios militares deixaram de ser, per si, relevantes. Neste sentido, evidenciamos os três primeiros factores da equação;

1)Critical Mass + Capacidade Económica + Capacidade Militar;²⁷

"Relativamente ao primeiro, CM=(População+Território) é composto pela dimensão da população e pela dimensão territorial e a sua relação. Assim, Cline atribuiu aos Países com mais de 200.000 milhões de habitantes, 50 pontos, aos que tinham entre 100 e 200 milhões atribui 25 Pontos, e aos que tinham entre 50 milhões e 100 milhões, 13 pontos, excluindo na sua análise de países com população inferior a 15 milhões de habitantes.

²⁴ Adriano Moreira cit. em FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline.* op. cit., p.19

²⁵ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline.* p.19

²⁶ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline.* op. cit., p.19

²⁷ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline,* op. cit., p.19-28

Em relação ao território, atribui 50 pontos aos países com mais de 3,6 milhões de milhas quadradas, 40 pontos ao grupo entre 1.100 milhões e 3,6, baixando sucessivamente a pontuação até 1.

A soma de C+T, determina uma lista de Ranking em relação à massa crítica.”²⁸

Esta visão e concepção teórica de Cline foi fundamental para alertar que existe desde logo complexidade na definição de Poder. Para o justificar, não basta ter armamento moderno e em grande quantidade, se a qualidade humana que as comanda e utiliza, está desadequada e não tem capacidade para tal. Por outro lado, a tese de Cline está, na sua fórmula inicial, fortemente inclinada para os pensadores geopolíticos, que atrás verificamos, através do poder do território e densidade populacional e respectiva qualidade. Foca muito claramente, que não basta ter território, é preciso ter território e pessoas de qualidade. É preciso ter território, mas não deserto.²⁹

Por outro lado, quanto à parcela E=(capacidade económica), Cline escolheu 6 indicadores que satisfizessem o resultado; O Produto Interno Bruto (PNB) atribuindo afectos ao orçamento militar, atribuindo como mínimo um orçamento de 20 milhões de dólares, que resultaria numa pontuação de 1 ponto.³⁰

“Analisa ainda, cinco factores determinantes para um Estado poder alterar a circunstâncias da sua posição;

- 1)energia,*
- 2)minerais estratégicos,*
- 3)capacidade industrial,*
- 4)capacidade alimentar;*
- 5)comércio internacional.*

Atribui ainda particular importância de cotação ao factor energético;

- 1)Petróleo, 10;*
- 2)Gaz natural, 4;*
- 3)energia nuclear, 4;*
- 4)carvão*

²⁸ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*, op. cit., p.19-28

²⁹ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*, op. cit., p.19-28

³⁰ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*, op. cit., p.19-28

5)entre outras pontuações atribuídas ao cobre, bauxite, crómio, urânio.”³¹

Relativamente à capacidade Industrial, é atribuída cerca de 20 pontos pelo aço, com 10 pontos, alumínio, 5 e cimento 5.³²

Elege, ainda, numa vertente agrícola, as diferenças entre as importações e exportações de trigo, milho, e arroz, atribuindo a melhor pontuação de 20 pontos.³³

Avalia, ainda, a performance dos Estados nas sua dinâmica de comércio Internacional, considerando um factor de valorização dos Estados, atribuindo pontuação máxima de 20 pontos.³⁴

A introdução do orçamento económico é fundamental, porque determina o investimento qualitativo e, mais uma vez, quantitativo. No entanto, notamos que a aferição de Cline, não teve em conta alguns aspectos importantes que devemos ter em consideração, como alguns fenómenos económicos recentes como o índice de dívida pública, fenómeno que condiciona, como se verifica toda a capacidade de desenvolvimento de um estado.

Neste sentido, sobre a dimensão do poder dos Estados, viria Therezinha de Castro dividir os Estados-Nações em categorias;

“1) Os Estados Ricos e Produtores e que definem Directrizes a nível mundial;

2) As nações emergentes, perturbadores, que combinam directrizes a nível regional e Internacional;

3) As Pobres, mineiras, de relacionamento significativo com os vizinhos, apenas marginalmente inter-actúan com outros estados³⁵

Na vertente $M=(\text{Capacidade militar})$, Cline avança com a classificação dos Estados na qualidade, adequação e capacidade do armamento. Aqui atribui nota pontuação máxima, para quem detém

³¹ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*, op. cit., p.19-28

³² FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*, op. cit., p.19-28

³³ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*, op. cit., p.19-28

³⁴ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*, op. cit., p.19-28

³⁵ Therezinha de Castro cit. em BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan: Uma Introdução Externa dos Estados Modernos*, 2ª edição, rev.e ampliada.EDual, Lisboa, 2011, op. cit.32

melhores armas convencionais e nucleares atribuindo 100 pontos a cada uma destas variáveis. ³⁶

Por outro lado, avalia Qualidade dos Homens, ou Militares, a começar pela qualidade de comando, em planificar executar, á organização e moral das tropas, e ao factor do fighting impulse.

Somando estes três factores, C + E + M -atribuiríamos em pontuação máxima 500 pontos. ³⁷

O Poder Militar é absolutamente importante, quer no armamento, na sua adaptabilidade, capacidade, qualidade e quantidade, bem como referimos anteriormente também, na qualidade e quantidade dos militares.

Notamos ainda que, para a elaboração da avaliação do potencial estratégico de qualquer Estado-Nação, é fundamental que entendamos como notou Ribeiro, “...a utilização de um corpo de conceitos e de procedimentos, que confira, oriente e racionalize a actividade pública na preparação e no emprego das Forças Armadas, nas acções destinadas a materilizar os objectivos estratégicos...superando os problemas que a isso se oponham e explorando as eventualidades que isso favoreçam.” ³⁸

No que diz respeito ao S=(Estratégia Nacional), Cline desdobra a estratégia em três planos;

- “1)o da eleição dos objectivos a atingir,*
- 2) o da combinação dos meios materiais e morais a utilizar e*
- 3) a utilização em si.”* ³⁹

Neste ponto, e devido à sua complexidade e apuramento mais próximo da verdade, Cline atribui a pontuação máxima de 1 ponto.

Por último o **W=(Will/ Vontade)**, o indicador, que nos interessa aqui investigar, e que, segundo Cline, integra três parcelas,

- 1) o nível de integração nacional,*
- 2) a força da liderança nacional,*
- 3) a coerência entre a estratégia e o interesse nacional,*

³⁶ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline.* op. cit., p.19-28

³⁷ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline.* op. cit., p.19-28

³⁸ RIBEIRO, António Silva, *POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL E ESTRATÉGIA MILITAR, Modelo de Elaboração.* Segurança e Defesa. op.cit., p.17

³⁹ FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline.* op. cit., p.19-28

Sobre esta matéria viria assim a atribuir a pontuação de 1 ponto.

É sobre este critério, que, embora concordemos que o níveis atribuídos possam fazer sentido, introduzimos aqui que a Vontade é determinada por dois factores:

- 1) Força da Liderança
- 2) Força da Cultura Nacional

É sobre esta matéria que nos temos debruçado e que justificamos o nosso interesse. Aliás, como anteriormente se menciona e se notará adiante, estranha-se que a Vontade tenha sido qualificada em último lugar e com menor pontuação. Talvez porque quando esta equação foi concebida, prevaleciam as armas nucleares, que bem sabemos a importância e peso que tiveram e têm, no entanto, nas últimas décadas, a sua posse é altamente incomodativa e tornaram-se inaceitáveis pela comunidade internacional, embora existam muitos Estados-Nação que seja detentores destas armas.

Estranhámos, porém, o facto de tal critério por nós eleito, a *Vontade*, de tal forma importante, e por tantas vezes evidenciado pelos mais obreiros estratégias, como Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz ou até Cline, não conste e não seja observado em nenhum dicionário de Ciência Política.

3. Da Guerra

A *Guerra* está, antes de mais, associada ao conflito. Por isso, importa compreender que a noção de conflito decorre, como alguns autores defendem, de um fenómeno intrínseco à natureza humana, constituindo, *“...um elemento importante da interacção social, podendo ser considerado como uma luta por valores ou reivindicações de estatuto, poder ou recursos escassos, na qual os objectivos das partes em conflito são, não apenas realizar os valores desejados, mas também neutralizar, ferir ou eliminar os seus rivais.”*⁴⁰

⁴⁰ SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, op.cit.,p.175

Neste contexto, como observou Santos, *“o conflito é uma condição social que surge quando dois ou mais actores perseguem objectivos mutuamente excludentes ou mutuamente incompatíveis. Em relações internacionais o comportamento conflitual pode ser observado na guerra - como ameaça do resultado de uma actividade e como realidade – e no comportamento negocial próximo da, mas que não atinge, a linguagem violenta.”*⁴¹ Porém, como nota ainda o autor, *“por maioria de razão, a noção de conflito também não deve ser confundida com a guerra. Esta constitui uma expressão possível entre várias formas violentas que o conflito pode assumir, mas não é a única nem sequer a mais frequente.”*⁴²

Como notou Hobbes,⁴³ *“...a reflexão sobre o conflito coloca por si só a questão do fundamento da ordem social.”* Ora, esta noção de conflito é fundamental porque, como também se defende, o conflito é permanente à condição humana e deriva de assimetrias entre os povos ao nível cultural, bem como ao nível de escassez ou abundância de recursos e desequilíbrios económicos, políticos, sociais, tecnológicos, erros de percepção, atendendo às diferentes culturas que provocam atitudes e comportamentos que conduzem ao conflito, à violência e à guerra.

Nesse sentido, a guerra é um acto de violência, que tem como objectivo exercer um acto de coacção de um sobre outro, utilizando a força física, ou seja, usando a violência. Para compreendermos melhor a Guerra, é necessário recorrer a Clausewitz; são várias as definições sucintas e claras da teoria da Guerra e da sua Natureza. Se houve quem estudasse na sua essência, foi Clausewitz. Por isso, é obrigatório que sigamos o seu pensamento e a sua lógica;

Enquadramos também a leitura e interpretação de Raymond Aron sobre Clausewitz, *“A política pertence ao entendimento e é ao entendimento que cabe a conduta da guerra. Portanto, é ele, e só ele, que, em toda a acção racional no sentido weberiano, fixa o fim. Ora a Guerra inteira, a partir do momento em que Clausewitz lhe chama um instrumento, deve ser assimilada a um meio. O instrumento por definição, ou a ferramenta, serve para qualquer coisa, é utilizado com vista a qualquer*

⁴¹ SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, op.cit.,p.176

⁴² SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, op.cit.,p.177

⁴³ HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política e Das Instituições Políticas*, Escolar Editora, Lisboa, 2014, op.cit.p.61

coisa. Assim é a guerra, conduzida com vista ao fim que lhe dita a política.”

44

Para Clausewitz, ⁴⁵*“A Guerra é sempre um meio sério para se atingir um objectivo sério. É a sua definição mais específica. Assim é a Guerra. Assim é General que a comanda. Assim é a teoria que a regulamenta. Mas a Guerra não é nenhum passatempo; não é um mera paixão para nos aventuramos e vencermos. Não é fruto e um livre entusiasmo. É um meio sério para se atingir um objectivo sério. Toda aquela aparência que lhe é dada pelas mais variadas tonalidades da sorte, tudo aquilo que assimila das oscilações da paixão, da coragem, da imaginação, do entusiasmo, são apenas propriedades específicas destes meios.”*

Ora, segundo Clausewitz, ⁴⁶*“A Guerra nunca é um acto isolado; ...nenhum dos dois adversários é uma pessoa abstracta para a outra, nem sequer em relação àquele factor no cálculo da resistência que não depende das coisas objectivas, nomeadamente a vontade. Esta vontade não é uma quantidade totalmente desconhecida; prevê o que será amanhã pelo o que é hoje.”*

Seguindo a sua clareza, ⁴⁷*“A Guerra de uma comunidade - de todas as Nações e, particularmente, das nações civilizadas – nasce sempre de uma condição política e é invocada por um motivo político.”* Por isso, a Guerra não é uma coisa que nasce do acaso, de um momento para o outro, *“A Guerra, no mundo real, como tivemos oportunidade de constatar, não é algo que termine de um momento para o outro. É uma operação de poderes que não se desenvolvem todos da mesma maneira e na mesma medida, mas que a uma dada altura se expande suficientemente para vencer a resistência oposta pela inércia ou pela fricção.”*⁴⁸

Clausewitz notou ainda que a Guerra, *“é a continuação das relações políticas...com a mistura de outros meios..”*⁴⁹. John Keegan⁵⁰, Ilustre Historiador, diz-nos que esta menção estaria incompleta, pois a Guerra só

⁴⁴ ARON, Raymond, *Clausewitz*, Esfera do Caos Editores, Lda, Lisboa, 2009, op.cit., p.59

⁴⁵ CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Natureza da Guerra*, Coisas de Ler Edições, Lda, Almargem do Bispo, 2007, op.cit., p.32

⁴⁶ CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Natureza da Guerra*, op.cit., p.32

⁴⁷ CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Natureza da Guerra*, op.cit., p.16

⁴⁸ CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Natureza da Guerra*, op.cit., p.33

⁴⁹ KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, Edições Tinta da China, Lisboa, 2006, op. cit., p. 23

⁵⁰ KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, p. 23

existe, porque existem Estados reconhecidos e aceites. Sobre esta matéria, recorreremos a um historiador e soberano especialista na guerra.

Seguindo Aron, *“Toda a Guerra, considerada na sua totalidade concreta, comporta uma estranha trindade:*

- 1) a violência original do seu elemento, o ódio, e a hostilidade que é preciso considerar como uma tendência natural, cega;*
- 2) o jogo das probabilidades e do acaso que fazem dela uma livre actividade da alma;*
- 3) a natureza subordinada de um instrumento político pelo qual ela pertence ao puro entendimento. O primeiro destes aspectos é mais voltado para o povo, o segundo para o chefe militar (Feldherr), o terceiro para o governo.”⁵¹*

Sobre a Guerra Sun Tzu disse, *“A Guerra é uma assunto de suprema importância para o Estado. É uma questão de vida ou morte, o caminho para a sobrevivência ou para a Ruína. Daí que seja imprescindível o seu estudo exaustivo. Por isso, há que considerar cinco factores básicos para determinar os resultados de uma guerra. Estes factores são os seguintes: primeiro, a virtude, segundo o clima, terceiro, o terreno, quarto, o comandante, e quinto, o método”... “a virtude é aquilo que leva o povo a estar em harmonia com o seu governante, segundo este sem cuidar da própria vida e sem medo de perigo algum, o clima significa noite e dia, frio e calor, o ciclo das estações, o terreno refere-se às distâncias, à facilidade ou dificuldade, de atravessar territórios, quer em campo aberto ou fechado, e influencia as probabilidades de vida ou morte.”⁵²*

Neste sentido da Guerra, o Homem é, ainda hoje, uma peça fundamental nas batalhas, assumindo um papel muito mais cirúrgico de que outrora teve. As tecnologias evoluíram e, através delas a evolução de instrumentos e equipamentos militares. Até este período, já estava claro, desde a actualidade, que a relação do poder com a geografia e com a estratégia política entre os Estados, esteve sempre presente, embora não tão estudada na sua relação directa com o Poder, mas estava já claramente evidenciada que todos os Países, Reinos e condados pretendiam ter mais território, e isso, era sinónimo de poder.

⁵¹ ARON, Raymond, *Clausewitz*; op.cit., p.58

⁵² TZU, Sun. *A Arte da Guerra*, op cit., p. 17

Como notou Clausewitz, *“Se é verdade que num dado género de guerra a política parece desaparecer inteiramente, ao passo que num outro regressa nitidamente ao primeiro plano, não temos menos o direito de sustentar que uma é tão política como a outra, porque se considerarmos a política como a inteligência do Estado personificado, é preciso incluir em todas as constelações que os cálculos devem levar em conta aquela em que a natureza de todas as circunstâncias determina uma guerra do primeiro género.”*⁵³

No sentido inverso Clausewitz evidenciou que; *“A Paz é a continuação da guerra por outros meios.”*⁵⁴ O que não deixa de ser perverso, mas totalmente verdade.

Como notou ainda o autor, *“Se o que pretendemos é derrotar o inimigo, então devemos ajustar os nossos esforços aos seus poderes de resistência. Isto é expresso pelo produto de dois factores que não podem ser separados, nomeadamente, a soma dos meios disponíveis e a força da vontade.”*⁵⁵ E adianta ainda que; *“A soma dos meios disponíveis pode ser calculada por uma escala, já que depende (embora não inteiramente) dos números. Mas a força da vontade é mais difícil de determinar, e apenas pode ser calculada até um certo ponto pela força dos motivos.”*⁵⁶

Não deixa de ser explícito, pelas claras explicações sobre a natureza da Guerra, que é um assunto muito sério, na medida das concepções e dos enquadramentos teóricos que vamos decorrendo, que independentemente dos meios disponíveis e da sua organização, a vontade ou o carácter de um povo, são absolutamente determinantes no sucesso da estratégia e do cumprimento dos objectivos estabelecidos, sejam eles de natureza, política, económica ou social. É sobre esta vontade e sobre esta moral, que estamos a incidir, e por isso, qualquer Estado, deverá, obrigatoriamente conhecer-se a si próprio nesta matéria, quanto ao mais, os seus inimigos, não esquecendo, já agora, o conhecimento dos seus aliados.

Sobre esta matéria, devemos considerar ainda que a guerra é o domínio de uns sobre outros; *“As guerras são o eclipse da diplomacia e*

⁵³ ARON, Raymond, *Clausewitz*; op.cit., p.62

⁵⁴ ARON, Raymond, *Clausewitz*; op.cit., p.62

⁵⁵ CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Natureza da Guerra*, op.cit., p.14

⁵⁶ CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Natureza da Guerra*, op.cit., p.14

*portanto, da história diplomática."*⁵⁷ Podemos ainda sobre esta matéria acrescentar que; *"As relações entre os poderes são sobretudo relações de força."*⁵⁸ Como investigou Raymond Aron, *"Procurei o que constituía a especificidade das relações internacionais ou interestaduais e acreditei ter encontrado esse traço específico na legitimidade e na legalidade do recurso à força armada por parte dos actores. Nas civilizações superiores, estas relações são as únicas entre todas as outras relações sociais que admitem a violência como norma."*⁵⁹

Cremos que Sun Tzu, Clausewitz e Raymond Aron são bem explícitos que sem a Vontade, a Virtude e o Carácter, podem os actores ter os meios físicos disponíveis, contudo, para além de existir uma forte possibilidade de qualquer Estado-Nação não resultar ganhador, tenderá a ter uma forte dificuldade em enfrentar crises, em lidar com o risco e com a imprevisibilidade e com possíveis disrupções no sistema, como adiante iremos observar.

4. Da Estratégia

Embora a utilização da Estratégia tivesse origem no campo militar, o conceito da aprofundou-se desde as Invasões napoleónicas, e mais tarde a partir do início do séc. XX, derivado das complexas relações entre os Estados-Nações e as divergências que daí resultaram tendo em conta os seus interesses, bem como na defesa e na segurança dos Estados-Nações.⁶⁰

Segundo Ribeiro, *"os decursos estratégicos passaram a estar activamente presentes tendo em conta a dinâmica, movimentações e apetites políticos que visavam a imposição de determinados interesses de um Estado sobre o outro, promovendo um estado permanente de ameaça. Ora, depois do séc. XX, a introdução e difusão da doutrina capitalista, com a alteração contexto tecnológico, acelerando o processo da globalização, entre outros factores, obrigaram a que a estratégia fosse per*

⁵⁷ BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan*, op. cit.39

⁵⁸ BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan*, op. cit.68

⁵⁹ BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan*, op. cit.68

⁶⁰ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, Edições Almedina, Coimbra, 2009, op. cit., p.22-23

si ajustada às necessidades permanentes na defesa dos interesses dos Estados. ⁶¹

Segundo Ribeiro, *“A estratégia é uma ciência, porque se compõe de um objecto preciso, susceptível de investigação e análise, com recurso a ferramentas teóricas e práticas independentes, ciclicamente transformadas pela actividade intelectual. Integra, ainda, um método de investigação e análise que explica convenientemente os fenómenos estratégicos (factos e acontecimentos) quanto à sua essência, causalidade e efeitos, recorrendo a ferramentas teóricas (perspectivas) e a ferramentas práticas (técnicas) próprias ou emprestadas de outras ciências sociais.”*⁶²

Por outro lado, *“as limitações operacionais do conhecimento científico, resultam da aplicação do conhecimento científico informador aos processo de decisão e acção, proporcionar resultados estratégicos com diferentes níveis de sucesso, dependentes da capacidade de criação, do génio e da inspiração do estratega, que se reflectem na forma como articula, polariza impulsiona e aplica os meios ao seu alcance, num dado meio e tempo para alcançar os objectivos nacionais.”*⁶³

Tomemos em consideração que a Estratégia postula, como nota Couto, as seguintes características:”

- 1) a permanência do Ser, pela vontade de sobrevivência ou desejo de segurança;*
- 2) a alteridade, a existência de um Outro ou Outros, dotados de liberdade de decisão e de acção;*
- 3) um ambiente ou situações agonísticos.”*⁶⁴

Será ainda importante notar, segundo Jean Paul Charnay, que a estratégia é *“a arte de combinação dos factores de decisão, usando, para cada um deles, a parte subjectiva e a parte objectiva dos critérios de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade, que são a essência do cálculo estratégico. Este autor também afirma que a estratégia é a “arte da coacção e da anti-coacção, da persuasão e da imposição, do respeito e da violação.”*⁶⁵

⁶¹ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.22-23

⁶² RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.22-23

⁶³ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.27

⁶⁴ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outono-Inverno, op.cit., p305

⁶⁵ Jean Paul Charnay cit, em RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.64-65

A *“estratégia pode ainda ser definida como modelo comportamental, ou seja, um conjunto de acções consistentes, intencionais ou não.”*⁶⁶ Esta lógica está conectada à dinâmica e à variação das circunstâncias, que os Estados e as organizações devem responder. Estes ajustamentos são flexíveis e realizados segundo um fluxo de decisões baseadas em critérios inteligentes, económicos e variáveis.

Fundamental notar que, segundo Moltke, a estratégia como modelo comportamental, *“indica o melhor caminho para conduzir à batalha; ela diz onde e quando se deve combater, enquanto a tática diz como se deve combater.”*⁶⁷

Como nota Mintzberg, *“a definição de estratégia como posição também pode ser aplicada a situações que não envolvem confrontação militar, nem sequer competição, como é o caso apresentado por Rumelt, ao considerar que, a estratégia é criar situações para obter fontes de receita e encontrar formas de as manter.”*⁶⁸

Importa mencionar ainda que o objecto da estratégia, inicialmente, incidia principalmente sobre, *“preparar e travar a guerra. Mas devido às consequências potenciais que podem advir dos modernos conflitos, o cerne da parte mais significativa do pensamento estratégico contemporâneo gira, um tanto paradoxalmente, à volta do problema da Paz ou, pelo menos, da manutenção de um determinado tipo de paz.”*⁶⁹

A estratégia, na política e nas organizações, *“...pode ainda ser alcançada através de negociações ou discussões informais ou, até, de grupos de trabalho ou organismos de coordenação. Se encarada num prisma ligeiramente diferente, pode ser classificada como estratégia, ou seja, aquela que tem como missão fundamental subverter as forças competitivas legítimas entre parceiros.”*⁷⁰

Como notou Porter, *“a estratégia aplicada à competição, tem três origens diferentes; posicionamento baseado na variedade; posicionamento baseado na necessidade e o posicionamento baseado no acesso.”*...” neste

⁶⁶ Moltke cit. em RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.64-65

⁶⁷ Mintzberg cit. em RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.65

⁶⁸ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.65

⁶⁹ COUTO, C., Abel, *Relações Entre A Estratégia E A Política*, (s/ref ano)

⁷⁰ http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2878/1/NeD21_AbelCabralCouto.pdf, op.cit., p.118

⁷⁰ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.68

contexto a estratégia foi por Porter evidenciada como; a criação de uma posição única e valiosa, que engloba um conjunto de actividades.”⁷¹

Como notou Ribeiro, a estratégia tem como objectivo, “edificar, dispor e empregar os meios, e essencialmente responde; à formulação integral das acções, o que se vai fazer?, que antecede os aspectos genéticos, estruturais e operacionais como se vai fazer?”.⁷² No seguimento, como notou Couto, a estratégia através de três disciplinas, a estratégia genética, a estrutural e a operacional, “a estratégia genética tem por objecto a invenção, construção ou obtenção de novos meios a colocar à disposição da estratégia operacional, no momento adequado, e que servem o conceito estratégico operacional...” “a estratégia estrutural, tem por objectivo a detecção e análise das vulnerabilidades, ou pontos fracos e das pontencialidades das estruturas existentes, com vista à definição das medidas mais adequadas...maximizando o melhor rendimento dos meios ou recursos.”⁷³ “A estratégia operacional, frequentemente designada por tática, cuida de pôr em prática as acções específicas de emprego dos meios para alcançar os objectivos. O seu objecto é, não só, conciliar os objectivos a atingir com as possibilidades proporcionadas pelas estratégias genética e estrutural, mas também orientar a evolução desta, de forma adaptá-las às necessidades operacionais.”⁷⁴

Interessa, neste alinhamento, salientar a importância da elaboração de planos de acção que têm como objectivo e específicos, de forma a facultarem um enquadramento o mais preciso possível sobre as acções a realizar e objectivos a atingir.

Importa, também, mencionar que a estratégia utiliza instrumentos de carácter impositivo com recurso às medidas de coacção. Como evidenciou Ribeiro, “Relativamente aos meios de coacção, esta componente conceptual evidencia que a estratégia conceptualiza e avalia os recursos próprios e contrários, como meios para apoiar as respectivas políticas. Ou seja, os recursos de cada actor só são meios de coacção, quando a modalidade de acção fornece alguma compreensão sobre a forma como serão edificados, dispostos e empregues. Na realidade, os

⁷¹ Porter cit. em RIBEIRO, António Silva, A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico, op. cit., p.68

⁷² Couto cit em RIBEIRO, António Silva, A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico, op. cit., p.33

⁷³ RIBEIRO, António Silva, A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico, op. cit., p.33

⁷⁴ RIBEIRO, António Silva, A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico, op. cit., p.33

*orçamentos, os equipamentos e as pessoas são recursos que a modalidade da acção dispõe e emprega. Mas o elemento estruturante em análise, realça que os meios importantes para a estratégia são os que viabilizam o mecanismo da coacção.*⁷⁵

Neste contexto, é absolutamente fundamental que na avaliação do potencial estratégico, sejam elaborados minuciosamente os planos acção, tendo em conta as capacidades próprias, face vulnerabilidades observadas do contrário. Deve pois o estratega observar este alinhamento com salienta Sun Tzu, *"Depois de escutar os meus avisos, o general deve criar uma situação favorável à realização dos planos. Avalia as condições no terreno e age de acordo com o que é vantajoso."*⁷⁶... Sun Tzu, evidência ainda que, *"Ora, se estimativas feitas no templo antes da batalha indicam vitória, é porque cálculos meticulosos demonstram condições favoráveis. Se indicam derrota, é porque os cálculos meticulosos demonstram condições desfavoráveis. Através de um maior número de cálculos, é possível vencer. Através de um menor número, é impossível. Como é mínima a probabilidade de vitória de quem não faz cálculos alguns! Por estes meios, pode antever-se o desfecho de uma batalha."*⁷⁷

Ora, como notou Ribeiro, é fundamental na elaboração do processo estratégico a conjugação da edificação com o emprego dos meios, no meio e no tempo.⁷⁸

Sobre as medidas de coacção, evidenciamos em resumo as possibilidades. Inicialmente e numa 1ª fase, as medidas eram essencialmente militares de superfície, cujo objectivo consistia, *"essencialmente em, através de uma destruição, sempre parcial, do sistema de forças adverso, romper o mesmo, por forma a criar-se e explorar-se uma situação geradora dum desequilíbrio físico e moral do adversário, suficiente para lhe fazer aceitar as condições que se lhe pretendia impor."*⁷⁹

Numa 2ª fase, com o surgimento da aeronáutica, ultrapassam *"linhas periféricas de superfície e levar, de forma cada vez mais profunda, a violência às rectaguardas do adversário, mas também recorrer a potenciais de destruição cada vez mais elevados. Neste fase, as batalhas*

⁷⁵ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.33

⁷⁶ TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op. cit., p.20

⁷⁷ TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op. cit., p.20-21

⁷⁸ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.33

⁷⁹ COUTO, C., Abel, *Relações Entre A Estratégia E A Política*, op.cit.,p.114

atingem as populações e a guerra é sofrida. Deixa de existir diferença entre as populações e os combatentes.”⁸⁰

Numa 3ª fase, encontramos as armas nucleares, *”de enorme potência, combinadas com vectores sofisticados, de grande alcance e de média precisão. Esta fase acentua os dados da fase anterior e origina um facto qualitativamente novo: a inaceitabilidade dos danos potenciais do recurso a armas nucleares, com a possibilidade de um suicídio mútuo, de extermínio, ao nível das grandes potências.”⁸¹*

Numa 4ª fase, entramos, *”no campo da precisão das armas de destruição maciça, na capacidade de detecção dos sistemas de lançamento (mesmo dos baseados em submarinos) e na capacidade de destruição de satélites.”⁸²* Nesta fase, incluiríamos o desenvolvimento da tecnologia e dos sistemas que provocam os ciberataques, via web, causando disrupções parciais ou totais em sistemas, tais como infra-estruturas de transportes, energia, redes de água, redes de transportes, terrestres ou aéreos, bem como ataques a bases militares, políticas e empresariais, causando a disrupção e aniquilando a capacidade operativa de um qualquer Estado-Nação.

Será ainda importante notar outras formas de coacção, entre políticas, económicas, sociais e psicológicas. No que diz respeito às medidas de coacção económica, elas visam, *”a paralisia de escoamento de produções, a manipulação das cotações e dos preços, as restrições de crédito ou de fornecimentos, etc., podem, por si sós, levar a uma asfixia económica, em regra também indutora de crises políticas internas, por seu turno exploráveis por outras formas de coacção.”⁸³*

No que diz respeito à coacção psicológica, já há muito utilizada através dos meios de comunicação de massas e na psicologia, o seu alcance e importância têm aumentado, mormente desde a 2ª Guerra Mundial, *” Cujo o objectivo visa que se ,”manipule à vontade os acontecimentos - ampliando-os, silenciando-os ou deturpando-os.”...”podem ainda permitir atingir o domínio da consciência, confundir o verdadeiro e o falso, minar motivações e o espírito de lealdade, tudo*

⁸⁰ COUTO, C., Abel, Relações Entre A Estratégia E A Política, op.cit.,p.115

⁸¹ COUTO, C., Abel, Relações Entre A Estratégia E A Política, op.cit.,p.116

⁸² COUTO, C., Abel, Relações Entre A Estratégia E A Política, op.cit.,p.116

⁸³ COUTO, C., Abel, Relações Entre A Estratégia E A Política, op.cit.,p.118

permintindo desagregar o moral do Adversário, elemento fundamental, já que a guerra é, sobretudo um duelo de vontades.”⁸⁴

Por outro lado, o dismantelamento das ideologias, a acções políticas no interior do adversário, visam provocar disrupções no sistema, *“criando grupos de pressão, exacerbando tensões, desencadeando acções de terrorismo, fomentando revoltas internas, etc., Etc. Assim, em consequência de evolução tecnológica, económica e social o fenómeno da coacção vem assumindo dimensões cada vez mais multiformes e subtis, dando origem a várias estratégias especializadas!”⁸⁵*

Outro aspecto fundamental a ter em consideração na elaboração da avaliação do potencial estratégico, seja do próprio, seja do contrário, é ter um conhecimento exacto do conceito, *Centro de Gravidade*: Este conceito foi desenvolvido por Clausewitz e tem como principal objectivo dar a conhecer o ponto crítico do contrário, e que, uma vez aniquilado, provoque a disrupção total no contrário. Este exercício, mais uma vez, requer o conhecimento exaustivo, quer do próprio, quer do contrário, cujo o objectivo visa a adequabilidade dos meios, no meio e no tempo, conforme estabelece a estratégia. Neste sentido, *“Clausewitz apresentou a teoria do centro de gravidade, que evidencia o facto de, em qualquer disputa estratégica, existiram elementos, que sendo eliminados, provocam o desmonoramento da estrutura de poder do contrário.”⁸⁶*

Mintzberg nota, também, que a estratégia tem uma dinâmica própria porque, *“mobiliza a adopção de acções intencionais e emergentes;”*

⁸⁷ Neste sentido evidencia-se a dinâmica da estratégia, como plano, manobra e modelo, comportamental como interdependentes, como se demonstra na figura 1.

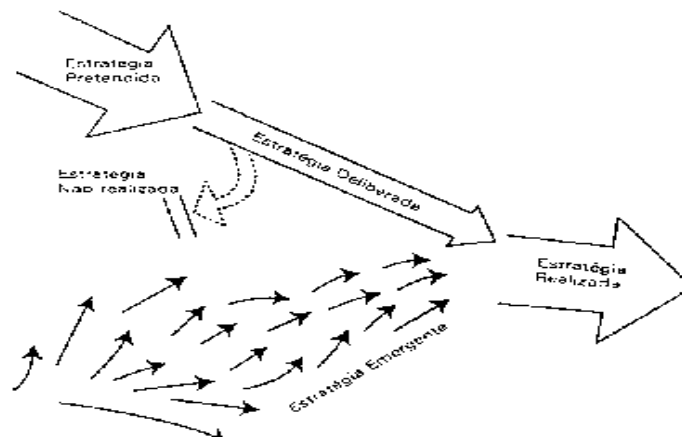
⁸⁴ COUTO, C., Abel, Relações Entre A Estratégia E A Política, op.cit.,p.118

⁸⁵ COUTO, C., Abel, Relações Entre A Estratégia E A Política, op.cit.,p.118

⁸⁶ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.39-40

⁸⁷ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, op. cit., p.68

Fig.1 Estratégia – Mintzberg



Fonte: <http://www.google.com/search?q=estratégia+deliberada+e+emergente>

Sobre esta matéria, por exemplo em Portugal, Ribeiro, notou que; *“Persistentemente, após 1974, alguns sectores das elites política e intelectual do país têm manifestado relutância relativamente aos assuntos estratégicos. Esta postura explica o forte atraso em que se encontra a investigação científica sobre a teoria da estratégia, e a dificuldade da sua integração nos currículos universitários de um país democrático e moderno, mas sujeito a desafios estratégicos diversos e permanentes.”*⁸⁸

Hoje e no futuro, a globalização com tudo o que transporta é determinante para que cada Estado determine não só a sua Estratégia, mas a Avaliação do Potencial Estratégico. Acontece que tanto na política, como nas organizações, esta base carece de uma má conduta, descurando, antes do mais, o próprio potencial estratégico, para que depois se possa avançar na direcção da avaliação do contrário. Este contexto necessita de uma forte Liderança, seja ao nível da Política e do Estado, seja ao nível das organizações.

⁸⁸ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, Op. cit., p.15-16 33

5. Da Globalização

O mundo atravessa um processo civilizacional que deriva em boa parte do fenómeno da *Globalização*. Este fenómeno é *"utilizado para designar o processo segundo o qual a informação, as imagens, e os bens/produtos originários de uma nação, em particular, ou de uma zona do planeta, entram numa corrente global beneficiando para tal. Por exemplo, do crescimento das empresas transnacionais, da televisão por satélite e, mais recentemente, da internet."*⁸⁹

Consideremos, antes de mais, que a Globalização é um fenómeno que não remonta ao século XX, ele inicia-se há muitos séculos atrás. Poderemos afirmar que a Globalização inicia-se com uma forte expansão comercial no séc. XVI com os *Descobrimentos* e *Colonização*. É a partir desse momento, com as descobertas marítimas, que o mundo passa a ser conhecido no seu todo, e onde se verificam construções imperialistas além continente. Desde essa altura, que as conhecidas trocas intercontinentais se registam, justificando as necessidades escassas de produtos versus o crescimento das populações.

Para este enquadramento teórico e económico, Thomas Malthus⁹⁰, que justificou a necessidade da importação porque observava que a população crescia a um ritmo muito mais acelerado que os recursos escassos, e que estes, não satisfaziam todas as necessidades internas de uma população. A compreensão desta teoria, conduz à observação de que o fenómeno que se verificava nessa altura era uma explosão demográfica, e a escassez produtiva era limitada e escassa. Malthus defendia, para fazer face a esta escassez, a limitação do crescimento familiar, para não ter de se recorrer ao aumento das importações e às trocas comerciais, tendo em conta as limitações de recursos entre vários Reinos.

Actualmente, com estas necessidades e com as descobertas marítimas, novas tecnologias para novos equipamentos, como a aeronáutica e com a cibernética, conduziram o Mundo de uma forma muito rápida e dinâmica para uma interdependência a nível mundial. Neste contexto, a Globalização trouxe vantagens e desvantagens, como notou Rebelo de Sousa, *"Do lado das vantagens afigura-se possível considerar a*

⁸⁹ BALÃO, Sandra, *A Matriz do Poder*, op. cit., p. 96

⁹⁰ Economista Britânico – 1796

contribuição para a desinflação da economia mundial, a transferência de “know-how” e de tecnologia das economias mais avançadas para as periféricas, o impacto positivo no crescimento económico e em termos de acréscimo de produtividade e de redução dos custos marginais de produção, para além dos efeitos indutores provocados ao nível do progresso tecnológico e do alargamento das transformações estruturais (envolvendo os diversos planos, sócio-económico, cultural e político) a regiões subdesenvolvidas.”⁹¹

Por outro lado, associado à Globalização, o Capitalismo e a liberalização de mercados, teve e tem um papel extremamente importante ao nível da mudança social. Conforme notou Lara;⁹² *“...o sistema liberal e capitalista gerou um pensamento único, resultando uma diminuição de desigualdades de classes, dando origem a uma enorme classe média, a que sustenta na realidade o sistema, através do seu consumo, da libertação de meios, de recursos humanos, do seu poder de compra, como classe reprodutora da ideologia dominante, provocando a mudança social e um processo de aculturação para gerações futuras.”*

Importará, assim, mencionar que este fenómeno, de características ideológicas, está associado a uma interdependência entre Estados, a uma abertura total e absoluta das fronteiras físicas e virtuais, tornando possível a movimentação livre de pessoas, bens e informação e acima de tudo a criação de uma nova cultura global, que criou estados de confusão de identidade, que revolucionou e fragilizou, no nosso entender, Estados-Nação, quer do ponto de vista do carácter da liderança, quer do ponto de vista da sua estrutura da cultura nacional, criando fissuras ou fracturas de unicidade nacional, provocados pelo consumo, massivo, pela interacção e difusão de quadros culturais totalmente diferentes, como adiante verificaremos.⁹³

Ora, outro aspecto fundamental para a dinâmica e aceleração da Globalização, foi o avanço da tecnologia, quer ao nível das comunicações, como ao nível da logística global, criou-se um sistema, a que Castels viria a chamar *Sociedade em Rede*. A intrusão e a velocidade dos acontecimentos tornou-se enorme e a difusão da ideologia capitalista e

⁹¹ SOUSA, António Rebelo de Sousa, *Da Economia Política – Apontamentos*, Diário de Bordo, Lisboa, 2012, op. cit., p.81

⁹² LARA, António de Sousa Lara, *Subversão e Guerra Fria*, ISCSP-UTL, Lisboa, 2011, op.cit., p. 37

⁹³ Giddens, Anthony, Sociologia, 8ª Edição, *Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa, 2010, p.53

sociedade liberal de mercado, parece difundir-se, num expoente máximo, como referiu Lara; *“a Globalização é, hoje em dia, um eufemismo para o império final que o sistema liberal e capitalista mais avançado gerou... Assim considero, que não é razoável falar de uma potência capitalista imperialista isolada mas de todo um sistema liberal e capitalista que se tornou imperialista, omnipresente e, tanto quanto humanamente parece, dominante.”*⁹⁴

Como evidenciou ainda, *“a Globalização teve início na segunda metade do séc. XX, e gerou um pensamento único, a que alguns autores, tão apressados quanto eminentes, resolveram chamar de o fim das ideologias, que não me tenho cansado de contrariar...”*⁹⁵ Na verdade a Globalização poderá ser a fusão, no seu expoente máximo, da ideologia Imperialista. Apenas sobre esta matéria, reforçamos que o início da globalização datam dos descobrimentos no séc. XV. Terão sido os Portugueses os grandes obreiros do início deste fenómeno, os verdadeiros fundadores da Globalização.

Outros aspectos a considerar são as profundas e constantes alterações e conflitos, a que a humanidade tem assistido nestes últimos cem anos, com duas grandes guerras mundiais, a experiência de um novo conceito de guerra, a guerra fria, o nuclear, a União Europeia, o Euro, a evolução tecnológica, espacial e cibernética, a difusão dos meios de comunicação, a livre circulação de capitais e a livre circulação de pessoas. Por outro lado, o reconhecimento do terrorismo, a ascensão e o declínio dos Estados Unidos da América, a emergência de novos actores mundiais como a China, o Brasil, a Índia e a renovação da Rússia, acrescido de focos permanentes de conflitos mundiais e de uma crise política, financeira e social, que nos remete, para um quadro de interacção altamente complexo.

Por outro lado, a globalização é um fenómeno que resulta das interdependências aumentando a dimensão das relações entre os Estados-Nações; sobre esta matéria, Santos notou que, *“Os fenómenos de interdependência são a causa e consequência do desenvolvimento das relações transnacionais. O que tornou característico do período do segundo pós-guerra foi, porém, a intensificação das interacções e a*

⁹⁴ Lara, António Sousa, *Subversão e Guerra Fria*, op.cit., p. 35

⁹⁵ Lara, António Sousa, *Subversão e Guerra Fria*, op.cit., p. 35

diversificação qualitativa dos padrões de relacionamento internacional e consequente aprofundamento dessas interdependências.”⁹⁶

Sobre este contexto, como investigou Raymond Aron, *"Procurei o que constituía a especificidade das relações internacionais ou interestaduais e acreditei ter encontrado esse traço específico na legitimidade e na legalidade do recurso à força armada por parte dos actores. Nas civilizações superiores, estas relações são as únicas entre todas as outras relações sociais, que admitem a violência como norma.”⁹⁷*

Neste contexto, Jan Aart Scholte notou as principais teses existentes sobre globalização:

- “a) a globalização conduziu a uma transformação geográfica economia-social, fazendo emergir espaços supra-territoriais e supra-nacionais,*
- b) a globalização não pôs, contudo fim à geografia territorial e às realidades nacionais;*
- c) a globalização, apesar de ter apresentado mais aspectos positivos do que negativos tem gerado um crescimento desigual e, por conseguinte, um agravamento das assimetrias;*
- e) a globalização, muito embora não tenha provocado reformas estruturais tão profundas quanto seria, porventura, desejável (nomeadamente, ao nível das políticas de cooperação e da ajuda ao desenvolvimento), conduz a significativas transformações ao nível da produtividade dos factores produtivos trabalho e capital, dos padrões de vida e, por isso mesmo, comportamentais e do bem-estar social;*
- f)a globalização promoveu a ideia da boa governação; para além e a um nível superior ao do estado-nação, o aparecimento de novas formas de vida comunitária, para além das realidades nacionais, e o desenvolvimento de novas formas de conhecimento, para além da racionalidade moderna;*
- g) a globalização contemporânea produziu algumas consequências positivas, em termos culturais e ao nível da comunicação, da informação e da eficiência na utilização de recursos, mas, em contrapartida, as políticas neoliberais têm sido, em larga medida,*

⁹⁶ SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, op.cit. p.72

⁹⁷ Raymond Aron cit. em BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan*, op. cit. p.68

responsáveis pela degradação ecológica, pela persistência da pobreza, pelo agravamento das desigualdades e por muitas violências culturais;

h) a globalização não é, necessariamente, boa ou má, antes dependendo das políticas implementadas pelo homem, sendo possível compatibilizar a dita globalização com políticas reformistas que não se reconduzam ao modelo neo-liberal.”⁹⁸

Durante alguns anos, esteve presente um enquadramento teórico de controlo económico por parte de um conjunto de países ditos imperialistas, versus os países de, *“periferia subdesenvolvida, desenvolvendo-se uma tese que existiria uma estratégia de cerco que levaria, inexoravelmente, à queda do sistema capitalista e à emergência de uma nova ordem económica internacional.”⁹⁹*

Neste contexto, na perspectiva de Sholte, o futuro da Globalização bem como o futuro do sistema capitalista, *“tem contribuído para a desinflação da economia internacional e para a expansão das estruturas produtivas;...tem contribuído para a difusão da inovação tecnológica e para um crescente consenso no sentido da aceitação das virtualidades da regulação dos mercados; tem vindo a produzir grandes transformações sociais, resultantes não apenas de modificações operadas nas estruturas produtivas, como, também, da difusão de valores ético-culturais que propiciam verdadeiras rupturas com sistemas político-sociais outrora existentes em certas regiões; tem se apresentado mais positiva do que negativa, tornando-se possível afirmar que nem sempre tem contribuído para o aumento da segurança colectiva e da justiça social; a correção dos efeitos perversos da globalização implica a concretização de um programa de reformas políticas ousadas....”¹⁰⁰* No caso da Europa, a União Europeia trouxe uma integração económica, embora a dinâmica e os diferentes ritmos condicionasse e bloqueasse, que é o caso, toda uma conjuntura. Este processo é, em todo o seu caso, complexo por causa da interdependência.

⁹⁸ Jan Aart Scholte cit. em SOUSA, António Rebelo de Sousa, Da Economia Política – Aparentamentos, op. cit., p.81

⁹⁹ SOUSA, António Rebelo de Sousa, , Da Economia Política – Aparentamentos, op. cit., p.81

¹⁰⁰ Sholte cit. em SOUSA, António Rebelo de Sousa, , Da Economia Política – Aparentamentos, op. cit., p.81

Não é de agora que os Estados-Nação fazem trocas entre si, como é sabido. Têm abundâncias em alguns produtos, por outro lado, fraquezas e escassez de outros recursos. Este processo mobiliza milhões de transacções diárias entre povos. No entanto, frisamos que a criação de uma cultura económica interna, estruturada e competitiva, ao nível agrícola, industrial e tecnológica, são mais importantes do que nunca. Estas são linhas estratégicas que julgamos fundamentais para a construção de uma base única de independência de qualquer Estado-Nação. Para isso, deve existir, no nosso entender, uma estratégia bem definida, sendo o carácter a base, primeiro interno, por forma a aumentar o potencial interno, construindo uma especialização forte e acautelando as dependências e fragilidades, que são, per si, a criação de vulnerabilidades futuras.

Estas estruturas passam pela criação de uma cultura política, económica e social, que se traduza numa cultura nacional e num quadro estratégico de um Estado-Nação, é exemplo o incentivo à natalidade, o quadro de emigração, o forte investimento na educação, com um plano estratégico, conectado com os objectivos e os interesses nacionais a 10, a 20 e a 50 anos. Ou seja, uma estratégia de captação e integração de fluxos migratórios especializados, com uma atenção forte para estados com população inferior a 10 milhões de pessoas, cujo quadro da pirâmide etária não pode ser deficitária e sustentável a curto, médio e longo prazo.

Por outro lado, consideram-se efeitos perversos a assimetriação, agravamento das desigualdades, em termos sociais e regionais como, também, em termos sectoriais, o excesso de concentração do poder económico, sobretudo nos sectores em que se registam externalidades em cadeia, a instabilidade sócio-económica resultante dos ajustamentos estruturais provocados pela globalização.

Ora, como se observou, existe um inegável *engagement*, entre os domínios da ciência política, da economia, do direito, da sociologia e da antropologia, que carecem da maior cautela. É este entruzamento, esta interacção e esta abertura total ao conhecimento, que requer a máxima atenção e cautela, sobre a forma como cada Estado-Nação se deverá reposicionar ao nível do carácter da sua liderança e da sua cultura nacional, como já o defendemos e como adiante justificaremos.

6. Da Formação e Construção da Nação e do Estado

É, antes de mais, absolutamente fundamental recordar que cada Estado-Nação se conheça a si próprio, conheça as suas origens, a sua constituição genética, Carácter da Liderança e da Cultura Nacional, como é fundamental que os Estrategas tenham em conta também, na elaboração da Estratégia, o conhecimento dos contrários, como notou Sun Tzu; *"Por isso, quem conhece o inimigo e se conhece a si mesmo em cem batalhas nunca será derrotado. Quem não conhece o inimigo, mas se conhece a si mesmo, terá iguais probabilidades de vitória e de derrota. Quem não conhece o inimigo nem se conhece a si mesmo será derrotado em todas as batalhas."*¹⁰¹

6.1 Da Cultura Nacional

A cultura foi até ao século XX, relacionada com a, "conquista espiritual", tendo sido só recentemente, de acordo com estudos históricos, antropológicos e sociológicos, que se reforçou, como notou Mendes, a ¹⁰²*"ideia de que não basta falar de cultura, em geral, dada a existência de diversos tipos de cultura. Daí o facto de hoje se usarem frequentemente expressões como: cultura erudita e cultura popular, cultura de elites e cultura de massas, cultura literária, filosófica ou cultura científica ou técnica-científica; cultura material e cultura empresarial; culturas nacionais e culturas regionais, etc."*¹⁰³

Com refere o autor, *"...a cultura, em sentido absoluto, filosófico e pedagógico, aparece como cultura animi, cultura do espírito – pode definir-se como a acção que o homem exerce por si e sobre si, visando uma auto-transformação, ou seja, o processo de evolução do espírito humano, a a que podemos chamar o processo de humanização do homem."*¹⁰⁴

¹⁰¹ TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op. cit., p.35

¹⁰² TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op.cit.,p.47

¹⁰³ MENDES, Amado, M. José, *Características Da Cultura Portuguesa*. Alguns Aspectos E A Sua Interpretação, Revista Portuguesa de História, t.XXXI, Vol. I, 1996, op.cit.,p.47

¹⁰⁴ MENDES, Amado, M. José, *Características Da Cultura Portuguesa*. Alguns Aspectos E A Sua Interpretação, op. cit., p.48

Sobre o ponto de vista etnológico, “A. Jorge Dias definiu cultura como sistema de ideias, sabedoria, atitudes, técnicas, equipamento material, padrões de comportamento, literatura oral, danças, música, crenças mágicas e religiosas que caracterizam qualquer sociedade e constituem o seu património sócioal.”¹⁰⁵

A partir do século XX, a cultura associou-se ao materialismo, daí surge o conceito de cultura material. Como notou Mendes, “Esta tem por objecto a história dos elementos, das pessoas e das coisas do processo de produção e de reprodução da vida material das sociedades no curso dos diversos estádios de desenvolvimento desses elementos.

Estes são assim constituídos:

- a) os meios de trabalho;
- b) o objecto do trabalho, ou seja, as riquezas naturais;
- c) a experiência do homem no processos de produção e
- d) por último a utilização dos produtos materiais.¹⁰⁶

Trata-se pois, não de uma cultura de elite, mas sim de uma cultura do grosso da população.

Edgar Schein, definiu a cultura de um grupo como, “...a pattern of shared basic assumptions learned by a group as it solved its problems of external adaptation and internal integration, wich has worked well enough to be considered valid and, therefore, to be taught to new members as the correct way to perceive, think, and feel in relation to those problems.”¹⁰⁷

Mas, afinal, porque é que a cultura é muito importante para a Estratégia? Neste contexto, recorremos Schein, quando notou que a tomada de decisões sem a consciência cultural operativa pode ter consequências desastrosas, “Culture matters. It matters because decisions made without awareness of the operative cultural forces may have unanticipated and undisireable consequences.”¹⁰⁸ Podemos aplicar esta resposta à Política, às organizações e aos sub-grupos.

A Cultura, defende ainda Schein, ajuda-nos a prever determinados cenários antecipar determinadas decisões. Em alguns casos, poderão ser

¹⁰⁵ MENDES, Amado, M. José, *Características Da Cultura Portuguesa*. Alguns Aspectos E A Sua Interpretação, op. cit., p.48

¹⁰⁶ MENDES, Amado, M. José, *Características Da Cultura Portuguesa*. Alguns Aspectos E A Sua Interpretação, op. cit., p.48

¹⁰⁷ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, Jossey Bass, San Francisco, 2010, op. cit., p. 18

¹⁰⁸ SCHEIN, H., Edgar, *The Corporate Culture, Survival Guide*, Jossey Bass, San Francisco, 1999. op.cit., p.41

evitados alguns cenários desastrosos se fosse dada uma maior atenção à cultura, *“The argumente for taking culture seriously, therefore, is that one should anticipate consequences and make a choice about desirability.”*¹⁰⁹

Assim, para entendermos um sub-grupo, uma organização, uma Nação, ou um Estado-Nação, teremos, necessariamente, que compreender a sua cultura. Segundo Schein, estruturam-se quatro tipos de culturas:¹¹⁰

- “1)Macrocultures-Nations, ethnic and relious groups, occupations that existe globally;*
- 2)Organizational cultures – private, public nonprofit, governement organizations*
- 3)Sulbcultures – Occupational groups wiythin organizations;*
- 4)Microcultures – Mircosystems within or outside organizations.”*

Mas o que leva a que existam pessoas que se associem em torno de uma causa? O que leva pessoas a identificar-se com ideias mobilizadoras? O que leva pessoas a seguirem por determinados caminhos em prol de outros? O que leva pessoas a formarem uma comunidade e a seguirem um determinada estratégia conjunta? Por outro lado, qual a influência da cultura na estratégia? Será que a cultura se pode formar ou ela é uma herança e, portanto, inalterável?

Por isso, defende-se que a cultura tem várias funções. É o berço da civilização, das famílias, das comunidades, dos grupos, das organizações, das Nações, e em última, instância dos Estados-Nação. Neste sentido, a cultura é uma passagem histórica de padrões cujo o significado transporta símbolos pelos quais o homem comunica e perpétua o seu conhecimento ao longo da vida, na perspectiva de Clifford Geertz, *“as an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic form by means of wihch men communicate, perpetuate, and develop their knowlegede about and atitutes towards life.”*¹¹¹

¹⁰⁹ SCHEIN, H., Edgar, *The Corporate Culture, Survival Guide*, op.cit., p.3

¹¹⁰ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 2,3

¹¹¹ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat Reduction Agency, United States Governement Agency, 2006. op. cit., p.5

Ora, é através da cultura que nasce um conjunto de elementos que conduz à construção, aceitação, apreensão, integração e à praxis de uma ideologia, que representa um ideal comum. Aquele ideal único, exclusivo e representativo de toda a comunidade, de uma Nação ou de um Estado-Nação. É esse ideal que terá que estar bem identificado e percebido. Seguindo a observação, a título de exemplo, de Miguel Unamuno, a propósito da justificação da tristeza portuguesa, evidencia-se a importância desse ideal, *“esta enorme tristeza, este arraigado pessimismo, brota da falta de um elevado ideal colectivo, de um desses ideais que, unificando a vida de um homem e a de um povo, dão-lhe aquela personalidade sem a qual a vida não é, mesmo com riqueza, mais que vazio e tristeza.”*¹¹²

Como notou Sousa, a cultura é também, *“...o código pelo qual os actores se compreendem no jogo social, e ao mesmo tempo a significação particular de que se revestem a acção e as instituições sociais em cada colectividade. Logo, a cultura dá um sentido à própria noção de identidade, ou melhor, aos diferentes sentidos da identidade.”*¹¹³ Diríamos que esta noção de código é fundamental para perceber num determinado povo, qual a sua unicidade e carácter de união, não só no seu pensamento comum, como na sua acção conjunta. Esta compreensão, é, obviamente, necessária para determinar essa unicidade, não só no que é básico em matéria nos princípios éticos e morais dos direitos e liberdades, mas também da clareza do idioma, que diz respeito à concepção de padrões que regulam, ainda que virtualmente, o respeito e defesa do grupo, do Estado-Nação.

Outro aspecto fundamental na cultura de um povo são as representações. Este conceito terá sido introduzido inicialmente por Émile Durkheim e, posteriormente, pela escola Francesa. Por representações entende-se o, *“...conteúdo da consciência colectiva, isto é, o conjunto de imagens, de esquemas, de modelos, de símbolos e de ideais vinculados por uma sociedade, particularmente no que respeita à figuração de um sistema do mundo ou de uma ordem de valores.”*¹¹⁴ Como Holsti notou, *“as representações são imagens, isto é, as percepções que possuem sobre um objecto (ideia, coisa, ou pessoa), facto ou condição, as avaliações que*

¹¹² SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, MGI Portugal, Lda, Lisboa, 2012, op.cit.,p.11

¹¹³ AMANTE, M. Fátima, SOUSA, Fernando, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática, nota de abertura*, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2011, op.cit.,p.5

¹¹⁴ RIBEIRO, António Silva, *Política De Defesa Nacional E Estratégia Militar, Modelo de Elaboração, Segurança e Defesa, Diário de Bordo*, Loures, 2010, op. cit.,p.37

*dele fazem em termos de bom ou mau, de um amigo ou hostil, de valioso ou desprezível; e o significado que lhe atribuem.”*¹¹⁵ Importa, ainda, mencionar que as representações podem ser distintas da realidade devido à impossibilidade “...física de apreender ou dispor de toda a informação, mas também, à distorção provocada por valores, crenças, teorias, doutrinas e ideologias, integradas por cada governante na sua consciência individual, que influenciam as suas atitudes. Existem, assim, factores físicos e psicológicos que distorcem a informação, sobre a qual se baseiam as representações do governante.”¹¹⁶

Mas as representações são um produto do imaginário, do mito, das imagens simbólicas, que se organizam no espaço e no tempo. Neste contexto, segundo Sebastião, “...o imaginário é produto do pensamento mítico. Este é um pensamento concreto, baseado na analogia, exprimindo-se por imagens simbólicas organizadas de forma dinâmica. O pensamento mítico determina as percepções do espaço e do tempo, as construções materiais e institucionais, as mitologias e as ideologias, os saberes e os comportamentos colectivos.”¹¹⁷

Por outro lado, como evidenciou Ribeiro, “O fundamento de valores, encontra-se no espírito humano que aprecia o valor (interesse) que o objecto, facto ou condição exterior representam. Entre as diversas categorias de valores, podem distinguir-se, por exemplo, os éticos ou morais, os jurídicos, os económicos, os culturais, os religiosos e os políticos.”¹¹⁸

As crenças, como nota Ribeiro, “são representações colectivas que os governantes tornam como verdadeiras, mesmo caso não possam ser verificadas ou comprovadas. Variam entre a opinião comum, considerada por todos como uma evidência, e os dogmas religiosos que se fundam na autoridade de um testemunho sobrenatural. Como constituem os fundamentos dos mitos e das ideologias nacionais, qualquer esforço para as questionar ou examinar suscita hostilidade.”¹¹⁹

¹¹⁵ RIBEIRO, António Silva, Política De Defesa Nacional E Estratégia Militar, Modelo de Elaboração, Segurança e Defesa, op. cit.,p37

¹¹⁶ RIBEIRO, António Silva, Política De Defesa Nacional E Estratégia Militar, Modelo de Elaboração, Segurança e Defesa, op. cit.,p37

¹¹⁷ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit., p.36

¹¹⁸ RIBEIRO, António Silva, Política De Defesa Nacional E Estratégia Militar, Modelo de Elaboração, Segurança e Defesa, op. cit.,p37

¹¹⁹ RIBEIRO, António Silva, Política De Defesa Nacional E Estratégia Militar, Modelo de Elaboração, Segurança e Defesa, op. cit.,p38

Importa também evidenciar que as crenças estão directamente relacionadas com a religião como factor determinante para justificar atitudes e comportamentos que cada estrutura de Estado-Nação possui, como notou Romana, *“A forma e conteúdo do sistemas ideológicos determinam a natureza dos tipos de oportunidades que podem ser oferecidos pelos projectos de desenvolvimento. Os sistemas de crença do Islamismo, do Hinduísmo e do Cristianismo, por exemplo, estão correlacionados com atitudes em relação aos projectos de desenvolvimento.”*¹²⁰

Importa, neste campo, evidenciar que a percepção e a relação entre o Estado e a Nação, resulta do culto da identidade e do sentimento nacional. Como salientou Couto, *“estes desempenham três funções importantes: transcender o esquecimento através da posteridade, assegurando a continuidade passado-presente-futuro; realizar a fraternidade, através de símbolos, cerimónias e ritos que ligam a vida aos mortos ilustres, e, essencialmente em períodos de decadência, restaurar a auto-estima e afinidades colectivas, através da invocação de uma idade de ouro de grandezas profundas.”*¹²¹

Podemos transportar este facto para a evidência do nacionalismo, por se defender ser o meio imaginário que promove o sentido da união, da convergência e da unicidade, como adiante reforçaremos, ser um elemento fundamental para o alcance da estratégia. Não podemos, naturalmente confundir esta base com extremismos, que em nada contribuem para a relação com outras culturas. Não é disso que se trata como adiante notarei. Trata-se de reforçar, permanentemente, a base unificadora de um Estado-Nação. O Estado em si parece-nos descaracterizado e despersonificado, precisa do *facto nacional*, como também defende Couto. Precisa da Nação, precisa da Alma e da Emoção.

Para este propósito, importa referir que é absolutamente necessário que, na avaliação do potencial estratégico de qualquer Estado-Nação, se entenda qual o grau do facto nacional, qual o grau do sentido que essa comunidade dá ao sentido uno e comum. Sem essa percepção de unificação, sem consciência da mensagem estratégica ser percebida, a

¹²⁰ ROMANA, Heitor, Apontamentos Sobre Cooperação, Desenvolvimento E Mudança:Um Enfoque Antropológico E Organizacional, op.cit., p.223

¹²¹ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outuno-Inverno, op.cit., p.308

curto, médio e longo prazo, a estratégia morre por si. É impossível mobilizar quem quer que seja sem uma base unificadora e, acima de tudo, sem que a comunidade perceba, afinal, quem somos, qual a identidade, onde vivemos, o que fazemos, como fazemos, para quem fazemos, sem deixar de envolver o factor tempo, que nos permite avaliar a história, os marcos do tempo, para que sejam criados valores intangíveis do domínio dos valores, dos princípios, dos símbolos, dos mitos, dos heróis, dos ritos, promovem o sentido de pertença e união. É impossível à Estratégia prosseguir sem este marcos.

Como evidenciou Sebastião, *“Sem a consciência do que fomos e do que somos não estaremos presentes no que viermos a ser...”*¹²² É preciso portanto introduzir no imaginário o sentido único de valor, que se torne no ideal, aquele único que transcende o individual e que é integrado, respeitado, honrado e perpétuado no tempo pela comunidade.

A esta lógica associamos a necessidade da difusão deste ideal com um código comum, o mesmo idioma, e que se acelerou com a evolução dos meios de informação, quer interna, quer externamente. Realçamos quer a facilidade, quer a dificuldade actual para a estratégia, tendo em conta a complexa liberalização e liberdade dos mass media que, para o bem e para o mal, comunicam a notícia de acordo com interesses económicos e políticos, por um lado, denunciando actos menos próprios, por outro, deturpando a realidade e criando diferentes percepções, mas que, em qualquer dos aspectos e de uma forma geral, tendem a reforçar o espírito de pertença.

Como notou Benedict Anderson, *“que a visão mais nítida pode ser dada de uma comunidade secular, naturalmente ritualizada e cronometrada, que a audição, a uma certa hora, de um noticiário de televisão, em que milhões de indivíduos, desconhecidos entre si, compartilham dezenas de acontecimentos muitas vezes relativamente banais, ocorridos com pessoas e em locais desconhecido, mas que os entusiasma, enfurecem, lhes suscitam comentários, ou emocionam, ao ponto de provocarem movimentos de solidariedade, apenas por um sentimento de pertença a uma mesma comunidade.”*¹²³

¹²² SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit., p.11

¹²³ Benedict Anderson cit. em COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p.308

Mas a cultura é dinâmica. A cultura é um processo em movimento, forma-se, muda-se e altera-se em determinados momentos da vida de um grupo, de uma comunidade, Nação, ou Estado-Nação. Por outro lado, também se explica que as complexas interações de outras culturas, podem criar Estados confusos e dissipação cultural, perdendo lentamente práticas e costumes, adoptando novos valores, novas realidades, até porque os próprios conceitos vão evoluindo. Sobre esta questão, recorreremos a alguns autores que justificam esta teoria.

Como evidenciou Sebastião, *“...o indivíduo é composto de três matérias; física, biológica e psíquica, que determinam o seu comportamento e o seu conhecimento. Com este pretexto investiga-se o imaginário mítico como uma estrutura de representações de poderes sobrenaturais e, por vezes, inexplicáveis que desempenham determinadas funções, nem sempre conhecidas, dentro de uma sociedade permitindo, a sua existência. Esta estrutura é influenciada por um sistema colectivo de crenças pré-existentes a partir do qual cada indivíduo estabelece as suas próprias relações entre os demais e as coisas, formando uma rede de significações estáveis.”*¹²⁴

Ora, a grande dificuldade para a Estratégia passa, nos dias de hoje, pela qualidade e pelo carácter da Liderança e pela forma como elabora o processo de construção cultural baseada na constância unificadora. Exige, ao Líder, a arte pelo talento e a ciência pelo processo. É através da elaboração da Estratégia que se vão gerindo todas as variáveis que todos os dias entram dentro do sistema. Algumas provocam sensações boas, outras rasgos e as fissuras que podem colocar em causa o sentido passado da comunidade, provocando e desmistificando mitos, provocando um sentido de anomia, de desinteresse pelo sentido de pertença, próprias da liberdade de expressão, do volume e excesso de informação, que pode originar estados de confusão. Requer, por isso, um retorno sucessivo ao apelo da memória, às práticas, ao rituais, à fundação, para que o processo esteja em constante construção, para que não sejam esquecidos os elementos intangíveis que são geradores de uma energia sobrenatural. É este equilíbrio que é o grande desafio. É este equilíbrio que o Líder deverá

¹²⁴ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.citi., p.1

estar atento na estratégia, tendo em conta a complexidade global existente.

Por outro lado, há, de facto, factores hereditários que passam de geração em geração, que estão na nossa genética. Mas existem os novos padrões culturais, como adiante verificaremos e que, de geração em geração, podem promover alterações culturais. Como notou Couto; *“O Estado-Nação, reveste-se de características singulares.”*¹²⁵

Neste sentido, existem autores que defendem que a cultura é uma herança. Lara considera que a cultura, *“...é uma herança social transmitida de geração em geração mediante mecanismos de enculturação dos indivíduos nos grupos e independente da transmissão genética. São suas características os factos de ser superorgânica, transmissível, independente das características bio-rácicas e exclusiva do género humano, porque só este possui capacidades de abstração, de simbolização, de planeamento e previsão em larga escala, de raciocínio lógico, de ajuizamento e de coordenação geral que lhe permitem deixar às gerações subsequentes um conjunto de valores que supera a herança geneticamente transmitida e praticamente única para as restantes espécies animais do globo.”*¹²⁶

Por outro lado para Lucian Pye, *“...the dynamic vessel that holds and revitalizes the collective memories of a people by giving emotional life to traditions”*.¹²⁷ Este ponto, segundo Jeffrey Lantis, é fundamental como veículo para perpétuar valores e preferências, bem como a sua revitalização e renovação.

Os sociólogos têm uma abordagem que remete a cultura para uma aprendizagem, *“...Estes, quando falam do conceito cultura, referem-se a esses aspectos das sociedades humanas que são aprendidos e não herdados. Esses elementos da cultura são partilhados pelos membros da sociedade e tornam possível a cooperação e a comunicação...a cultura de uma sociedade engloba tanto os aspectos intangíveis, as crenças, as ideias e os valores que constituem o teor da cultura – como aspectos tangíveis – os objectos, os símbolos ou tecnologia que representam esse conteúdo.”*¹²⁸

¹²⁵ COUTO, C., Abel, A *Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p308

¹²⁶ Lara, Antonio de Sousa, Ciência Política, *Estudo da Ordem e Subversão*, 6ª Edição, ISCSP-UTL, Lisboa, 2011, op.cit., p.159

¹²⁷ Lucian Pye cit. em Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat Reduction Agency, United States Government Agency, 2006. Op. cit., p.6

¹²⁸ Giddens, Anthony, Sociologia, 8ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.23

Seguindo também de perto a sistematização e as ideias de Edgar Morin, “o Estado-Nação é uma comunidade de destino, memorizada e transmitida, de geração em geração, em primeiro lugar pela família, depois pela escola, pelos cantos, jogos, livros, etc.”¹²⁹ Não poderemos também deixar de incluir alguns teóricos que associam a política à estratégia, nesse sentido, e na composição da cultura estão as normas, que podem ser definidas segundo Katzenstein, Jepperson, e Wendt como, “...*right or wrong, a prescription or proscription for behavior for a given identity.*”¹³⁰

Por estas razões, remete-se a análise estritamente para o conceito cultura no seu sentido lato, por se considerar que possui na sua essência, as mesmas características quando observamos uma família, uma comunidade, uma Nação ou um Estado-nação. A Cultura enquanto conceito é só um, é transversal à forma de produção, difusão, apreensão e incorporação. É a dimensão e abrangência que estratifica, é dimensão da comunidade, Nação ou Estado-Nação que lhe dá a força e a dimensão para ser reconhecida. Por isso necessita de ter o seu contrário, para que seja reconhecida pela outra, pelo diferente. Todas as culturas estão expostas e integradas num determinado meio sistémico, estão subjugados à ética dos princípios e valores, às normas legais, estatuídos em documentos, acordos, convenções ou outros, e à moral, aos que determinam comportamentos, e que definem, quer nós queiramos quer não, padrões eleitos pelo poder, de forma a perpétuar esse ideal único ao longo do tempo.

Ora, este processo é feito por pessoas para pessoas, num sistema social, através de uma interacção desde o âmbito familiar, à escola, às organizações e aos governos. Todas estas estruturas são responsáveis por transmitir e comunicar através da ética, da moral, das normas e dos padrões sociais, para que seja identificado em cada indivíduo o bem o mal, o correcto e o incorrecto, o desvio e o não desvio de um determinado cidadão, face ao padrão previamente definido e aceite. Mas caberá, de uma forma objectiva, aos líderes governamentais determinar tal orientação.

A integração e manutenção sistémica do processo cultural deve merecer, no âmbito do nosso objecto de investigação, a melhor atenção

¹²⁹ Edgar Morin cit. em COUTO, C., Abel, A *Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p308

¹³⁰ Katzenstein, Jepperson, e Wendt cit. em Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat Reduction Agency, United States Government Agency, 2006. Op. cit., p.124

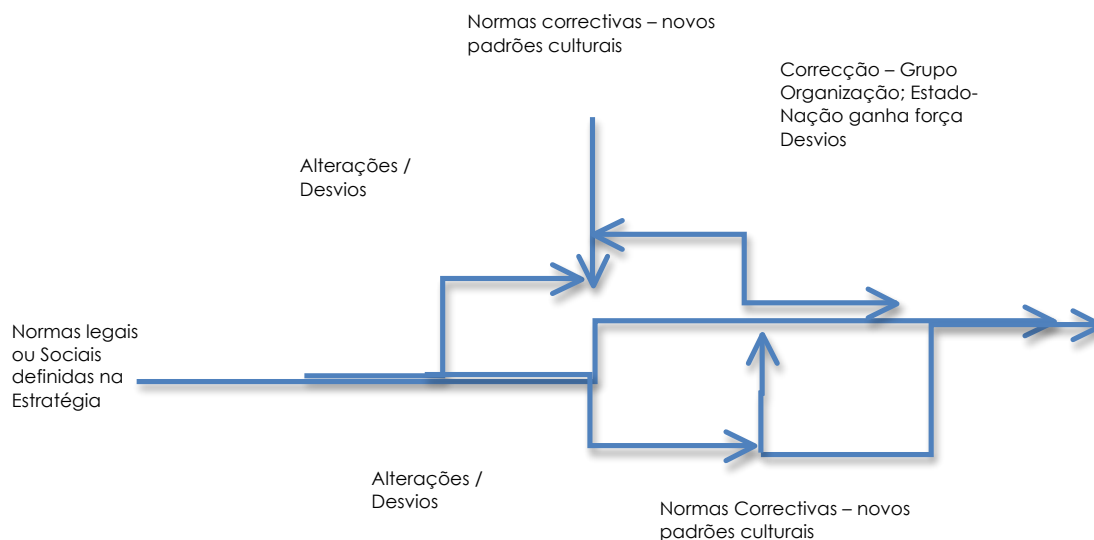
dos líderes e dos governos, para que possamos medir constantemente se a estratégia que os líderes, ou o *Príncipe*, levam a cabo, está na média proporcional ao ideal colectivo e é na devida proporção compreendido e aceite por todos.

Evidencia-se que o processo cultural sofre alterações e desvios devido à complexidade e variabilidade de padrões culturais. Esta situação origina roturas e desvios, que, por sua vez, obrigam a que se esteja constantemente a fazer reajustes de padrões culturais e reajustes normativos, cujo o objectivo visa a máxima integração do grupo.

No caso da política, são exemplo as normas legislativas, novas práticas adoptadas, novas normas jurídicas, convenções ou acordos, ou até os conceitos estratégicos revistos e redefinidos tendo em conta alterações de meio ambiente interno ou externo, quer micro, quer macro, ou outros de ordem geopolítica, e que levem a alterações comportamentais do grupo. São estes reajustes permanentes que fazem com que seja possível, não só introduzir novas práticas adaptadas à realidade dos Estados-Nação, bem como garantir a manutenção da coesão do respeito da sua historicidade, através de uma linguagem una, absolutamente determinante para o atingimento dos objectivos fixados pela Estratégia.

Na figura 2, evidencia-se, como atrás se notou, que o processo cultural é dinâmico, sujeito a alterações que resultam da interacção de grupos, comunidades, Nações ou Estados-Nação. Ora, é esta interacção que promove alterações e desvios e, por consequência, a adopção de novos padrões culturais, produzindo também correções.

Fig. 2 - Desvios dos Indivíduos, Grupos, Organizações e Estados-Nação face ao normativo legal e social:



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Assim, a cultura tem a ambiguidade de ser percebida e apreendida como processo dinâmico, sempre em constante mutação, suportada por simbologia, mitos, heróis, práticas e rituais, por valores e princípios que tornam o processo sustentado na herança, mas também em permanentes reajustes de integrações de novas práticas promovendo desvios que, continuados no tempo, podem provocar alterações significativas a todos os níveis.

Em relação a este processo dinâmico e complexo, Schein realça a dinâmica constante através das interacções, das percepções, dos sentimentos e das acções sociais. Por outro lado, implica estabilidade e alguma rigidez para que os desvios não sejam muito acentuados, para não provocarem oscilações constantes sobre as forma normais e aceites pela comunidade, “... *Culture is both a here and now dynamic phenomenon and coercive background structure that influences us in multiple ways. Culture is constantly reenacted and create by our interactions with others and shaped by own behavior. ... implies stability and rigidity in the sense that how we are supposed to perceive, feel, and act in a given society, organization... supplies language, and language provides meaning in our day-to-day life... can be thought of as the foundation of the social order that we live in and*

of the rules we abide by.”¹³¹ Acrescentamos a esta observação de Schein que o sistema cultural também requer o seu equilíbrio, para que seja possível passar mensagens constantes e perpetuá-las no tempo. Ora, a mudança sistemática, repentina, sucessiva e abrupta, não é o melhor para a constância na construção de um processo identitário de um Estado-Nação. Todavia, se necessário, é importante que essa mudança cultural se faça.

Importa também mencionar, que o nosso objecto está centrado na cultura enquanto pilar base no sucesso da estratégia e na sua forma equitativa como ela é formada, tanto ao nível macro ou micro. Por muito que as micros culturas possam possuir padrões de autonomia, serão sempre subjugados a padrões macro, às normativas legais e sociais definidas na Estratégia e pelo Poder.

As definições de cultura têm sido separadas, desenvolvendo-se o conceito de cultura organizacional, direccionado para as áreas da gestão e das organizações em geral. Segundo Billhim, para este exemplo a, *“...cultura organizacional é o padrão de pressupostos básicos que um dado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu, aprendendo a lidar com os problemas de adaptação externa e de integração interna, e que têm funcionado suficientemente bem para serem, considerados válidos e serem ensinados aos novos membros como o modo correcto de compreender, pensar e sentir, em relação a esses problemas.”*¹³² Há nesta observação um aspecto coincidente com o que se defende, ou seja, poderemos afirmar que o grupo, ao criar novos padrões culturais, está a desenvolver as suas próprias normas, uma linguagem comum, rituais, acções, que são definidos e aceites na Estratégia. Nota-se, ainda, que, seja qual seja o padrão cultural definido, ele estará sempre subjugado ao padrão macro, inserido da dimensão Nação.

Outro pressuposto muito importante, é o de que, como atrás mencionámos, *“...não existem culturas sem grupos, e se quisermos definir uma cultura, temos de ser capazes de localizar um grupo que seja possuidor específico dos valores dessa cultura.”*¹³³

¹³¹ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 53

¹³² BILHIM; João, *Teoria Organizacional- Estrutura e Pessoas, Teoria Organizacional*, ISCSP, Lisboa, 2008, op.cit., p. 186

¹³³ BILHIM; João, *Teoria Organizacional- Estrutura e Pessoas*, op.cit., p. 185

Neste sentido, importa referir também que um grupo é definido como:¹³⁴

- “Estão juntos o tempo suficiente para compartilharem objectivos, problemas, valores e regras comuns;
- Têm oportunidades de resolver esses problemas de acordo com os objectivos, valores e interesses que perfilham;
- Na aceitação de novos membros seguem as regras comuns“

É importante mencionar que o processo de formação de cultura é semelhante ao processo da formação de um grupo, ou seja, sem um grupo não existe cultura, sem a partilha de princípios estamos perante pessoas desagregadas e, por último, o crescimento do grupo e das culturas depende do resultado da liderança e das experiências partilhadas, *“The process of culture formation is, in a sense, identical to the process of a group formation in that the very essence of groupness or group identity – the share patterns of thought, belief, feelings, and values that result from shared experience and common learning – results in the pattern of shared assumptions that I am calling the culture of the group. Without a group, there can be no culture, and without some shared assumptions, some minimal degree of culture, we are really talking only about an aggregate of people, not a group.”*¹³⁵ Ora, para a formação de grupos, comunidades, Nações ou Estados-Nação os pressupostos são exactamente iguais.

Neste contexto, como notou Bilhim, *“...é, pois, o resultado das aprendizagens de um grupo, de um organização ou sociedade. Quando um conjunto de pessoas enfrenta simultaneamente um problema e tem de encontrar uma solução que sirva simultaneamente interesses comuns. Estamos, assim, confrontados com uma situação de formação de cultura.”*

¹³⁶

Este processo envolve a ocorrência de um problema partilhado e o reconhecimento, também partilhado, de que soluções encontradas agora, continuarão a funcionar no futuro. Trata-se de uma aprendizagem

¹³⁴ BILHIM; João, *Teoria Organizacional- Estrutura e Pessoas*, op.cit., p. 185

¹³⁵ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 73

¹³⁶ BILHIM; João, *Teoria Organizacional- Estrutura e Pessoas*, op.cit., p. 188

conjunto, que pode assumir duas formas. Uma primeira que se prende com a situação positiva, que visa resolver os problemas, em que o grupo procura obter soluções até que estas deixem de funcionar. Uma segunda em que, para evitar situações de ansiedade, se opta pela repetição de soluções aprendidas e consideradas funcionais. A razão reside no facto de o aprendiz não estar disposto a testar a situação para verificar se a causa da ansiedade ainda subsiste.

Suporta-se assim que, a criação e formação de cultura é um processo dinâmico mas, ao mesmo tempo, estanque porque a sua difusão e apreensão, precisa de equilíbrio como qualquer sistema. Sempre que existe um problema, é gerada uma ideia, que pode vir a resolver esse problema com sucesso e, se assim for, é adoptada como norma que, por sua vez é adquirida pelo grupo, comunidade, Nação ou Estado-Nação. Poderemos, ainda, considerar que a formação de cultura faz parte de um conjunto de ideias imaginárias, intangíveis pela sua dimensão espiritual no caso da ética, dos princípios e valores, e por outros tangíveis fisicamente, como é caso dos bens materiais que são criados, gerados e adoptados, para o exercício de práticas regulares nas sociedades. O processo de cultura é também uma forma de gerir ansiedades e criar zonas de conforto, evitando situações de tensão e conflito, libertando energia do sistema.

Em relação ao processo de construção de padrões culturais evidencia-se a tese defendida por Hofstede utilizando expressão *programação mental*. Esta expressão foi utilizada, na sua investigação, para explicar como surgem comportamentos adquiridos. Como justifica, “*O comportamento do ser humano é apenas parcialmente predeterminado pelos seus programas mentais: o ser humano tem uma capacidade básica de se desviar deles e reagir através de formas que sejam novas, criativas, destrutivas ou inesperadas.*”¹³⁷ Ora, é este processo que confere a dinâmica aos padrões culturais, tendo em conta as variáveis do indivíduo e da sociedade que está inserido.

É importante atender também ao momento em que ocorre o processo, bem como às alterações do ambiente externo ou interno que provocam abertura, receptividade e aceitação a um ambiente calmo e sem

¹³⁷ HOFSTEDE, Geert, *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*, Edições Sílabo, Lisboa, 2003, op.cit.,p.18

manifestos de insegurança, ou se, por outro lado, o ambiente é agressivo, tenso, problemático, inseguro, provocando defesa e o fechamento.

Este processo provoca roturas paradigmáticas, como foi o caso da União Europeia, com a abertura de fronteiras, liberalização de capitais, livre circulação de bens e produtos, sociedade de consumo, uma nova constituição, definindo e moldando a envolvente normativa na qual a sociedade se moldaria, com novos enquadramentos legais, a entrada da mulher no mercado de trabalho e a sua independência, as alterações de infra-estruturas, a redefinição do Estado-Nação em relação à religião, assumindo-se como um Estado-Nação laico, entre tantas outras redefinições definidas na estratégia elaborada pelo poder político, abrindo espaço para uma liberalização que se deverá ter em conta, porque quando a desconstrução e difusão é rápida, torna-se perigosa pelo desmoneramento que pode provocar. Neste sentido, determinados comportamentos podem ser posteriormente expelidos, pelo simples facto que o ambiente externo ou interno se alterou. Como consequência verificam-se, novamente, alterações de carácter comportamental, originando a redefinição e reprogramação de novos padrões culturais.

Sobre esta matéria, Sebastião notou, referindo-se à essência que simboliza e caracteriza um povo que, *“...esta essência encontra-se actualmente assombrada pelos mitos dominantes da decadência e do progresso....Os mitos dominantes são resultado da acção de novas formas de emergência de outros poderes na cena global. São produto da acção dos meios de comunicação, efémera e volátil, de colectivo ocorrer ao nível do desejo material e nunca da riqueza ou necessidade espiritual.”*¹³⁸

Ora, tendo em conta esta dinâmica, considera-se que qualquer dos cenários pode ser propício para a adopção de diferentes padrões e comportamentos culturais. Exemplo disto foi o que aconteceu durante mais de 30 anos na Europa, com crescimentos e euforias económicas em que foi difundida e incorporada no sistema uma massa global da ideologia capitalista liberal da sociedade de consumo. Com a ruptura económica e colapso de Estados verificaram-se alterações radicais das normas legais e sociais. Este processo é doloroso porque, como se justifica, afirma Hofstede, *“...desaprender é mais difícil que aprender pela primeira vez.”*¹³⁹

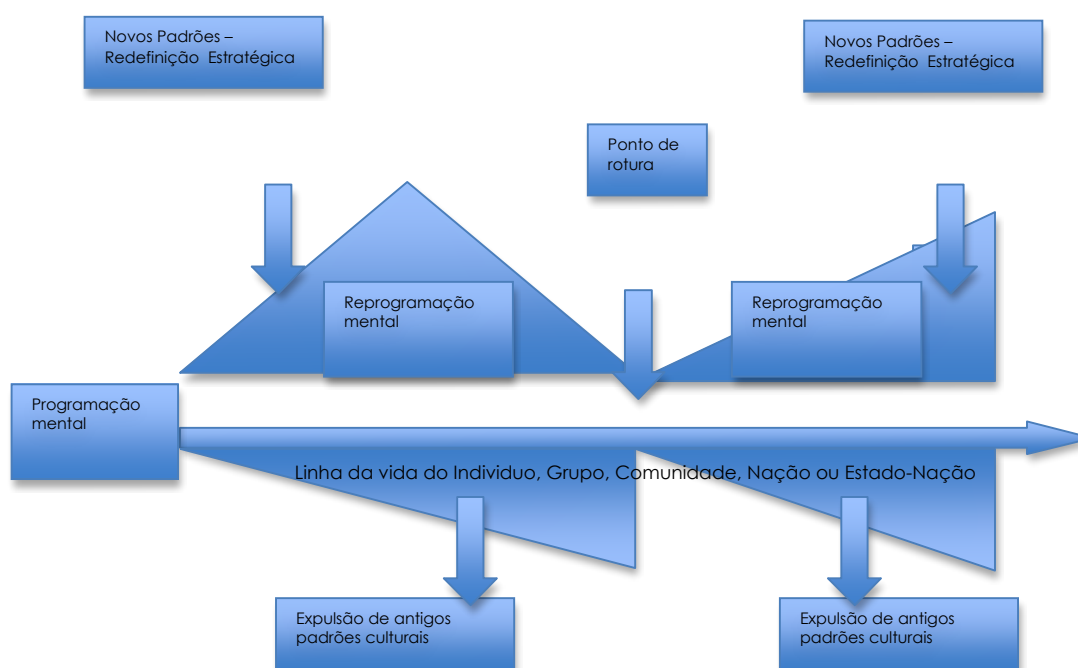
¹³⁸ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit.p.15

¹³⁹ HOFSTEDE, Geert, *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*, op.cit.,p.18 55

Ora, estes estados são variáveis múltiplas de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, de comunidade para comunidade e de Estado-Nação para Estado-Nação.

Como evidenciamos na Fig.3 o processo de programação mental de padrões culturais é dinâmico no qual se introduz a reprogramação mental por se considerar que o processo é continuado e alterável em determinados momentos, quando um indivíduo, um grupo, uma comunidade, um Estado-Nação, por várias razões, justifica que essas alterações possam estrategicamente alterar padrões mais adequados aos objectivos do todo, cujo o objectivo visa que se alcancem os objectivos fixados na estratégia.

Fig. 3 Processo de Programação e Reprogramação mental de Padrões Culturais



Fonte: Desenvolvido pelo autor – adaptado da teoria de Hofstede

Segundo Hofstede, somos programados ao longo do percurso da nossa vida. *“cada um de nós transporta consigo padrões de pensamento,*

*de sentimentos e de acção potencial, que são o resultado de uma aprendizagem contínua. Uma boa parte foi adquirida no decurso da infância, período de desenvolvimento onde somos mais susceptíveis à aprendizagem e assimilação.”*¹⁴⁰ Nota-se que esta observação é fundamental para a compreensão do processo de incorporação de padrões culturais, quer macro, quer micros.

Como evidencia o mesmo autor, todos estamos sujeitos à programação mental, *“A natureza constitui o que todos os seres humanos têm em comum, do professor russo ao aborígine australiano: representa o nível universal do programa mental de cada um. Herdámo-lo através dos genes. Se retomarmos a analogia com os computadores, constitui o sistema operativo que determina o nosso funcionamento físico e psicológico de base. A capacidade humana de sentir medo, raiva, amor, alegria, tristeza, necessidade de contacto com os outros, de jogo, de exercício, a capacidade de observar o meio e falar sobre isso com outros seres humanos, pertencem a este nível de programação mental.”*¹⁴¹ Ainda como notou Hofstede, o que, *“...cada um faz com estes sentimentos, a forma como os exprime, como relaciona as suas observações, é modificado pela cultura.”*¹⁴²... e, *“...a personalidade de um indivíduo, por outro lado constitui o seu conjunto único de programas mentais que não partilha com nenhum outro ser humano. Ela está fundada em traços que são herdados com o código genético único, e em parte adquiridos. Esta aquisição faz-se através da influência da programação colectiva (cultura) assim como através de experiências pessoais.”*¹⁴³

Neste contexto, observa-se que, de facto, o homem é possuidor de características que lhe são inatas e comuns a todos os seus semelhantes, com se mencionou. Por outro lado, a personalidade herda genética, mas é influenciada pelas camadas de programação mental colectiva que vai adquirindo, que se designa de cultura e que cada indivíduo, vai sendo influenciado através das suas experiências pessoais ao longo da sua vida. Esta abordagem reforça que, na necessidade de alterar uma estratégia a nível nacional, ela pode ser modificada de acordo com os objectivos fixados pela estratégia. Ou seja, é possível criar novas formas de estar,

¹⁴⁰ HOFSTEDE, Geert, *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*, op.cit.,p.18

¹⁴¹ HOFSTEDE, Geert, *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*, op.cit.,p.20

¹⁴² HOFSTEDE, Geert, *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*, op.cit.,p.20

¹⁴³ HOFSTEDE, Geert, *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*, op.cit.,p.21 57

uma nova linguagem, ou uma nova cultura adaptada às realidades e necessidades do mundo global, não esquecendo a historicidade, o simbolismo e a estrutura base na sua representação cultural.

Neste contexto, o que se pretende dizer é que é possível afinar problemas mal resolvidos na cultura nacional de qualquer Estado-Nação. É exemplo o caso da cultura portuguesa, como todos os valores e riqueza que lhe sejam atribuídos, a verdade é que ela carrega consigo uma mitologia obsessiva que define do carácter o povo português como, *“fontes inspiradoras e base da esperança, do fatalismo e da saudade portuguesa.”*

¹⁴⁴Como notou Cunha Leão, *“a história de Portugal e o carácter do povo está liminarmente ligado ao passado, aos mitos e grandes líderes.”*¹⁴⁵

Importa mencionar, também, que a cultura é um processo que deriva da criação de um determinado ponto base de convergência, de uma união, de um propósito e acima de tudo, de uma razão de ser. Este processo tem origem num determinado grupo, comunidade que estabelece uma missão e o propósito a que se destina essa comunidade. Como notou Schein, *“Every new group organization must develop a shared concept of its ultimate survival problem, from which usually is derived its most basic sense of core mission, primary task, or reason to be.”*¹⁴⁶ Voltamos a reforçar que sem este propósito, convergência e união não existe Cultura, apenas um conjunto de pessoas agregadas entre si. Por isso, a Cultura permite, através dos seus ideais, valores, rituais e formas de estar, proporcionar momentos de sensações benéficos e positivos para o grupo. Neste sentido, a cultura tende a ser apreendida, compreendida, incorporada, respeitada, praticada e difundida. Este será o marco histórico na dinâmica cultural. Claro que processo é bastante complexo e não se altera de um dia para o outro.

Assim, o processo da formação de cultura é na sua essência igual à da formação de um grupo, *“The process of culture formation is, in a sense, identical to the processo group formation in that very essence of groupness or group identity-the shared patterns of thought, belief feelings, and values that result...”*¹⁴⁷ O homem, como anteriormente mencionado,

¹⁴⁴ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit.p.15

¹⁴⁵ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit.p.16

¹⁴⁶ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 53

¹⁴⁷ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 73

desde que há memória, tem a tendência para se agrupar. Ora, todos os grupos e organizações sofrem do mesmo problema: ¹⁴⁸

1) dificuldades de sobrevivência;

2) A integração nos processos internos do grupo, seja ele que dimensão seja, de formar a assegurar a sobrevivência e a capacidade de adaptação.

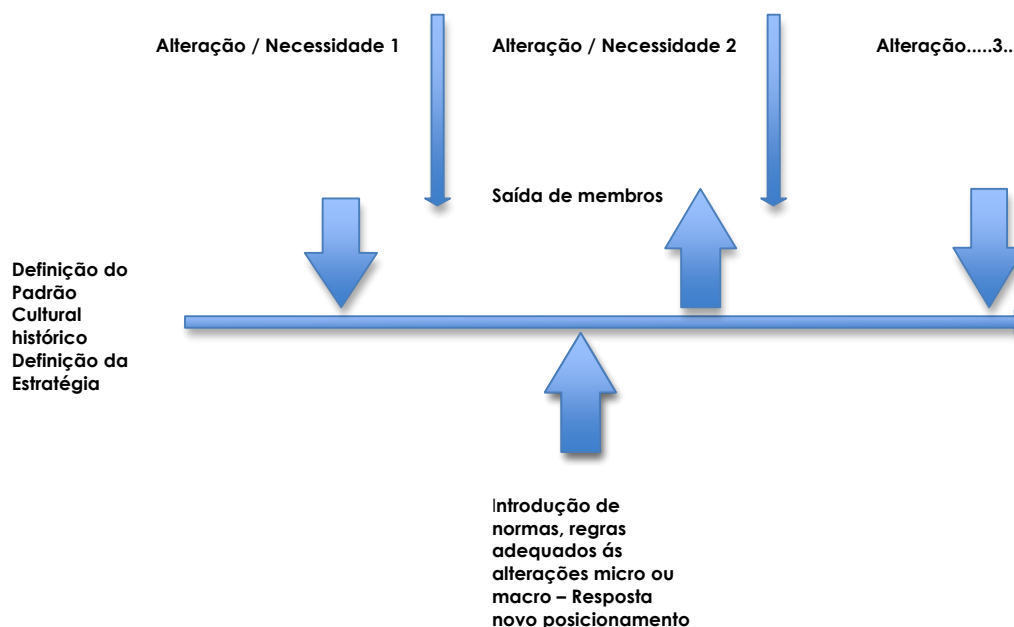
Nota Schein que, sem grupo, não há Cultura, sem partilha de princípios estamos apenas a falar de pessoas agregadas e que o crescimento do grupo e da Cultura depende da capacidade de Liderança; *“Without a group, there can be no culture, and without some shared assumptions, some minimal degree of culture, we are really talking only an aggregate of people, not a group.”* ¹⁴⁹

Como se evidencia na Fig.4, o processo cultural é um processo dinâmico. Embora sejam definidos padrões culturais que venham de gerações em gerações, eles podem ser herdados pelas entradas de novas gerações ou no caso das organizações aderindo ou colaborando com elas. É impossível que o padrão cultural se mantenha estanque como é defendido. Este é um processo dinâmico que está em permanente actualização e reajustamento pelos desvios e pela complexidade de variáveis e de padrões culturais que estão envolvidos numa Nação, num Nação com outras Nações, em organizações nacionais ou multinacionais ou transnacionais ou em pequenos grupos.

¹⁴⁸ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, p. 73

¹⁴⁹ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, p. 73

Fig.4 - Processo da dinâmica cultural



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Uma das suas conclusões, é a de que a cultura é profunda, penetrante, complexa, modelada e moralmente neutral, *“The most importante lesson for me is the realization that culture is deep, pervasive, complex, patterned, and morally neural.”*¹⁵⁰

Neste contexto, é fundamental realçar que a cultura têm uma grande amplitude e que, para que consigamos compreender outra cultura, teremos que ter uma grande capacidade de nos abstrairmos da nossa, temos que ter uma consciência do certo e do errado e admitirmos que a Cultura simplesmente existe. Como salientou Schein, *“I had to overcome my own cultural prejudices about the right and wrong way to do things, and to learn that culture simply exists.”*¹⁵¹

¹⁵⁰ SCHEIN, H., Edgar, Organizational Culture And Leadership, op. cit., p. 53

¹⁵¹ SCHEIN, H., Edgar, Organizational Culture And Leadership, op. cit., p. 53

Por outro lado, para a dinâmica cultural, a comunicação é extremamente importante, e muitas vezes falha porque existem diferentes percepções e conhecimentos sobre as mesmas palavras ou conceitos. É fundamental compreender as diferenças e complexidade da comunicação quando não existe um alinhamento conceptual por parte da comunidade em relação a este aspecto. Tratam-se de códigos de entendimento que unificam as percepções, ou seja, o mesmo é dizer que confiança é para um o que é para outro.

Nesta matéria, importa mencionar que, independentemente das subculturas que interagem no seio da comunidade ou organização, ela reflecte a cultura nacional de cada Estado-Nação. Ou seja, a cultura de cada Estado-Nação marca decididamente a cultura das organizações, em função da sua origem, independentemente dos países onde possa estar representada.¹⁵²

Embora Schein se foque nas organizações, importa mencionar que não identificamos separações, na sua essência, da cultura nacional, regional ou global, desde logo porque a sua abordagem referência é a exposição de macrocultura, subcultura e microcultura. Se verificarmos, os partidos políticos são organizações, e a cultura de um determinado Estado-Nação, detém estrutura hierárquica, detém poder, líderes e liderados, com uma ideologia, uma doutrina e, por isso, deverão ter uma cultura nacional. Os processos e os problemas são os mesmos.

Importa também salientar a importância de que a missão é um dos passos mais importantes a ser definido, isto porque se estabelece o propósito, ou seja, a razão de ser de qualquer cultura.¹⁵³ Este ponto é absolutamente fundamental a todos os níveis. Neste sentido, a missão estará também fortemente ligada à identidade. Neste contexto, um dos mais importantes aspectos da Cultura está directamente ligado com a forma como são partilhados os princípios básicos e como é que, *“as coisas devem ser feitas, como deve a missão ser atingida e como devem os objectivos ser atingidos.”*¹⁵⁴

Nota-se, porém, que, quando Schein menciona os problemas de adaptação externa e sobrevivência de uma comunidade, a missão é

¹⁵² SCHEIN, H., Edgar, Organizational Culture And Leadership, p. 54

¹⁵³ SCHEIN, H., Edgar, Organizational Culture And Leadership, p. 78

¹⁵⁴ SCHEIN, H., Edgar, Organizational Culture And Leadership, op. cit., p. 80

absolutamente relevante ao nível da estratégia, separando-a dos objectivos e dos propósitos, bem como o que deve ser medido e respectivas correcções.¹⁵⁵ Neste sentido, salientamos a nossa discordância com esta abordagem, pois o que se defende, é que em cada grupo, comunidade ou Estado-Nação, seja ele de que dimensão for, a prática da Estratégia é o seu todo, e é sobre ela, que assentam um conjunto de pensamentos, que geram acções e que por sua vez geram resultados.

Neste contexto, é importante mencionar que, em relação aos objectivos definidos na Estratégia, é absolutamente determinante que se envolva o status e a identidade de forma a que se possam atingir os seus objectivos fixados pela Estratégia. Para isso é preciso criar um consenso, criando comportamentos, práticas e rituais regulares, que possam vir a ser reconhecidos e identificados como manifestações culturais identidades pelos membros do grupo. Depois destas práticas regulares estarem estabelecidas, elas tornam-se uma fonte de estabilidade para todos os membros e serão fortemente respeitados, *“After theses regularities and patterns are in place, they become a source of stability for members and are, therefore, strongly adhered to.”*¹⁵⁶

A Cultura é, como se defende, o activo mais valioso para qualquer Estado-Nação. Se não lhe fora dada a importância que necessita na complexidade sistémica em que vivemos, pode tornar-se um grande problema para qualquer Estado-Nação, conduzindo a sucessivas crises, rupturas e até colapsos de Estados-Nação. Como notou Sousa, a Cultura sofreu uma dinâmica própria que a leva a renovar-se, a transformar-se e adaptar-se continuamente, *“A cultura intervém, na realidade, como variável intermediária que dá sentido à relação entre a prática mobilizadora e a produção identitária. A cultura já não é vista como a alma dos povos, já não é considerada como sistema comum de valores, pois a verdade é que, numa colectividade social moderna, a possibilidade de se criar um consenso sobre valores dados é especialmente fraca; e não é mais assimilável à tradição, uma vez que se renova, se transforma e se adapta continuamente.”*¹⁵⁷

¹⁵⁵ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 54

¹⁵⁶ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 83

¹⁵⁷ AMANTE, M. Fátima, SOUSA, Fernando, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática, nota de abertura*, op.cit.,p.4

6.2 Da Ideologia

Associado à concepção do Estado-Nação e da sua Cultura Nacional estão as ideologias e sobre esta matéria, Moreira¹⁵⁸ notou que as *Ideologias* são o resultado de sistemas de ideias reconhecidas pela ciência política e aceite na vida social. Estes sistemas de ideias dariam lugar a Doutrinas que seriam adoptadas pelos cidadãos como práticas comportamentais, adopção de símbolos e representações colectivas. Assim, como notou Moreira, *"Numa aproximação operacional, podemos, como Aron, caracterizá-las do seguinte modo: destinam-se a obter uma adesão emocional dos indivíduos, o que distingue as ideologias das puras ideias; procuram justificar os interesses de grupos de composição e extensão variáveis; assumem uma forma sistemática ou lógica que cobre os objectivos interesseiros ou emocionais."*¹⁵⁹

Sobre a ideologia, evidenciamos Lara, que aponta diferentes categorizações sobre a ideologia do Estado:¹⁶⁰

"a)A ideologia de Estado – que compreende a ideologia oficial contida quer de forma explicita quer implicitamente na constituição política, nas leis constitucionais ou para-constitucionais, e nos procedimentos, por ação, por omissão, inerentes.

b)A Ideologia no Estado – que compreende a ideologia difusa no restante ordenamento jurídico público e nos procedimentos, quer por ação quer por omissão, inerentes e aplicadas. Compreende esta categoria dois subtipos:

b.1) A Ideologia Explícita: diretamente afirmada pelas opções, adesões e rejeições, que ostentativamente consagra;

b.2) A ideologia implícita: camuflada e encoberta mas denunciada pelos resultados pré-estabelecidos e pré-conhecidos das opções aparentemente técnicas e neutras que acolha.

¹⁵⁸ MOREIA, Adriano, *Ciência Política*, op.cit., p.250-251

¹⁵⁹ MOREIA, Adriano, *Ciência Política*, op.cit. p.250

¹⁶⁰ Lara, António de Sousa, *Subversão e Guerra Fria*, op.cit., p.33

c) *Ideologias de Governo* - que são as ideologias dos partidos políticos e dos agentes políticos que ocupam os órgãos de soberania, os órgãos de poder regional, autárquico e outros, afins ou similares, e que interactivam no âmbito da moldura jurídica-política (ideológica) geral, decorrente do que se referiu nos números anteriores.

d) *As ideologias Grupais* – que são as formulações ideológicas políticas das demais sociedades menores que actuam no âmbito do Estado, muitas vezes ao mesmo nível e com igual, se não mesmo maior força do que as referidas no número anterior.

e) *As ideologias individuais* – uma vez que não podemos, nem devemos deixar de fora o nível ideológico de cada pessoa singular, tantas vezes determinante para a História Política, quer em situações de ditadura quer em situações de democracia.”

Neste contexto, podemos ainda observar que, “A ideologia é um conjunto de doutrinas, ou seja, um corpo coerente de ideias relativas a processos práticos sobre como manter, alterar, reformar ou substituir uma ordem sócio-económica. Também pode ser o conjunto de doutrinas que legitimam e motivam um actor a prosseguir certas acções para alcançar os seus objectivos.”¹⁶¹

As ideologias transportam cultura, e esta transporta, per si, valores, idiomas, rituais, crenças, códigos linguísticos, modos de vida, entre outros. Estes modos de vida vão sendo absorvidos pelas participantes, e, posteriormente, vão sendo cultivados, apreendidos e enraizados por outras gerações, como define o Antropólogo E. F Taylor, “...um conjunto complexo que compreende conhecimentos, as crenças, a arte, o direito, a moral, os costumes e todas as outras aptidões e hábitos que o Homem, enquanto membro de uma sociedade, adquire.”¹⁶²

6.3 Da Nação

¹⁶¹ RIBEIRO, António Silva, *Política De Defesa Nacional E Estratégia Militar, Modelo de Elaboração, Segurança e Defesa*, op. cit., p.40

¹⁶² *Dicionário Sociologia*, op.cit., p.90

A origem das Nações está intimamente ligada às comunidades étnicas, à cultura, à identidade, ao lugar comum, à unicidade de um povo que partilha os mesmos ideais, a mesma língua, defendem e movem-se pelos os mesmos interesses e ideais. A sua história é primata, tem origem na sedentarização do homem, no culto dos mortos, na sua luta pelo melhor espaço para viver e pelos recursos de sustentabilidade.

Parece-nos, também, importante, neste contexto, associar o espaço à política dos estados. O estudo da geografia e a disposição gráfica da terra em todos os seus campos e disposições, no estudo da terra, do mar, do ar, das suas riquezas, das suas potencialidades e das suas fraquezas.

Neste contexto histórico, na Antiguidade a.c e com os seus pensadores, registam-se as primeiras associações entre o poder e o espaço, como associaram e postularam os grandes mestres como Sun Tzu, Estrabão, Ivan, o Terrível, até Montesquieu, Mão-tsé-Tung e Raymond Aron.¹⁶³ Desde que há memória, que o homem viveu numa disputa pelos melhores espaços, aqueles que poderiam permitir ter condições, como terrenos férteis, água em abundância, e em que o clima não fosse, nem muito frio, nem muito quente.

Determinante na história da humanidade, foi primariamente a evolução da mobilidade do homem e a forma de ¹⁶⁴fazer guerra. Primeiro a pé e depois com, *"domesticação e fortalecimento físico do cavalo selvagem."* ¹⁶⁵ Predominante o transporte essencialmente era terrestre. Depois, através, da construção de carros de guerra puxados a cavalo. John Keegan, lembra-nos que, *"por volta de 1400 a.c, os fundadores da dinastia de Shang, talvez também oriundos da estepe iraniana, chegaram com os seus carros ao norte da China e instalaram o primeiro Estado centralizado, assente numa tecnologia militar e na edificação de acampamentos murados. Longas e grandes batalhas e conquistas territoriais se fizeram desta forma, durante décadas, anos, centenários e milénios."* ¹⁶⁶

Como notou Almeida, *"Não tenhamos medo de dizer as coisas; durante, pelo menos, dois milhões de anos, vivemos como animais*

¹⁶³ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, ISCSP, 2ª Edição, Lisboa, p.112

¹⁶⁴ KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, p. 211

¹⁶⁵ KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, p. 211

¹⁶⁶ KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, p. 211

instituais, obedecendo, estritamente, aos ciclos climáticos, adaptando a nossa forma de vida ao tipo de vegetação, de relevo, de recursos. A nossa cultura e a nossa técnica, fluíram dessa simbiose; fomos nómadas em áreas desérticas, fomos agressivos conquistadores nas áreas continentais, estruturamos religiões em áreas estáveis e mutiplicamos as crenças em zonas infecundas, criamos deuses risonhos em lugares de sol, inventamos infernos nos lugares de sombra. Este cosmos que somos, tem um fundamento genético a que a geografia deu viabilidade."¹⁶⁷

Outro aspecto fundamental a considerar foi a dualidade entre o sedentarismo e nómada, como notou Defarges, *"Para o nómada, identificado com o seu cavalo, o espaço é infinito. Existe para ser percorrido, conquistado, devastado. Enquanto o camponês está enraizado na terra (embora tentando frequentemente escapar-se), o nómada é o movimento, a corrida. Ele esmaga, massacra, pilha o camponês. Neste modo, a história seria regida por uma luta permanente entre o sedentário e o nómada - como os westerns, que opõem o homem em movimento (o cowboy) e o fazendeiro, cioso de fixar, de delimitar a sua terra.*"¹⁶⁸

Neste sentido, seguindo Bessa, *"O primeiro fundamento do poder encontra-se radicado, de facto, numa área que consente a quantificação: a extensão do território com as suas peculiaridades e riquezas naturais e a dimensão da população com as suas qualificações.*"¹⁶⁹

Por outro lado, existe uma associação específica do homem ao poder da comunicação, e desde logo, à sua capacidade de proporcionar uma classe de elite, que domina, organiza, detém o poder, estabelece uma ideologia, uma doutrina e determina modelos, estratégias de cultura, para difundi-la pela sociedade, comunicando-o estrategicamente, por forma a dominá-la.

Assim, para a justificação da nossa tese, julgamos ser fundamental distinguir o conceito Estado do conceito Nação. Neste contexto, julgamos que a Nação está mais próxima de uma corrente ideológica, que define uma comunidade ao nível do seu carácter e vontade.¹⁷⁰ Na realidade, são várias as definições de Nação, que não se cansam de enfatizar factores intrínsecos como; a língua, religião e costumes, território e instituições, às

¹⁶⁷ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, p.113

¹⁶⁸ DEFARGES, Philippe Moreau, *Introdução à Geopolítica*, 1ª Edição, Gradiva, Lisboa, 2003, op. cit., p. 17

¹⁶⁹ BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan*, op. cit., p.139

¹⁷⁰ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, Editorial Teorema, Lda, Lisboa, 2006, op. cit.,p.23

que enfatizam factores puramente subjectivos, como atitudes, percepções e sentimentos.

Estaline definiu Nação como, *“Uma nação é uma comunidade de pessoas historicamente constituída e estável, formada com base numa língua, território, vida económica comuns, e características psicológicas que se manifestam numa cultura comum.”*¹⁷¹

Sobre a nação, em 1789, o Abade Siéyès publicou um panfleto com o título *Qu’est-ce que le Tiers Etat?*; no qual invocou a Nação como a origem de tudo, o encontro de indivíduos com vontade livre, como a ordem natural e lei suprema;

*“A Nação existe antes de todas as coisas e está na origem de tudo. A sua vontade é sempre legal, ela é a própria lei... As Nações terrestres têm de ser entendidas como indivíduos que se encontram fora do vínculo social ou, como se costuma dizer, em estado de natureza. O exercício da sua vontade é livre e independente de todas as formas civis. Existindo apenas na ordem natural, a vontade das nações, para ter efeito completo, apenas precisa de possuir as características naturais de uma vontade. Seja como for que uma nação queira, basta que queira; todas as formas são válidas e a sua vontade é sempre a lei suprema.”*¹⁷²

Segundo Couto, a Nação, tem por base o *facto nacional*.¹⁷³ Para Rupert Emerson; *“a nação está intimamente ligada com a cultura; É um conjunto de pessoas que sentem que constituem uma nação; o que coloca em relevo a dimensão subjectiva da nação. Quando um grupo de cidadãos evidencia essa crença, podemos dizer, que possui uma consciência nacional.”*¹⁷⁴ Podemos, ainda, dizer que a, *“...nação é um conjunto de indivíduos que partilham uma origem étnica, uma língua, uma cultura e uma história comuns, enraizados num dado espaço territorial.”*¹⁷⁵

¹⁷¹ Estaline cit. em SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.23

¹⁷² Abade Siéyès cit. em SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.69

¹⁷³ Rupert Emerson cit. em COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p.307

¹⁷⁴ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p.307

¹⁷⁵ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p.307

Como notou Herder a ¹⁷⁶“*providência separou admiravelmente as nações não só pelas florestas e montanhas mas sobretudo pelas língua, pelos gostos e pelas particularidades, parecendo-se cada nação com um organismo que deve persistir através da história permanecendo fiel à sua própria cultura.*” Seguindo ainda a sua perspectiva, “...cada nação é resultado de uma cultura própria que se transmite no tempo, uma espécie de herança que se impõe, por exemplo, através da língua materna.”¹⁷⁷

Por outro lado, segundo Ernest Renan na sua famosa conferência - *O que é uma Nação?* - evidencia que, “...a Nação não depende nem de uma raça particular, porque se substitui o princípio das nações pela etnografia, nem de um língua, não abandonemos, diz ele, esse princípio fundamental que o homem é um ser racional e moral antes de ser encerrado nesta ou naquela língua, nem de uma religião, nem de interesses económicos partilhados, nem tão pouco da geografia; a nação é uma alma, um princípio espiritual(...) ela supõe um passado, ela sintetiza-se contudo, no presente, por um facto tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum.”¹⁷⁸

Na óptica Marcel Mauss, na abordagem sociológica, “nação é uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, com fronteiras definidas, com relativa unidade moral, mental ou cultural dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis.”¹⁷⁹ Neste sentido, por exemplo, os laços estreitos que unem Nação e Estado, são a Cidadania.

David Miller definiu Nação como, “...uma comunidade, 1) constituída por crenças partilhadas e compromisso mútuo, 2) com uma longa história, 3) de carácter activo, 4) ligada a um território específico e 5) demarcada das outras comunidades pela sua cultura pública específica, além de tender para o limites objectivo do espectro (ao fim e ao cabo, poderia aplicar-se a cidades-Estado e até confederações tribais), aproxima bastante o conceito nação do de comunidade étnica.”¹⁸⁰

¹⁷⁶ Herder cit. em HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.192

¹⁷⁷ Herder cit. em HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.192

¹⁷⁸ Ernest Renan cit. em HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.192

¹⁷⁹ Marcel Mauss cit. em HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.192-193

¹⁸⁰ David Miller cit. em SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.25

Não se deverá, como nota Smith, confundir o conceito Nação como uma comunidade étnica. Segundo o autor, *“As nações, como vimos, são comunidades sentidas e vividas, cujos membros partilham uma pátria e uma cultura.”*¹⁸¹ No entanto, nota que,¹⁸² *“apesar de haver alguma sobreposição, na medida em que ambas pertencem à mesma família de fenómenos (identidades culturais colectivas), a comunidade étnica não costuma ter referente político e em muitos casos não tem uma cultura pública ou mesmo uma dimensão territorial, visto que não é necessário que uma comunidade étnica tenha posse física do seu território histórico. Em contrapartida, a nação tem de ocupar uma pátria sua, pelo menos por um período de tempo longo, para se constituir como nação; e aspirar ao estatuto de nação e ser reconhecida como nação, também precisa de desenvolver uma cultura pública e desejar um certo grau de autodeterminação.”*¹⁸³

Por outro lado, *“As étnias também são constituídas por crenças e compromissos partilhados, possuem memórias comuns e continuidade, participam em acções conjuntas e estão geralmente ligadas a um território particular, mesmo que não a ocupem. A única grande diferença é que as comunidades étnicas geralmente não possuem cultura pública.”*¹⁸⁴

Numa perspectiva de separar os conceitos de Nação e etnia, Smith propõe que se defina o conceito de Nação como, *“uma comunidade humana específica que ocupa uma pátria, possui mitos comuns, uma história partilhada, uma cultura pública comum, uma só ecónomia e direitos e deveres comuns a todos os seus membros.”*¹⁸⁵ Por sua vez, o conceito de etnia pode ser definido, *“como uma comunidade humana com nome, ligada a uma pátria, com mitos e passados comuns, memórias partilhadas, um ou mais elementos de cultura comum e um certo grau de solidariedade, pelo menos entre as elites.”*¹⁸⁶

Conforme nota Smith, *“as Nações, tal como as etnias, partilham atributos como nomes colectivos, mitos e memória. Por outro lado, a metade inferior mostra que as nações se diferenciam por atributos como os direitos e deveres comuns dos membros e por terem uma só economia.*

¹⁸¹ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.24

¹⁸² SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.24

¹⁸³ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.24

¹⁸⁴ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.25

¹⁸⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.26

¹⁸⁶ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.26

Além disso, no tipo ideal as nações ocupam a pátria, enquanto as comunidades étnicas podem apenas estar ligadas – simbolicamente – à sua. Da mesma forma, as etnias não precisam de ter uma cultura comum – pode ser a língua, a religião, os costumes ou as instituições partilhadas – enquanto que uma cultura pública comum é um tributo fundamental das Nações.”¹⁸⁷ Evidenciamos na tabela 1, a comparação, segundo Smith, sobre os atributos das etnias e das nações.

Tabela 1: Atributos das etnias e das nações

Étnia	Nação
Nome próprio	Nome próprio
Mitos comuns de ascendência, etc	Mitos comuns
Memórias partilhadas	História partilhada
Diferença(s) cultural(ais)	Cultura pública comum
Ligação à pátria	Ocupação da pátria
Algum grau de solidariedade (entre elites)	Direitos e deveres comuns
	Economia única

Fonte: SMITH, D., Anthony ¹⁸⁸

Importa, agora, decorrer sobre as raízes da Nação, quais as suas características e quais são os elementos que a constituem. Por isso, e por defendermos que o nacionalismo tem um contributo absolutamente determinante na fundação, na vida, na regeneração de uma nação, atendemos ao estudo sobre a relação objectiva sobre o Nacionalismo e Nação. Sem o nacionalismo, não há, como adiante notaremos, Nação e por isso não há Estado. Como salientou Couto, O Estado-Nação, “*reveste-se de características singulares. Seguindo de perto a sistematização e as ideias de Edgar Morin, o Estado-Nação é uma comunidade de destino, memorizada e transmitido, de geração em geração, em primeiro lugar pela família, depois pela escola, pelos cantos, jogos, livros, etc.*”¹⁸⁹

6.4 Do Nacionalismo

A história do nacionalismo, “*começa no último quarto de século XVIII, com a partilha da Polónia e a Revolução Americana, passando pela*

¹⁸⁷ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.27

¹⁸⁸ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.27

¹⁸⁹ Edgar Morin cit. em COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p.308

*Revolução Francesa e indo até às reacções às conquistas napoleónicas da Rússia, da Prússia e da Espanha. Segundo esta perspectiva, o nacionalismo surgiu ao longo destes quarenta anos de revolução. Depois, espalhou-se as soluções a outras partes da Europa – à Sérvia, à Grécia e (outra vez) à Polónia – assim como entre as elites crioulas da América latina, da década de 1810 à de 1820. A primeira grande vaga de nacionalismo culminou com as revoluções de 1848, na Europa – a chamada primavera dos povos - e as suas principais vitórias foram a unificação da Alemanha e da Itália, sob os auspícios da Prússia e do Piemonte, e a ascensão da Hungria dentro do império dos Habsburgo.”*¹⁹⁰

Nesta matéria, Smith salienta que o, “nacionalismo é entendido como ideologia, movimento e linguagem simbólica para o objecto das suas preocupações, a nação entendida como conceito controverso e como forma de comunidade e de comportamento institucional.”¹⁹¹

Atesta ainda que o termo nacionalismo é bastante moderno,”a primeira vez que foi utilizado num sentido nitidamente social e político remonta ao filósofo alemão Johann Gottfried Herder e ao clérigo contra-revolucionário francês, o Abade Augustin de Barruel, em fins do século XVIII. Nos princípios do século XIX raramente era utilizado...”¹⁹² Terá sido durante o século XX que, “o termo nacionalismo realmente adquiriu o leque de significados a que associamos actualmente. Destes usos, os mais importantes são:

- 1) Um processo de formação, ou crescimento, de nações;
- 2) Um sentimento ou consciência de pertença à nação;
- 3) Língua e simbólica da nação;
- 4) Um movimento político e social em prol da nação;
- 5) Uma doutrina e/ou ideologia da nação, simultaneamente geral e particular.”¹⁹³

Neste sentido, como nota Smith, deve ser dada grande atenção ao, “campo cognato da etnicidade,...as identidades e comunidades étnicas constituem uma grande parte do fundo histórico e social das nações e do

¹⁹⁰ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.131

¹⁹¹ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.5

¹⁹² SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.15

¹⁹³ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.15-16

*nacionalismo.*¹⁹⁴ Ora, a importância deste facto, leva-nos para a procura do significado de nacionalismo segundo o autor, *“o significado do nacionalismo não se limita ao mundo da política. Também é cultural e intelectual, pois o mundo de nações estrutura as nossas perspectivas globais e o nosso sistemas simbólicos.”*¹⁹⁵ Mais, a importância no nacionalismo é de tal forma inspiradora, que é remetida por Smith para, *“a importância cultural e psicológica da nação e, portanto, do nacionalismo, é ainda mais profunda. A ubiquidade do nacionalismo, o domínio que tem sobre milhões de pessoas em todos os continentes demonstra a sua capacidade de inspirar e de se insinuar no povo, de uma maneira que até aqui as religiões tinham conseguido alcançar.”*¹⁹⁶

Como advoga Smith, é fundamental que se preste a devida atenção, *“ao papel dos elementos simbólicos na linguagem e na ideologia do nacionalismo, assim como aos aspectos morais, rituais e emocionais do discurso e da acção da nação.”*¹⁹⁷

Ora, é fundamental que se entenda a forma como este simbolismo é estabelecido entre um discurso nacional de agentes políticos e como é transferida para as os grupos sociais, *“Não basta ligar um determinado discurso nacionalista a agentes políticos ou grupos sociais específicos, e muito menos ler pela cartilha dos primeiros a posição social e as características dos segundos. O nacionalismo tem as suas próprias regras, ritmos e memórias que definem os interesses dos seus portadores ainda mais do que lhe definem os contornos, dotando-os de uma configuração política nitidamente nacionalista e orientando-os para finalidades nacionais conhecidas.”*¹⁹⁸

Outra perspectiva mais moderna do nacionalismo é desenvolvimentista, que concebe o nacionalismo, *“como o momento que se constitui uma comunidade de comunicação que une entre si indivíduos através da difusão dos mass média: a sociedade urbanizada em que se torna possível uma mobilização social pela formação de redes de comunicação mais intensa.”*¹⁹⁹

¹⁹⁴ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.5

¹⁹⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.10

¹⁹⁶ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.10-11

¹⁹⁷ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.11

¹⁹⁸ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.17

¹⁹⁹ HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.193

Ernest Gellner vê, *“o nacionalismo como resultado de um certo tipo de modernidade e não como expressão de solidariedade tradicionais: a seu ver, o nacionalismo não é o despertar de uma força antiga, latente, adormecida. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em elevadas culturas dependentes da educação e profundamente interiorizadas em que cada uma recebe proteção do seu Estado. Ainda para ele, só o Estado pode cumprir este papel(...), o Estado e a cultura devem estar ligados. É a própria natureza do nacionalismo.”*²⁰⁰

Sob a influência do nacionalismo na criação da Nação e na relação com o Estado, Geller nota que,²⁰¹ *“é o nacionalismo que cria a nação e não o contrário.”*²⁰² Para Kedourie, *“o nacionalismo é uma doutrina da vontade.”*²⁰³

Neste sentido, se observarmos Clausewitz, entendemos a importância desta força necessária, não só no exercício da guerra, como para todos os desafios de qualquer Estado-Nação, *“Mas a luta é um teste de resistência das forças físicas e morais através dos meios destas últimas. Qual a moral não pode ser omitida é por si só evidente, pois o estado da mente exerce sempre uma influência decisiva sobre as forças empregues na Guerra.”*²⁰⁴

Por outro lado, como notou Smith, *“Aos olhos dos nacionalistas, a Nação pode ser descrita como uma comunidade de história e destino, ou melhor, uma comunidade na qual a história impõe e produz o destino – um destino nacional particular.”*²⁰⁵

Importa mencionar que o nacionalismo, como ideologia, foca-se essencialmente, *“...em ideais e problemas de identidade, autonomia, unidade e autenticidade, nos quais aquelas outras ideologias mal tocam.”*²⁰⁶

Seguindo Smith, o nacionalismo pode ser visto como cultura e religião. O autor evidencia ainda que, *“o nacionalismo é muito mais do que*

²⁰⁰ Ernest Gellner cit. em HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.193

²⁰¹ HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.193

²⁰² HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.193

²⁰³ Kedourie cit. em SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op.cit., p.103

²⁰⁴ CLAUSEWITZ, Carl von, *Da Natureza da Guerra*, op. cit., p. 41

²⁰⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, p.50

²⁰⁶ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op.cit., p.54

uma ideologia política; também é um tipo de cultura e religião.”²⁰⁷ E, como anteriormente observamos, o nacionalismo, *“exige a redescoberta e a reposição da identidade cultural única da nação; e isto implica um retorno às verdadeiras raízes de cada um na cultura histórica da comunidade que habita a sua pátria ancestral.”*²⁰⁸ Sobre esta matéria, Smith, prossegue, *“Como cultura, a nação dos nacionalistas é aquela cujos membros têm consciência da sua unidade cultural e da sua história nacional e se empenham em cultivar a sua individualidade nacional nas línguas vernáculas, nos costumes, nas artes e nas paisagens, através da educação e das instituições nacional.”*²⁰⁹ ... *“Para o nacionalista, aquilo que é indígena é ipso facto popular; temos, portanto, de redescobrir a cultura do povo através da educação popular e infundir o amor nacional pelo povo.”*²¹⁰

Ora, a cultura não é apenas uma questão de foro privado, *“a cultura da nação exige expressão pública e origina um simbolismo político. O retorno a uma história autêntica e a um simbolismo político”*²¹¹, Smith, nota que; *“o retorno a uma história autêntica e a uma cultura vernácula tem de assumir forma pública e ser politizado. A nação cultural tem de tornar-se uma nação política, com uma cultura pública, molde e medida da sociedade e da comunidade.”*²¹²

Nesta matéria, Smith vai mais longe ao notar que, *“...o avanço geral do nacionalismo é claro: a nação é uma forma de cultura pública e de simbolismo político em última análise, de cultura de massas politizada, uma cultura que procura estimular os cidadãos a amar a sua nação, a obdecer às suas leis e a defender a sua pátria.”*²¹³

Esta direcção leva-o a pensar o nacionalismo como uma religião política, mais do que uma ideologia política.²¹⁴ Na verdade, se associarmos o sagrado, o ritual, as crenças, que reúnem uma comunidade moral, como é o caso da Igreja, então será possível justificar o nacionalismo como uma religião política.

²⁰⁷ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, p.54

²⁰⁸ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.55

²⁰⁹ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.55

²¹⁰ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.55

²¹¹ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.55

²¹² SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.55

²¹³ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.55

²¹⁴ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.56

Outra característica que evidencia o carácter que o nacionalismo carrega para a nação é, “a imagem que a nação tem de si própria.”²¹⁵ Esta relação simbiótica entre o nacionalismo e Nação, é a mesma que se traduz entre a Nação e o indivíduo. Esta relação, como evidencia Smith, utiliza-se; “...para corroborar o papel do passado, da história e da memória (e do esquecimento), assim como da vontade política continuada, na criação das nações:

A Nação, tal como o indivíduo, é o culminar de um longo passado de esforços, sacrifícios e devoção. De todos os cultos, o dos antepassados é o mais legítimo, pois eles fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, os grandes homens, a glória (aquilo que entendo como a genuína glória) é o capital social em se baseia uma ideia de nação. Ter glórias passadas comuns e ter uma vontade presente comum; ter realizado juntos grandes façanhas e desejar realizar ainda mais – estas são as condições essenciais para ser um povo.”²¹⁶

Sobre o nacionalismo, evidencia-se que é sobre esta descrição que deveremos incidir para a fortaleza de um Estado-Nação, do seu carácter da vontade do seu povo. É por aqui que cultivamos a unificação, o sentido de pertença e a identidade nacional, como adiante também notaremos; e não nos deixemos cair em tentações sobre ideias erróneas de supremacias extremistas, de uns sobre outros, como foi o caso do nazismo, ou como é o caso de todas as ideologias, que acabaram e acabam em fundamentalismos e actos de terrorismo, para prosseguirem com a sua ideologia em frente.

Na verdade, cremos, justificando, que não podemos ignorar que a queda e decadência ou a ascensão e o sucesso de um povo, é determinado pela engrenagem ou no “*Engagement*”, como são mobilizadas as massas no seu orgulho, na sua identidade, no seu sentido de pertença. É assim determinada a força e a vontade de uma povo.

Neste sentido, o nacionalismo é um conjunto vasto de linguagem e simbolismo tais como; pelo objecto que norteia, a tangibilidade e clareza

²¹⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.56

²¹⁶ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.59

dos seus sinais, nomes, bandeiras, hinos nacionais, cores, formas e padrões, letra e música que evidenciam as qualidades especiais da nação, moeda própria, passaportes e fronteiras, cerimónias de homenagem, paradas militares, juramentos de bandeira, academias nacionais de música, arte e ciência, museus e bibliotecas nacionais, monumentos nacionais e memórias de guerra, feriados e dias santos, entre outros elementos, que adiante notaremos e que convergem com uma praxis dinâmica.²¹⁷ e como refere o autor, *"o que conta é a força dos significados comunicados por esses signos aos membros da nação."*²¹⁸

A título de exemplo, Sebastião evidencia que, *"A Bandeira Nacional sintetiza o significado social da Nação que representa e contém a sua alma, o seu ideal, o seu carácter, a sua tradição e a sua história. A Bandeira é, por isso, o espírito nacional, objectivado pela linha e pela cor."*²¹⁹ Acrescenta ainda que, *"A Bandeira Nacional é um símbolo visível, enquanto o Hino Nacional é a exteriorização musical que proclama e simboliza a Nação."*²²⁰

Crê-se também, que a construção identitária não se faz por obra do acaso. É obra de grandes pensamentos e de grandes contributos que marcaram e marcam decididamente a mente política e consequentemente a mente dos povos e dos Estados-Nação. Muitos foram os contributos ideológicos dos quais destacamos, Santo Agostinho, Aristóteles, Kant, Hegle, e mais recente, Fichte, Ratzel ou Haushofer. É importante evidenciar o melhor e o pior, tendo em conta que de todos é possível extrair elementos que suportam a nossa tese.

Interessa neste contexto observar que Hegel explorou a supremacia da raça ariana, aquela que estaria em melhores condições para assumir o domínio sobre todas as outras. Fichte, seguiu-lhe o caminho e Ratzel levou o seu pensamento a um extremo, com uma perspectiva determinista, e Haushofer determinou a estratégia que acabou a ser seguida por Hitler, e Hitler profanou um estado de nacionalismo obsessivo, fundamentalista, extremista e terrorista, evidência que não se defende e não se tolera para justificar o objecto da minha investigação. Há elementos, como o caso do xenofobismo, que o nacionalismo não deverá

²¹⁷ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.19

²¹⁸ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.19

²¹⁹ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit., p.144

²²⁰ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit., p.149

jamais suportar nem tolerar, independentemente do espírito competitivo que possa existir entre os Estados-Nações.

Neste sentido, e como exemplo, evidenciamos Fichte, que considerou a raça alemã a única capaz de assimilar, desenvolver e transmitir cultura, e que com o qual não estamos de minimamente de acordo. Este pensamento tinha uma clara intenção de provocar no povo alemão um sentido de unidade. Na sua opinião, *"os alemães possuíam uma unidade metafísica que nenhum outro povo tinha alcançado, crer na Alemanha, era mais uma questão de fé do que de razão. Era fanaticamente anti-latino e, em relação aos judeus, defendeu que não tinham qualquer direito a um estatuto de cidadania."*²²¹

Neste alinhamento, está expresso em Hegel também uma deturpação de um ideia hegemónica da raça, um misto do caminho para o perfeito utópico, mas com um caminho de escolhas e de supremacias dos melhores, dos puros, sobre os impuros. Dos divinos e soberanos, sobre os outros. Só o Povo alemão teria essas capacidades, nenhum outro o conseguiria. Este pensamento influenciaria de forma extrema o pensamento dos alemães.

Outro mentor de uma estratégia de um nacionalismo deturpado e corporizador do pensamento estratégico foi Friedrich Ratzel. Terá sido o primeiro geógrafo a perpetuar a união entre a geografia e Política. A vontade de construção de uma teoria que explicasse a influência do meio ambiente no homem e na cultura, não foi por acaso, foi intencional, seguindo uma lógica. A sua curiosidade pela ecologia, fez também que, como Jornalista, se deslocasse a outros continentes. Aí percebeu que os diferentes climas, aflora exótica e contrastes humanos e as suas culturas conduziam a geografias diferentes e a um movimento intelectual, que ao contrário da maioria das correntes filosóficas não associavam a terra e o clima às características da cultura humana, e por consequência ao estado social e psicológico de determinada sociedade. Ratzel influenciou claramente, associando a política à geografia. Esta corrente terá influenciado os Deterministas, crentes que o meio e as condições é que influenciam o homem.²²²

²²¹ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.129

²²² ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.131

Utilizando métodos científicos e rigorosos, Ratzel, coloca em evidência a Geografia Política da seguinte forma. "*Como o estado não se pode conceber sem território, há que conceber uma geografia política. Esquecer o território ou tentar minimizá-lo, é uma tentativa vã que nunca resultou, mesmo minimamente. Acrescenta que nada se pode conceber senão relacionando com lugar, o meio. O estado é, assim, na sua concepção, uma entidade territorial com duas coordenadas essenciais; o espaço (Raum) e a posição (lage). A primeira, caracterizada pela área total do Estado, pela sua extensão e características físicas, como o clima, o relevo, a hidrografia, vegetação, a segunda, localiza o Estado nas suas coordenadas geográficas e define-o na sua situação, relativa a acidentes geográficos importantes com a insularidade ou continentalidade.*"²²³

Ratzel, expressou muito bem a sua intenção na relação que estabelece entre o poder político e o território, adiantando que o Estado é na sua essência um Território no qual é determinado o espaço (Raum) e a posição (Lage). As condições que estão envolvidas são fundamentais para o desenvolvimento das condições de evolução do próprio estado, a que chama *situação*.²²⁴

Neste contexto, mais tarde, viria o Presidente Kennedy, a executar a teoria de Ratzel. Como notou Bessa, "*O Presidente Kennedy, num ambiente político mais intenso, sem áreas concretas para englobar, ofereceu aos americanos o conceito de nova fronteira e apontou o espaço sideral e as conquistas sociais como objectivos globais integrantes dessa ideia de nova fronteira americana - é essa de facto, a concepção geopolítica de Ratzel...*"²²⁵

Na Antropogeografia,²²⁶ Ratzel, conclui que as qualidades e defeitos de cada raça, são por si só inerentes, sendo hereditárias geneticamente e por isso mesmo não era possível ultrapassadas. Ratzel, evidência ainda que não objectivamente, uma categorização de raças, pelo menos, entre aqueles que tem qualidades e defeitos, excluindo as segundas pela respectiva medida. Aqui Ratzel, está claramente a evidenciar o

²²³ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.131

²²⁴ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.131

²²⁵ BESSA, António Marques, *O Olhar do Leviathan*, op.cit., p.150

²²⁶ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.131

Determinismo Biológico, através do qual explica o "*sentido do espaço ou Raumsinn*".²²⁷

A relação entre a raça e a o meio, parecia ser de total interesse, de tal forma que advoga que, "*assim como há homens que nascem mais inteligentes que outros, ou como há indivíduos que veem e ouvem melhor com o espaço que habita, que o entendem e, que por isso têm maior capacidade para captar as suas forças criadoras e dinamizá-las.*"²²⁸ Neste sentido, como é mencionado pelo historiador Catalão Vicences Vives, é indiscutível que no pensamento de Ratzel pesava a sua condição de Alemão...foi o Wagner da geopolítica. Neste alinhamento considera que, "*o povo alemão está especialmente dotado de Raumsinn, mais que qualquer outro povo, e conclui-se que a Alemanha tinha o direito a um espaço em conformidades com o seu tamanho e a sua capacidade, o Lebensraum.*"²²⁹

A Teoria de Ratzel pode ser sintetizada através da sua Teoria dos Espaços, em que afirma que o espaço é um factor chave na importância, grandeza e poder dos Estados.²³⁰ Sobre esta matéria, iriam seguir com muita atenção, os Estados Unidos da América, ao comprarem o Alaska à Rússia a Florida à Espanha, a Luisiana a Napoleão Bonaparte, e os estados de México e Porto Rico conquistados à Espanha. Por outro lado, nas Leis do crescimento Territorial do Estado e das suas Leis do crescimento Territorial do Estado, o grande espaço, assegura, segundo Ratzel, a vida dos Estados.²³¹

Outra tese é a de que, "*um grande território incita à expansão e ao crescimento do seu povo e actua como força que imprime nova vida ao sentimento de nacionalidade....quarta, que em todos os tempos só foi poder mundial o que se fez representar em vastos espaços e, especialmente, pela sua força...*"²³² Como se verifica, Ratzel foi muito directo conciso na sua abordagem entre a relação do poder com o espaço e na explicação e justificação de que o meio envolvente determina a qualidade de uma raça, e per si, o carácter a vontade de um povo.

²²⁷ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.131

²²⁸ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.131

²²⁹ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.132

²³⁰ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.133

²³¹ BESSA, António Marques, *O Olhar do Leviathan*, op. cit., p.152

²³² ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.133

Valerá, indiscutivelmente, referenciar as Leis já citadas, recorrendo à análise de Almeida, e que elucidam bem a estrutura do pensamento de Ratzel:

- "1) O primeiro impulso para o desenvolvimento territorial de um Estado, vem do exterior, de uma civilização mais adiantada;*
- 2) O espaço de um Estado aumenta a expansão da sua cultura por ir, assim, difundindo seu poder;*
- 3) A expansão de um Estado segue-se a outros sintomas de desenvolvimento: ideias, produção comercial, actividade missionária, etc:*
- 4) A expansão de um Estado inicia-se com amalgamação e a absorção de unidades menores;*
- 5) A fronteira é o órgão periférico do estado, como tal, o seu dinamismo evidencia o seu crescimento, força e possíveis alterações;*
- 6), À medida que cresce, o Estado tende a incluir partes politicamente valiosos; linhas de costa, rios, planícies e regiões ricas em recursos naturais; e,*
- 7) A Absorção de outras unidades reforça a tendência para a expansão e dá, ainda, maiores possibilidades para a conquista de mais espaços." ²³³*

Ratzel, com as suas Leis determina que:

- "1) o impulso do Estado vem do exterior;*
- 2) a cultura é determinante para se exercer o poder;*
- 3) o poder é igual a capacidade,*
- 4) o poder instala-se onde existe um vazio,*
- 5) as fronteiras e a sua elasticidade determinam o crescimento dos estados,*
- 6) o poder está associado ao critérios da utilidade, do ganho, e da conveniência;*

²³³ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p. 134-135

7) o crescimento do poder faz-se com a absorção de outros estados e é indeterminável.”²³⁴

Neste contexto, Ratzel, foi um *Determinista*, porque justifica claramente que o meio ambiente é que determina a cultura, a técnica e os estilos de vida. Por outro lado, quando afirma que o espaço é poder em conformidade com a *Teoria dos Espaços*, quando verifica que as Leis são adaptadas em função dos seres vivos e do meio, Geografia condiciona o poder.²³⁵ A Ideia fica clara, o território é a base da sobrevivência da população. *"As suas riquezas ou vantagens são elementos que pela sua humanização da paisagem e pela política económica acaba por sustentar a vida dos habitantes..."*²³⁶

Podemos, naturalmente, concordar em parte com a sua tese. No entanto, será importante notar dois exemplos sobre carácter e Vontade, não determinados pelo meio. O Estado-Nação de Israel, o Estado-Nação da Holanda, o que nos faz pensar, que sim, o espaço e meio ambiente tem influência, no entanto, cremos, e é isso que defendemos aqui nesta investigação, que a liderança e a cultura nacional podem ser construídas, de uma forma extremamente determinada e construtiva por forma construir mentes fortes que se adaptem a espaços e posições, não só menos ricos em recursos como possuïrem a capacidade de sobrevivência permanente.

Outra influência que se evidência no fomento de pensamentos deturpados sobre o nacionalismo e sobre a raça foi a Escola Alemã no início do século XX. As designações são várias, desde a Escola Alemã de Geopolítica,²³⁷ Escola de Munique - Heidelberg ou Escola de Haushofer. Seria General Haushofer que viria a fundar a Escola de Munique e a corporizar, de forma muito clara, a importância da Geografia na Geopolítica, e consequentemente no Poder.

A situação da Alemanha, após a primeira guerra mundial, tornava-se debilitada e fraca, e era premente repensar toda a linha direcção ideológica da Alemanha. *"A Alemanha estava humilhada e debilitada com a derrota e, neste contexto, as ciências de geografia pareciam ser um ponto de partida para a preservação da integridade nacional numa primeira*

²³⁴ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.135

²³⁵ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.136

²³⁶ BESSA, António Marques, *O Olhar do Leviathan*, op. cit., p.152

²³⁷ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, p.146

fase, e para a expansão e desagravo, em fase posterior."²³⁸ Nasce, assim, uma convergência de ideias entre, Hausfhofer, Spengel e Hitler, embora tenham ficado sempre muito duvidoso os métodos utilizados posteriormente por Hitler.

Sobre teoria do *lebensraum*, sustentam-se as teses da Pan-regiões, que incluíam, segundo Hausfhofer, uma conquista por via da cultura, só assim seria possível alterar as fronteiras. Ou seja, não bastava conquistar o território, mas aculturar.²³⁹ Como notou Almeida, esta tese esteve directamente suportada pela geografia económica e pela geografia política, *"entende-se ao longo dos meridianos e abraça uma grande quantidade de Estados no sentido Norte-Sul, o que significa que contém uma tal diversidade de condições climáticas, que pode ser auto-suficiente em recursos naturais necessários, também, a uma completa autonomia."*²⁴⁰

Como observámos, tanto Hegel, Fichte, Ratzel e Haushofer foram determinantes na difusão de um quadro de pensamento, no qual poderemos incluir a utilização do nacionalismo inicialmente mobilizador, tendo em conta o estado de fragilidade que a Alemanha vinha vivendo desde a primeira grande guerra. Porém, rapidamente tornou-se doentia, obsessiva, radical, xenófona e fundamentalista, transformando o nacionalismo em nazismo, ideologia puramente de ideologia facista²⁴¹.

Ora, não é disso que se trata aqui. O nacionalismo não deve ser confundido com o nazismo, porque o segundo representa uma ideologia própria. Por isso, separemos bem os movimentos ideológicos, como se tem vindo aqui até aqui a defender e a sustentar. O nacionalismo deverá ser difundido, como se defende, como um movimento dinamizador e unificador de um Estado-Nação, por forma se perpetuar-se no tempo, sem fins radicais, obsessivos, radicais, doentios ou fundamentalistas.

Não deveremos, por isso, confundirmo-nos com enquadramentos leigos, confusos, violentos e extremistas, que nada acrescentam, se não a

²³⁸ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p. 146

²³⁹ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, p. 156

²⁴⁰ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p. 157

²⁴¹ "Nos anos 20 do século XX, o movimento comunista internacional elaborou uma interpretação geral do facismo baseado originalmente no exemplo italiano: a partir da teoria leninista do imperialismo, tratava-se de mostrar que a burguesia, perante o seu desmorramento próximo, manipulava uma parte da classe operária a fim de defender o seu próprio poder, instaurando um regime que lhe fosse completamente devotado.(...) Alguns historiadores como Ernest Nolte insitiram na oposição do facismo como sistema político ao modernismo insistindo nas suas tendências retrógradas e hostis, por exemplo, a todas as formas de arte contemporânea consideradas como <degeneradas>.(...) Podemos ainda identificar a corrente inspirada por Seymour M. Lipset que vê no facismo uma radicalização da classe média inferior, <um extremismo do centro>." HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.114

guerra a todo o custo, e que para a obtenção desses objectivos, se tenham que cometer atrocidades, extermínios de outras etnias e raças, por fraqueza de carácter, por conveniência, por avidez, por medo, e se é permitido, por incompetência. Nessa ordem, a guerra e o extermínio são sempre mais fáceis.

Seja como seja, deverá aqui notar-se a obsessão doentia do líder na condução do seu povo, como Maquiavel notava de forma clara. No caso da Alemanha, Hitler foi inicialmente amado, mas acabaria ele próprio a cegar-se num objectivo estratégico que jamais venceria, e, com ele, arrastaria a Alemanha e o seu povo para uma gravação histórica, de uma das maiores fatalidades que a história viria a conhecer. É sobre esta fatalidade que se deve a cautela. Porém, não esqueçamos que a defesa dos interesses do Estado são corroborados pela dedicação do povo ao líder, e nesse aspecto, esse fenómeno foi observado, contudo na direcção e com objectivos totalmente errados.

Porém, importa evidenciar Maquiavel, que notou a importância do povo nas vitórias do *Príncipe*, *"Consequentemente, um príncipe que tenha uma cidade fortificada e se não faça odiar não pode ser derrubado pela força. E, se mesmo assim, alguém o viesse atacar, acabaria repellido e sem glória alguma, porque as coisas do mundo estão de tal modo em permanente mudança que se torna praticamente impossível manter um exército, durante um ano inteiro, na ociosidade de um cerco."*²⁴² Acrescenta que, *"E se me vieram dizer que o povo, vendo as suas propriedades devastadas pelo fogo, fora de muralhas, não terá paciência para aguentar firme, começando a privilegiar os seus interesses privados e esquecendo os do príncipe, replicarei que um príncipe forte e animoso sempre conseguirá superar essas dificuldades, ora dando aos súbitos a esperança de que o mal não será durador, ora sublinhando a crueldade do inimigo, ora tomando medidas cautelares relativamente àqueles que pareçam mais inflamados."*²⁴³

²⁴² MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa, 2012, op.cit.,p.88

²⁴³ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.88

6.5 Da Identidade Nacional

A imagem que a Nação e o indivíduo transportam estebelece, como nota Couto, uma associação, entre a relação da Nação com o ser e com a identidade, que conduz à observação do contrário, ao conhecimento e ao reconhecimento do outro, da identidade, *”sei quem sou sabendo quem não sou.”*²⁴⁴

Ora, esta relação, leva-nos à questão e à problemática da identidade, que se tornou, nos últimos tempos, objecto de estudo, sobre a qual reflectem todos. *“Os aspectos da vida contemporânea..., o reconhecimento da identidade, a identidade cultural, identidade nacional, a construção e afirmação da identidade, a “territorialidade identitária”*²⁴⁵, a fonte de violência e reivindicações inultrapassáveis, a crise de identidade, eis alguns dos temas/ problemas das relações internacionais, do Direito, da Cultura, da Política, da História e da Sociologia.” Como notou Sousa, a intensidade do estudo da identidade vai-se intensificar, derivado ao fenómeno da Globalização.

Na óptica de Amante, *“Nas últimas décadas do século XX, a temática das identidades nacionais parece mais actual do que nunca.”*²⁴⁶ *... “O fim da bipolarização revelou que a identidade nacional se mantinha como uma das escalas de pertença mais consistentes, o que foi sendo demonstrado através de expressões latentes, moderadas ou mais exacerbadas de nacionalismo no continente europeu.”*²⁴⁷

Neste sentido, pensar-se-ia que a Globalização, pelas interacções de vários países, deteriorava e dissipava fronteiras. Mas a verdade é outra. Como notou Sousa, *“A Globalização não só provocou o desaparecimento de fronteiras, como, pelo contrário, parece ter construído novas fronteiras dentro dos Estados, em bairros e ruas do mundo em que vivemos.”*²⁴⁸

Na verdade, os padrões de vida similares, motorizada pelo consumo e pela economia de livre de capitais deslocam-se. Como nota Amante, *“as lealdades dos indivíduos para entidades supranacionais, num*

²⁴⁴ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outono-Inverno, op.cit., p.308

²⁴⁵ AMANTE, M. Fátima, SOUSA, Fernando, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática, nota de abertura*, op.cit., p.4

²⁴⁶ AMANTE, M. Fátima, *Da persistência dos estudos da identidade nacional*, op.cit., p.10

²⁴⁷ AMANTE, M. Fátima, *Da persistência dos estudos da identidade nacional*, op.cit., p.10

²⁴⁸ AMANTE, M. Fátima, SOUSA, Fernando, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática, nota de abertura*, op.cit., p.4

clara valorização de uma ética cosmopolítica ou para identidades locais e étnias em detrimento da lealdade nacional.”²⁴⁹ Evidência-se assim uma dissipação identitária reflectida em padrões e estilos de vida comuns, interiorizadas num quotidiano comum, suportado pela ideologia capitalista.”...”Aos anos noventa discutia-se o estado pós-moderno, pós nacional, sendo certo que para muitos a dimensão nacional parecia perder o fulgor que a modernidade lhe havia atribuído e consolidado”²⁵⁰

Com o passar do tempo, “...as expectativas, foram sendo contraiadas e percebia-se que apesar de consumirmos e vivermos globalmente, estas escalas de pertença não só não anulavam as dimensões e local de pertença como, em alguns, casos, tornavam-se mais presentes.”²⁵¹ No seguimento desta observação, no caso europeu, verificaram-se sinais claros de alguns países, Estados membros comunitários, na adesão de determinadas regras, mecanismos e ou outras práticas, que são manifestos de alguma dificuldades na implementação de uma identidade supra-nacional.

Reforça-se, ainda, esta tese, com a intensidade das “*migrações internacionais e a consequente vivência quotidiana da diferença étnica e cultural, abriram espaço para que as interrogações relativamente à definição de si e do outro se mantivessem.*”²⁵²

Ora, a identidade e o sentido de pertença são absolutamente determinantes no carácter de um povo, como notamos. Como evidenciou Couto, são três as importantes funções da identidade, “*Transcender o esquecimento através da posteridade, assegurando continuidade passado-presente-futuro; realizar a fraternidade, através de símbolos, cerimónias e ritos que ligam a vida aos mortos ilustres; e, especialmente em períodos de decadência, restaurar a auto-estima e a dignidade colectivas, através da invocação de uma “idade de ouro” ou de grandezas passadas.*”²⁵³

Em relação à identidade nacional, Smith notou que, “...a sua popularidade é relativamente recente e veio substituir expressões mais antigas como carácter nacional e depois consciência nacional, muito utilizadas nos séculos XVIII, XIX e princípio do século XX. Não é claro

²⁴⁹ AMANTE, M. Fátima, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática*, op.cit.,p.10

²⁵⁰ AMANTE, M. Fátima, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática*, op.cit.,p.10

²⁵¹ AMANTE, M. Fátima, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática*, op.cit.,p.10

²⁵² AMANTE, M. Fátima, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática*, op.cit.,p.11

²⁵³ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outuno-Inverno, op.cit., p307

porque foi assim.”²⁵⁴ Como evidenciou ainda, nesta época contemporânea, a alienação e o individualismo, são factores fundamentais para as atenções que têm sido dadas para o estudo do fenómeno da identidade per si, bem como a identidade nacional.

Será neste contexto fundamental, recorrer, de novo, a Smith para justificar que, a identidade nacional, *“denota um ideal central da ideologia do nacionalismo...”*²⁵⁵ Por outro lado, é sugerido para análise da identidade duas relações. Em primeiro, a análise do nível colectivo e individual e, em segundo, a análise entre a continuidade e mudança, e é, como nota necessário, *“manter o equilíbrio entre eles.”*²⁵⁶ Neste contexto, Smith evidencia que *“as identidades étnicas e nacionais e separa-as das identidades múltiplas.”*²⁵⁷

Neste contexto, é comum que qualquer pessoa mantenha uma *“variedade de filiações colectivas – famílias, categorias do género, regiões, grupos profissionais, partidos, religiões e etnia – e, conforme as circunstâncias pedem, podemos passar de uma para a outra, muitas vezes com bastante facilidade. Podemos ser simultaneamente esposas ou maridos, cristãos ou muçulmanos, profissionais liberais ou trabalhadores manuais, bem como membros de determinadas regiões e comunidades étnicas, e invocar a nossa pertença a essas colectividades para certos fins.”*²⁵⁸ Como notou Smith, *“...cada um de nós tem múltiplas identidades, desde o círculo muito íntimo da família até ao círculo mais vasto da humanidade..., sendo certo que cada vez mais as identidades, como a globalização, vão sendo mais “simbólicas e opcionais.”*²⁵⁹

Em relação às identidades colectivas, Smith nota que, estas identidades podem ser pensadas como, *“colectividades culturais e em alguns casos, como comunidades definidas por memórias e mitos comuns, valores e símbolos.”*²⁶⁰ Ou ainda; *“se baseia principalmente em elementos culturais, como é o caso de castas, das comunidades étnicas, comunidades religiosas e nações.”*²⁶¹

²⁵⁴ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, p.32

²⁵⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op.cit., p.32

²⁵⁶ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op.cit., p.32

²⁵⁷ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op.cit., p.32

²⁵⁸ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op.cit., p.32

²⁵⁹ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.32

²⁶⁰ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.32

²⁶¹ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.32

O autor considera ainda que, quando a identidade colectiva se baseia em elementos culturais, criam identidades culturais colectivas, que são, “ *muito mais estáveis porque os elementos culturais básicos com que são construídas – memórias, valores, símbolos, mitos e tradições – tendem a ser mais persistentes e vinculativos: representam elementos recorrentes da continuidade e da diferença colectiva.*” ²⁶² Enquanto as outras identidades colectivas, suportadas em classe e regiões, funcionam como grupos de interesse, e tendem a dissolver-se, uma vez atingidos os seus objectivos.

Ora, os elementos culturais, “*estão materializados nas memórias colectivas dos grandes feitos e personagens, valores de honra, justiça e similares símbolos de objectos sagrados, alimentação, vestuário e emblemas, mitos e costumes, rituais e genealogias.*” ²⁶³

Esta direcção de Smith, pode suscitar a ideia de que as identidades culturais colectivas são estáticas. Mas, “*Está longe de ser o caso.*” ²⁶⁴ Na verdade, a dinâmica existe e, “*As identidades culturais e as comunidades estão sujeitas a processos de mudança e dissolução como tudo o resto e estas mudanças podem ser graduais e cumulativas ou repentinas e descontínua.*” ... “*A única diferença em relação a outros tipos de identidade colectiva é o andamento geralmente mais lento e os intervalos mais longos dos ritmos da mudança cultural, o que, em consequência, exige métodos de análise próprios da longue durée.*” ²⁶⁵

Neste sentido, a identidade nacional pressupõe mudança e isso implica uma, “*reinterpretação do padrão de memórias, valores, símbolos, mito e tradições que constitui a herança específica das nações. Hoje em dia estamos particularmente conscientes da forma como as componentes das identidades nacionais mudam, mas este processo ocorrer em todas as gerações, á medida que os acontecimentos externos e os realinhamentos internos dos grupos e do poder vão estimulando novos entendimentos das tradições colectivas.*” ²⁶⁶ Como nota ainda Smith; “*Este processo de reconstrução etno-simbólica implica a re-selecção, a re-combinação e a re-*

²⁶² SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.34

²⁶³ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.34

²⁶⁴ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.35

²⁶⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.35

²⁶⁶ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.35

*codificação de valores, símbolos, memórias, etc, pré-existent, assim como a adição de novos elementos culturais por cada geração.*²⁶⁷

Ora, neste contexto, a identidade, para além de pressupor a mudança, implica um processo de aprendizagem, reencontro e alterações permanentes, ainda que o processo possa ser lento, de geração em geração. Mas como notou Smith, a evolução é natural, não esquecendo também, por vezes a recuperação, por necessidade da identidade, caso se apresente fragilizada ou alienada, de elementos da, *“...visão heroica da identidade nacional, com os seus temas de luta, libertação e sacrifício típicos das nações ou Estados-nação recém-independentes, pode, na geração seguinte, dar lugar a uma versão mais aberta, pragmática e utilitária da identidade da nação, sublinhando temas como o carácter empreendedor, as capacidades de organização e a tolerância da diversidade...”*²⁶⁸ Desta forma, *“...a mudança inscreve-se na definição de identidade nacional...”*²⁶⁹

Neste contexto, o Estado-Nação, não contempla apenas dimensão étnica e cultural, mas também dimensão política, *“Toda a Nação contém, em potência, a sua auto-determinação e a sua assunção como Estado, gerando-se, então o chamado Estado-Nação.”*²⁷⁰ Importa mencionar como nota Couto que, *“como se sabe, a Nação não é o Estado: há nações que não se materializaram ainda num Estado e há Estados multinacionais e em rigor, um Estado-Nação.”*²⁷¹

Ora, seguindo Couto, *“sendo o Estado, essencialmente, um aparelho político – administrativo, de tomada e imposição de decisões o centro anímico e dinâmico da acção política é a Nação, agindo o Estado, através dos seus órgãos, à luz duma dada interpretação dos interesses nacionais ou da comunidade.”*²⁷²

Para a construção do Estado-Nação, deveremos tomar atenção às estratégias de desconstrução e desmantelamento da nacionalização, como referiu Couto, *“Por isso, as estratégias de desnacionalização passam, obrigatoriamente, pela desvalorização da história, pela sua dessincronização ou desarticulação, por um cuidadoso jogo de luzes e*

²⁶⁷ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.35

²⁶⁸ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.35

²⁶⁹ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.35

²⁷⁰ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outono-Inverno, op.cit., p.307

²⁷¹ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outono-Inverno, op.cit., p.307

²⁷² COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p.307

sombras sobre os acontecimentos, etc.”²⁷³ Reforçando ainda que, “os mitos e os ritos são o cimento necessário de qualquer sociedade e geram e alimentam os sentimentos de solidariedade e de comunidade. Por isso, as estratégias de desnacionalização passam também pela desvalorização ou supressão de certos mitos e ritos.”²⁷⁴

Importa, ainda, mencionar que com a Globalização, “...a nação não é mais que um dos modos de encarnação das identidades, podendo a reactivação identitária consolidar o quadro nacional, tal como pode fragmenta-lo, pelo menos parcialmente, em conjuntos mais vastos, como acontece no mundo muçulmano. Em certas culturas, como por exemplo, a islâmica ou no mundo indiano, construção identitária e construção nacional podem contradizer-se, gerando, deste modo, tensões perigosas para a ordem internacional. De uma maneira geral, os primeiros sinais de explosão cultural que se desenvolveram nas últimas duas décadas residem provavelmente nessa diversificação dos modos de expressão identitária.”²⁷⁵

6.6 Do Estado

Não menos importante, são as considerações que é necessário compreender em relação ao Estado, à sua origem e a sua concepção de pensamento de origem filosófica. Neste sentido, no Séc. XVII, a Europa viveu momentos de grande tensão, e é neste contexto que surge um filósofo contestado, Immanuel Kant²⁷⁶, com as suas obras, *Projecto de Paz Perpétua* (1795) e *Teoria do Direito*, que viriam a dar um forte contributo para o campo da Geopolítica com o seu estilo pragmático e revolucionário. Kant surge com uma visão completamente diferente daquela que até então reinava. Se, dantes, o objecto era o centro da atenção do homem e da ciência, Kant, vinha, agora, por em causa esta visão e afirmar precisamente o contrário, o homem é o centro do Universo e os objectos são acessórios e a ciência um meio ao dispor.

²⁷³ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p309

²⁷⁴ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p309

²⁷⁵ AMANTE, M. Fátima, SOUSA, Fernando, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática, nota de abertura*, op.cit., p.4

²⁷⁶ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.126

Com este pensamento, revolucionaria a forma como o Homem se olharia a ele próprio. *"Introduzia-se um poder ser, um dever ser, que dependia da Visão e julgamento de cada um."*²⁷⁷ Faz ainda, uma retrospectiva sobre a razão pura e a razão prática, em que a razão prática é forma, matéria, espaço e tempo. Sobre esta matéria diz-nos ainda que, a Razão Prática ocupa-se dos deveres do homem e do dever ser, e Razão Pura debruça-se sobre o mundo do ser.²⁷⁸

Neste contexto, na sua obra, *Um projecto de Paz Perpétua*, de 1795, *"Kant propõe três artigos principais para uma Paz perpétua: 1ª, a Constituição de cada Estado deve ser republicano; 2º O direito Internacional deve basear-se numa federação de Estados independentes; 3ª é necessário um mundo cosmopolita, com livre acesso de todos os homens a todos os países em termos de genuína hospitalidade universal."*²⁷⁹ Kant, traz claramente consigo um ideal de constituição democrática, que acreditava ser a melhor forma de respeito pelos direitos individuais dos cidadãos e na eleição livre. Kant expressa ainda que, *"as democracias não fazem guerra umas às outras; não é essa a vontade do povo, além de que os litígios internacionais devem ser resolvidos pela diplomacia ou pela arbitragem."*²⁸⁰

Na verdade, *"se o consentimento dos cidadãos for requerido para decidir se uma guerra é ou não declarada, é muito natural que eles hesitem bastante em embarcar em empreendimento tão perigoso. Pois isso, significaria atrair sobre si mesmos todas as misérias da guerra;"*²⁸¹ Kant, orienta claramente o seu pensamento para um futuro de paz, não uma Paz qualquer, mas uma Paz perpétua, entre Países democráticos num ambiente de hospitalidade cosmopolita (*cosmos.pólis = cidade Universal*), e sempre sob a égide do Direito."

O autor não acredita que seja possível, com as actuais condições, à época, de um Estado Mundial. Por isso, propõe uma, *"federação pacífica de Estados independentes."*²⁸² Este passo seria efectuado através da realização de um "tratado que visasse acabar para sempre com todas as

²⁷⁷ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 303

²⁷⁸ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 303

²⁷⁹ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p.307

²⁸⁰ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p.307

²⁸¹ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p.307

²⁸² AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, cit., p.308

guerras"²⁸³, criada através, não de uma força militar superior,²⁸⁴ *"mas através da igualdade e cooperação de todos sob a égide do Direito."* Inicialmente este processo iniciar-se-ia com um pequeno grupo de Países e posteriormente, estender-se-ia a outros, e assim, idealizava a Paz Perpétua. Kant, tinha a percepção de que o seu projecto era de difícil de conseguir, mas tinha esperança. Achava que a ética se sobrepunha à razão, e a Paz devia ser totalmente construída com os *homens vivos* e não com a paz dos *cemitérios*. Kant, foi, sem dúvida, um dos filósofos de mais importantes da história, pelo seu pensamento verdadeiramente inspirador, orientado para o princípio da igualdade e do Estado de direito. Estes pensamentos viriam a ser profundamente inspiradores, mas antecederiam, infelizmente grandes conflitos mundiais, como as guerras napoleónicas, a guerra franco-prussiana e duas grandes guerras mundiais que destruíram e mataram milhões de europeus.²⁸⁵

Outro filósofo que viria a ter uma forte influência no pensamento estratégico do Estado foi Hegel. A marcar a construção extremista e fundamentalista seria o pensamento de idealista e utópico, associado à Natureza e ao idealismo Histórico, de tal forma influente, que em conjunto com outros filósofos alemães, resultam nos fundadores do idealismo alemão.²⁸⁶ A Alemanha encontrava-se entre as teorias Francesas e as políticas Prussianas, e os novos pensamentos filosóficos, vieram contribuir para o desenvolvimento nacionalista, associado aos mitos, natureza, raças, como adiante verificaremos. Neste alinhamento, *"o idealismo alemão teve fases em que funcionou como religião não revelada."*²⁸⁷

Hegel desenvolve, também, o pensamento sobre a *Sociedade Civil*, o *Estado* e sua criação, os poderes do estado e o sobre o fim da história. Sobre a *Sociedade Civil*, destacamos a forma como Hegel a descreve, *"...o conjunto de pessoas e instituições de carácter privado que não pertencem ao aparelho do Estado: Os indivíduos, nacionais ou estrangeiros, as associações e fundações, as empresas, os mercados - ou seja, todas as pessoas e instituições que possuem uma vida própria e financeiramente autónoma, e que por isso mesmo, pode ser livre e só deve ser sujeita a*

²⁸³ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, cit., p.308

²⁸⁴ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 308

²⁸⁵ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 308

²⁸⁶ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.128

²⁸⁷ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p.128

*regras legais externa."*²⁸⁸ Como notou Amaral, *"ainda hoje é possível verificar através deste conceito, se o regime de determinado Estado, se assume como plural e democrático, ou totalitário, porque neste último, a sociedade civil é controlada pelo Estado."*²⁸⁹

Em relação ao Estado, Hegel notou que é uma, *"comunidade suprema, ou seja, união ética e política de um conjunto de indivíduos que evolui na história de acordo com o espírito do povo."*²⁹⁰ Como adianta, também, o *"Estado é a vontade divina como espírito presente ou actual que se desenvolve na formação e organização de um mundo."*²⁹¹ Hegel indicou claramente que, a sua concepção do Estado é algo divino, algo que tem como objectivo a união soberana em prol da divisão e do individualismo. No que diz respeito à criação do Estado, notou que, o caminho soberano e único para a construção e criação do Estado. Falamos em, *"Herói, o fundador do Estado."*²⁹²

Sobre esta matéria, Hegel, salientou que, embora o homem fundador aja por vezes no seu próprio interesse, ele faz e age também de forma elevada e soberana, porque consegue congrega e envolver todos num só. Por outro lado, ao contrário de Marx, Hegel evidencia, bastante, o papel fundamental dos grandes homens, embora posteriormente se contradiga.²⁹³ Relativamente à separação de poderes, para Hegel existem três, 1) o Poder do Príncipe, quem detém o Poder absoluto, 2) O poder do Governo, quem governa, e em 3) o Poder legislativo, ou seja, quem faz as leis. Concorde, ainda, com alguns princípios da Revolução Francesa, ao aceitar princípios liberais, como liberdade de imprensa, o poder legislativo atribuído aos deputados, a separação entre a igreja e o Estado, reservando ainda assim o supremacia em relação à Nobreza.

Para finalizar a passagem pela reflexão do Hegel, importará ainda referenciar que este detinha uma ideia de sistema político perfeito, dizia, em que a consciência colectiva da humanidade atingirá o máximo de liberdade individual no interior de um Estado forte e justo.²⁹⁴ Hegel teve, de facto, um papel muito importante, não só pela sua forte ligação a Marx, mas pela associação e influência aos deterministas e materialistas

²⁸⁸ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 318

²⁸⁹ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 318

²⁹⁰ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 318-319

²⁹¹ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 319

²⁹² AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 319

²⁹³ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 320

²⁹⁴ AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 322

geográficos, designadamente Ratzel, como também influenciou o pan-germanismo e o nazismo com o seu pensamento sobre o divino.²⁹⁵ Relembramos que,²⁹⁶ *"Hegel viu no Estado a corporização do Espírito Absoluto."*

Depois de uma análise e de uma retrospectiva mais filosófica, observemos definições mais concretas sobre o que é o Estado. Neste contexto, Lara define que, *"O Estado é toda a população de nacionais fixa num dado território, onde existe uma autoridade soberana que tem a missão de assegurar a satisfação das necessidades colectivas gerais e abstractas, de justiça, segurança e bem-estar material e espiritual."*²⁹⁷

Segundo Miranda, *"o Estado, que hoje, comumente definido através de três elementos ou condições de existência – povo, território e poder político – é apenas um dos tipos possíveis de Estado: O Estado nacional soberano, que nascido na Europa, se espalhou sucessivamente por todo o mundo."*²⁹⁸ A existência de um Estado pressupõe conforme:

- "1) local de fixação de um povo (os povos nómadas desconhecem a existência do Estado);*
- 2) local de agregação ou integração de elementos diversos num mesmo povo;*
- 3) uma das bases do sentido de identidade de um povo ao longo dos tempos, em relação (por vezes em oposição) aos outros povos;*
- 4) um das bases da permanência do poder político. Ele chega a dar o poder ao Estado."*²⁹⁹

Segundo Miranda, *"...de uma forma muito complexa, liga-se o direito, política, economia, e vê-se o Estado moderno na interação desses elementos fundamentais."*³⁰⁰ Neste sentido, surgem nesta evolução quatro tipos de Estados, distintos, mas complementares, *"O Estado soberano dentro do sistema europeu de Estados; O Estado comercial relativamente fechado com sociedade e economia capitalista burguesa, O Estado liberal e constitucional e o Estado nacional que simultaneamente abrange todas*

²⁹⁵ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op. cit., p. 129

²⁹⁶ MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, op. cit., p. 22

²⁹⁷ LARA, António de Sousa, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, 2011, op.cit., p.211,

²⁹⁸ Miranda, Jorge, *Manual Direito Constitucional, TOMO I*, Coimbra Editora, Coimbra, op.cit, p.55

²⁹⁹ Miranda, Jorge, *Manual Direito Constitucional, TOMO I*, op.cit, p.55

³⁰⁰ Miranda, Jorge, *Manual Direito Constitucional, TOMO I*, op.cit., p.85

estas tendências e se lhes acrescenta, com orientação para a democracia.”

Neste contexto,³⁰¹ “as correntes filosóficas do contratualismo, do individualismo e do iluminismo – de que são expoentes doutrinários LOCKE (Segundo tratado sobre o Governo), MONTESQUIEU (O Espírito das Leis), ROUSSEAU (Contrato Social), KANT (além das obras filosóficas económicas, sociais e políticos conduzem ao Estado constitucional, representativo ou de Direito. Ponto culminante de viragem é a Revolução francesa (1789-1799).” Assim, “A expressão Estado constitucional teve origem em França, e a expressão do governo representativo, de origem anglo-saxónica e a expressão Estado de Direito de origem Alemã.”³⁰² Sobre a situação do Estado no Século XX e XXI, , importará fazer uma breve passagem sobre as linhas de força dominantes que surgem posteriormente às duas grandes guerras mundiais, e que provocam, principalmente na Europa continental, mudanças profundas.³⁰³

Foi neste alinhamento, que depois da segunda guerra mundial, foram adoptadas como forças dominantes e transformadoras, como destaca Miranda, e que aqui se transcrevem.

- 1) *"As Transformações do Estado num sentido democrático, intervencionista, social, bem contraposto ao Laissez faire Liberal.*
- 2) *O Acesso (ou a luta pelo acesso) das mulheres à igualdade – igualdade de direitos na família, no trabalho, na participação política;*
- 3) *O aparecimento e, depois, o desaparecimento de regimes autoritários e totalitários de diversas inspirações;*
- 4) *A emancipação dos povos coloniais, com a distribuição agora de toda a Humanidade por Estados – por Estados quase todos moldados pelo tipo europeu, embora com sistemas políticos-constitucionais bem diferentes;*

³⁰¹ Miranda, Jorge, Manual Direito Constitucional, TOMO I, op.cit., p.91

³⁰² Miranda, Jorge, Manual Direito Constitucional, TOMO I, op.cit., p.91

³⁰³ Miranda, Jorge, Manual Direito Constitucional, TOMO I, op.cit., p.91

- 5) *A institucionalização da comunidade internacional de organizações nível mundial ou só continental ou regional;*
- 6) *A proteção internacional dos direitos do Homem.* ³⁰⁴

Importa evidenciar que a evolução do reconhecimento dos Estados sofreu uma alteração bastante significativa no século XIX, no congresso de Viena de Austria, em Chatillon. Este congresso é marcado por três antecedentes extremamente importantes.³⁰⁵ Por um lado, as invasões Napoleónicas, por outro, os trinta e sete principados germânicos que tinham sido aglomerados na confederação do Reno por Napoleão, e por fim, a Itália não existia como Estado unificado.

É neste contexto que surge a intenção dos quatro maiores países da Europa promovem um tratado, que procurou o garante da paz, mas também a evidente supremacia de uns sobre outros. Os mais poderosos sobre os mais pequenos. O princípio da supremacia e da hegemonia dos grandes sobre os mais pequenos. Como notou Almeida,³⁰⁶ *“O principio da supremacia dos grandes poderes não era novo, mas não tinha ainda encontrado, historicamente, oportunidade de se afirmar de modo tão objectivo. Quatro potências falavam em nome de cerca de oitenta sem, que para isso, tivessem necessidade de obter destas o suficiente mandato.”... “Ganhava lugar, nas relações internacionais, um conceito que tornava diferentes, de facto, os grandes dos pequenos Estados. Tal conceito iria colidir, frontalmente e com frequência, até aos nossos dias, com o da igualdade soberana.”* ³⁰⁷

Porém, convém notar que os, *“problemas de expansão czarista a sul, ameaçava os interesses e destabilizavam emocionalmente a Grã-Bretanha e a França. Nesse sentido a Inglaterra, empenhou-se em encontrar uma nova perspectiva que ultrapassasse o tratado de Viena. Daí, resulta a Santa Aliança, entre a Grã-Bretanha, Rússia, Áustria e Prússia, onde se afirmava a intenção de defesa da Europa contra os perigos de uma invasão napoleónica, de novo possível, que viria destruir o*

³⁰⁴ Miranda, Jorge, *Manual Direito Constitucional, TOMO I*, op.cit., p.100-101

³⁰⁵ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, p.36-37

³⁰⁶ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op.cit., p.36-37

³⁰⁷ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op.cit., p.36-37

sistema de equilíbrio encontrado em Viena.”³⁰⁸ Interessa ainda evidenciar, que o Tratado de Viena consagrava o princípio do primado dos grandes Estados para a condução da política mundial. Dai resulta; o seu Artº6, “*To facilitate and to secure the execution of the presente treaty, and to consolidate the connections which at the present moment so closely unite the four Sovereigns for happiness of the world, the High Contracting Parties have agreed to renew their meetings at fixed periods, either under the immediate áuspices of the Sovereigns themselves or by their respective Ministers, for the purpose of consulting upon their common interests, and for the consideration of measures wich at each of these periods shall be considered the most salutary for the repose and prosperity of nations and for the maintenance of peace of Europe.*”³⁰⁹

Ora, se nos séculos XIX e XX se acentua o Estado Territorial, é importante notar que ultimamente tem sido bastante a literatura que menciona o desaparecimento do *Estado territorial*. São sobretudo teses deterministas e voluntaristas. Sobre esta matéria, Couto salienta que, “*os argumentos vão desde a dimensão dos problemas que se colocam à humanidade, como um todo, pressões sobre o ambiente e sobre certos recursos naturais, por exemplo – a progressiva passagem de uma sociedade de Estados a uma comunidade internacional, que desembocaria, a longo prazo, num Governo Mundial e, em fase intermédia, em organizações políticas regionais ou continentais, que esvaziariam os actuais Estados das suas competências mais marcadamente políticas.*”³¹⁰ Por outro lado, “*Os Estados, na sua maioria, são demasiado pequenos para poderem enfrentar a maioria dos problemas actuais, desde os da segurança aos do progresso económico, que exigem grandes espaços ou espaços-regiões.*”³¹¹

Se os argumentos sobre o desaparecimento do *Estado Territorial* podem ser até defensáveis em teoria, a realidade demonstra outro resultado. Cremos, também, que a extinção do *Estado Territorial* está longe de ser extinto, muito pelo contrário, para além de se reforçar, o seu número terá tendência a aumentar. Sobre esta matéria, Couto evidencia que, na verdade, “*a realidade apresenta-se profundamente diferente da*

³⁰⁸ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op.cit., p.36-37

³⁰⁹ ALMEIDA, Políbio Valente, *Do poder do pequeno Estado*, op.cit., p.36-37

³¹⁰ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Nº124-4ªSérie. p.306

³¹¹ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outuno-Inverno, Nº124-4ªSérie. p.307

*prevista pelas Teses expostas. De facto, desde o fim da II Guerra Mundial, o número de Estados quaduplicou e este fenómeno não se verificou apenas nas regiões do Globo politicamente jovens, visto que, mesmo no velho espaço europeu, berço do Estado territorial, o seu número duplicou, praticamente, e o processo pareça estar longe de terminado.*³¹²

Por outro lado, *“considerando-se com base nos três indicadores, para se avaliar o grau de progresso e desenvolvimento económico-social – o PNB per capita, a competitividade e o índice de desenvolvimento humano, nos 10 primeiros lugares, figuram, pelo menos, 8 pequenos países, dos quais a larga maioria nem sequer é detentora de matérias primas essenciais. Um deles-Singapura é o tipo de Estado-Cidade da Antiguidade. Finalmente, os orçamentos e as áreas de intervenção do Estado têm aumentado, e não diminuído.*³¹³

Ora, este é, entende-se, um dos grandes desafios que se colocará à política e à elaboração da estratégia. Parece-nos, por isso, de extrema relevância, refletir sobre a forma e sobre o tecido ideológico, que foi sendo sustentado no Estado. À constituição de um *Estado*, espelha-se a organização de uma comunidade de se situar, no tempo e no espaço, na perspectiva associada ao sentido de ideologia própria, no sentido de união, na segurança e na cultura própria. Neste contexto, seguindo Lara, o Estado, *“é um sistema de difusão de uma ideologia, estruturada em opções estruturais e políticas.*³¹⁴

Por outro lado, na perspectiva de Smith;³¹⁵ *“...Estado pode ser definido como um conjunto de instituições autónomas, diferenciadas de outras instituições e que possuem monopólio legítimo da coerção e da colecta num determinado território.”*

Neste contexto, importa notar, que nas teses realistas, o *Estado Territorial* veio para ficar. Contudo, nas teses de carácter determinista ou voluntaristas é defensável um modelo de dissipado do Estado territorial, para regiões e áreas. Na verdade, existem factores que devem ser tidos em conta na defesa desta tese, e que notamos como, *“A Globalização das economias, em consequência da viragem civilizacional em curso, com a passagem a uma sociedade informacional, de fluxos, de livre circulação de*

³¹² COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outuno-Inverno, Nº124-4ªSérie. Op.cit., p.307

³¹³ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outuno-Inverno, op.cit., p307

³¹⁴ LARA, António de Sousa, *Subversão e Guerra Fria*, p.34

³¹⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit.,p.24

*bens, pessoas, capitais e informação, que abate alguns dos mais importantes instrumentos de regulação que eram próprios do estado e que os assim fica desprovido de significativos atributos que, para muitos autores, estiveram na base da sua génese e afirmação.”*³¹⁶

Ora, o mesmo se aplicaria à Paz, apenas possível, com a aniquilação total do outro. Factor este que se considera inviável, face à natureza do outro, à sua natureza, diversidade, percepções e concepções, bem como enquadramentos históricos e culturais.³¹⁷

No entanto, evidência-se a integração de uma ideologia e doutrina comum, como por exemplo, a carta dos direitos do homem como padrão de orientação da humanidade e do processo civilizacional. Contudo, verificamos também a disparidade de diferenças, quer ao nível estrutural, quer ao nível cultural, de cada Estado face a outros, o que evidência, desde logo, a previsibilidade de sistemáticas fracturas, originando disrupções no sistema.

Outro factor a ter em conta, como destaca Couto é o da impossibilidade, *“...face da dimensão dos problemas que se põem à humanidade como um todo – pressões sobre o ambiente e sobre certos recursos naturais, por exemplo – a progressiva passagem de uma sociedade de Estados a uma comunidade internacional, que desembocaria, a longo prazo, num governo Mundial e, em fase intermédia, em organizações políticas regionais ou continentais, que esvaziariam os actuais Estados das suas competências mais marcadamente políticas.”*³¹⁸ Por último, a ideia de que os Estados, *“são demasiadamente pequenos para poderem enfrentar a maioria dos problemas actuais, desde os da segurança aos do progresso económico, que exigem grandes espaços ou espaços-regiões.”*³¹⁹

Ora, as teses voluntárias sobre a dissipação do Espaço territorial, na verdade, não correspondem à realidade observada. Assim, por quanto, verifica-se que, *“...desde a II guerra mundial, que o número de estados quadruplicou e este fenómeno não se verificou apenas nas regiões do globo politicamente jovens, visto que, mesmo no velho espaço europeu,*

³¹⁶ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p305-306

³¹⁷ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p305-306

³¹⁸ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p305-306

³¹⁹ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p305-306

berço do Estado territorial, o seu número duplicou, praticamente, e o processo parece estar longe de terminado.”³²⁰

Importa, ainda, mencionar que a Revolução Francesa foi o grande libertador da afirmação dos ser, *” inicialmente no plano individual, mas que rapidamente se transportou para o colectivo; os meios de comunicação de massa e de circulação de pessoas alargaram a toda a humanidade e a mensagem dos direitos humanos e da democracia, a internet veio generalizar o acesso ao conhecimento, proporcionando a cada vez mais vastas camadas de população maiores graus de liberdade, de realização e de afirmação; indivíduos e comunidades tomam maior consciência de si, da sua identidade, da sua situação relativa nos planos económico, social, cultural e político.”³²¹*

Sobre esta matéria, Couto nota que, *”...a sociedade informal, em que já nos encontramos a navegar em velocidade de cruzeiro, é, por um lado, intrinsecamente desagradadora em todos os domínios, do económico ao político, passando pelo social, mas, por outro lado, a intensificação da comunicação facilita e estimula a cooperação, e a sua institucionalização, tendo em vista a resolução de problemas comuns.”³²²*

Como nota Couto, *”...não admira que a maior parte dos conflitos das últimas seis décadas e da actualidade se relacionem, não tanto como o ter, mas sim com o ser, por razões étnicas, religiosas ou culturais. Quer dizer, os grandes conflitos actuais, são, na sua maioria, de natureza identitária. Ora, enquanto os conflitos de ordem material adquirem um carácter comercial, pelo que são passíveis de soluções de compromisso e negociáveis, os conflitos identitários, que assumem a forma violenta, tendem a ser do domínio do absoluto, do tudo ou nada. Tornam-se campo fértil das grandes e profundas emoções e paixões, dos ódios viscerais, da violência cega e descontrolada.”³²³*

6.7 Da Segurança Nacional

³²⁰ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p306

³²¹ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p309

³²² COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, op.cit., p309

³²³ COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outuno-Inverno, op.cit., p309

A Segurança Nacional é absolutamente fundamental para manter e perpetuar a identidade nacional, criando a noção temporal de existência de soberania e de pertença, que se transmite ao longo do tempo.

A segurança é, antes de mais uma, *“uma percepção e uma vontade, quer dizer, na sua dimensão subjectiva. Como vontade de reduzir uma ameaça, isto é, uma intenção hostil vinda de um actor exterior a ela é o prolongamento de qualquer construção de alteriedade, quer dizer, do jogo social em estado natural. Em função disso, ela é considerada na tradição clássica, e nomeadamente por Hobbes, como a base do contrato social, abdicando o indivíduo de parte da sua liberdade para confiar ao soberano que assim lhe assegura a sua segurança. Assimilada desta forma à invenção da cidade, à construção subjectiva da segurança conduz portanto à redução do estado natural e à criação de Instituições.”*³²⁴

Por outro lado, a segurança nas Relações Internacionais, remete para os jogos de poder, divergências entre actores que podem ir desde a cooperação, competição ou conflitos, dos quais antecedem ameaças que provocam percepções sobre estados de equilíbrio ou desequilíbrio, e por consequência o risco da ameaça sobrevivência, que está como anteriormente notamos ligado à vida e à morte e por isso ao medo.

Como refere Ribeiro, *“A segurança nacional é um fenómeno psicológico. Com efeito, exprime a sensação de salvaguarda, a noção de protecção ou tranquilidade das instituições ou das pessoas, em resultado da percepção da efectiva carência de ameaças relativamente à materialização de interesses nacionais, quando não existem, porque não se desenvolveram, ou porque foram anuladas.”*³²⁵ Interessa ainda evidenciar que, *“a segurança real é um resultado absoluto muito difícil de alcançar, o melhor que se consegue é uma sensação que varia entre a insegurança resultante da ocorrência de medo e a segurança associada às ausências de medo. A sensação de insegurança, mesmo que injustificada, pode ser tão prejudicial como a própria insegurança, e a sensação de segurança é, em determinadas circunstâncias, tão importante como a segurança real.”*³²⁶

³²⁴ HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.276

³²⁵ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.51

³²⁶ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.100

Por outro lado, destaca-se que,³²⁷ *“No seio dos sistema políticos, como na cena internacional, a dimensão fatalista da segurança traduz-se pela criação de políticas de segurança, ou até de ideologias securitárias, que privilegiam a busca desse objectivo. No plano internacional, distinguir-se-á a segurança nacional, criada por cada Estado para se proteger das ameaças que impendem sobre os que se encontram sobre a sua alçada, os seus bens colectivos e as suas escolhas políticas, a segurança internacional, equilíbrio que resulta de um acordo entre Estados, e a segurança colectiva, que transcende os Estados para lhes impor um sistema de segurança válido para toda a comunidade internacional.”*³²⁸

É este fenómeno, entre a sensação de ter segurança e a realidade que, faz a diferença na utilização da Estratégia para a defesa dos interesses de qualquer Estado-Nação. Neste âmbito, a segurança nacional é um assunto da máxima importância, porque traduz uma sensação de equilíbrio que permite aos cidadãos de um qualquer Estado-Nação fazerem as suas vidas num sistema equilibrado.

Ora, neste contexto como destaca Miguel Martin,³²⁹ o Estado deverá atender que, por mais que tenha acautelado toda a sua segurança, nunca a terá a 100%, isto porque existem diferenças entre a segurança efectiva, a possível, a desejada e a ilimitada. Neste contexto, a segurança efectiva, na realidade será aquela que poderá estar salvaguardada, atendendo aos meios disponíveis, mas nunca será suficiente, *“...a segurança possível, que resulta da comparação global dos actores contrários, com as possibilidades e meios próprios para proteger adequadamente os interesses nacionais.”*³³⁰ E a segurança desejável é considerada por Martin numa escala entre 0% e 100%, sendo 75% o indicador que resulta dos meios efectivos que o Estado possui e dispõe para elevar o nível de segurança efectiva.

Martin considerou três níveis de risco:³³¹ risco residual, que resulta da diferença entre a segurança efectiva e a segurança desejável, a segurança; o risco assumido, que resulta da distância entre a segurança

³²⁷ HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.cit.,p.114

³²⁸ HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, op.Cit.,P.114

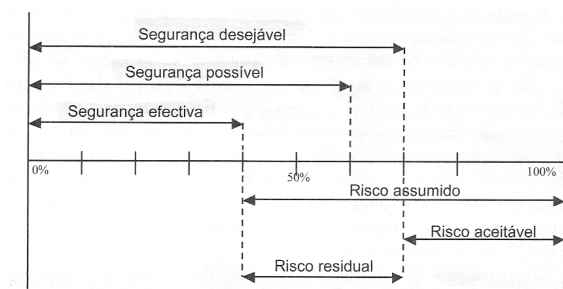
³²⁹ Miguel Martin cit.em RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. p.53

³³⁰ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*. 2009. op. cit., p.53

³³¹ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. p.53-54

efectiva e o limite máximo de segurança considerado a 100% por Martin (fig.5), e o risco aceitável, que resulta da diferença entre a segurança desejável e o o limite máximo de segurança que resulta do critério de 100%. Ora, estas dimensões de segurança, são absolutamente determinantes para a elaboração da Estratégia e da Avaliação do Potencial Estratégica.

Fig. 5 ³³²Miguel Martin



Fonte: RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico* ³³³

Claro que estas considerações estão confinadas aos meios que um Estado-dispõe, mas também aqui se considera que falta, tecer considerações sobre a Vontade. Na realidade, os decisores políticos podem percepcionar que poderão estar no nível de segurança efectiva com um determinado indicador que se aproxima da desejável, como exemplo, mas porque não está aferido no quadro do potencial estratégico da defesa nacional os valores intangíveis, eventualmente estaremos numa posição de não conformidade. Ou seja, a discrepância entre os meios, representado pela liderança não está em conformidade com a Vontade. Por isso, é nos momentos chave que são aferidos os laços de integridade e de *engagement*, como anteriormente mencionamos, obtidos e conseguidos num processo sucessivo de comunicação e entrusamento sobre o quadro estratégico entre líderes políticos, elites e povo. Como aliás notou Aron, *“um Estado será tanto mais seguro, quanto mais forte. É certo que a força pode ser definida como os meios, recursos ou capacidades e toda a natureza de que um actor político pode lançar a mão ou tirar partido para alcançar os seus objectivos.”* ³³⁴

³³² RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.53

³³³ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. p.53

³³⁴ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.49

³³⁴ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.102

Ora, este quadro, esta ligação, deve estar no nosso entender, no carácter do líder, no carácter da cultura nacional e na forma como vai sistematicamente sendo construído e comunicado.

Naturalmente que a defesa dos interesses do Estado, internamente e externamente, está confinada à alocação dos meios internos no meio e no tempo. A complementariedade da segurança nacional é estabelecida através de alianças com parceiros estratégicos, como é o exemplo da NATO e UE, no contexto Europeu.

Neste contexto, a segurança nacional pode ser definida de acordo com o Instituto de Defesa Nacional como, *“a situação que garante a unidade, a soberania e a independência da nação, a integridade e a segurança das pessoas e dos bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional.”*³³⁵

Neste campo, como nota Ribeiro, torna-se absolutamente necessário que sejam apurados quais os, *“interesses nacionais, (bens a proteger), que dão corpo à segurança nacional e, pelos quais, em caso de provocação, o Estado deve lutar pela sua preservação. São interesses de carácter nacional, que suscitam duas reflexões. Em primeiro lugar, extravasam ligeiramente a concepção vestaliana de interesses nacionais ligados à soberania, à sobrevivência, ao território nacional e às instituições do Estado, para abarcar outros interesses mais amplos, que exigem soluções regionais e internacionais ligados ao crime organizado, ao terrorismo, à exploração abusiva de recursos comuns, que não se limitam aos territórios nacionais. Em segundo lugar, estes interesses nacionais tanto podem ser afectados por actores contrários, que se encontram no exterior, como no interior das fronteiras nacionais.”*³³⁶

Ora, neste contexto, evidenciamos que os Estados vivem permanentemente numa desconfiança mútua, que deriva da não convergência nos interesses comuns, parciais ou totais, pelo que a existência permanente de um clima de desconfiança, gera como refere Ribeiro, que os Estados necessitem de manter as suas capacidades de

³³⁵ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.49

³³⁶ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.49-50

defesa em permanente estado vivo, *"Na ausência de uma autoridade superior, os Estados, como não confiam inteiramente uns nos outros, mantêm as suas capacidades de defesa contra as ameaças, a fim de diminuírem a sua vulnerabilidade e aumentarem a sua segurança."*³³⁷

É fundamental não esquecer, em momento algum, as sugestões dadas por Sun Tzu. Embora algumas delas pareçam desactualizadas pela sua simplicidade, o seu valor é imprescindível. É a simplicidade, o necessário e o mais básico que muitas vezes é esquecido. Sun Tzu foi premtório em notar a importância do Líder na importância da estratégia, *"O Comandante corresponde às qualidades de sabedoria, sinceridade, benevolência, coragem e rigor."*³³⁸ Por outro lado, relativamente ao método a utilizar este, *"...deve entender-se como a organização do exército, a hierarquia militar, a manutenção das vias de abastecimento e a provisão de material de controle."*³³⁹

Sun Tzu, notou que existem cinco factores determinantes para a vitória; A virtude; O Clima; O Terreno; O Comandante e o Método. Por isso, *"Estes cinco factores básicos são conhecidos de todos os generais. Aqueles que os dominam, alcançam a vitória. Aqueles que os negligenciam, conhecem a derrota."*³⁴⁰

Ora, este enquadramento deve fazer parte da consciência de qualquer Estado-Nação, não só ao nível da político ou das elites, mas também ao nível do povo, porque, no limite, como tão bem foi profanado por Sun Tzu, Clausewitz ou Maquiavel, é o povo que será o garante do sucesso ou do insucesso das estratégias definidas pelo *"Príncipe"*, como invocou Maquiavel. Trata-se, por isso, de chamar à razão, que à cautela, as alianças, os neutros ou inimigos, devem ser previamente e atempadamente esclarecido através da elaboração do quadro estratégico sobre as intenções, interesses, meios e bem assim a qualidade e o *Carácter da liderança e da Vontade*, cujo objectivo visa antecipar no enquadramento estratégia esta noção de segurança nacional, que deverá no nosso entender, ser conhecida por todos.

³³⁷ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.51

³³⁸ TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op. cit., p.18

³³⁹ TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op. cit., p.18

³⁴⁰ TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op. cit., p. 18

6.8 Da Cultura Estratégica

Parece-nos, também, importante observar o resultado entre a Cultura nacional de um Estado-Nação com a sua política e com a sua Estratégia, com a qual reforçamos essa força maior num pilar único essencial à vontade, ao carácter e à moral, para se executar uma determinada estratégia como aqui defenderemos. Passemos, por isso, a observar a Cultura Estratégica. Neste contexto, importa, desde, já mencionar que, não basta ao líder ter a habilidade para definir a estratégia: É imperativo, criar uma cultura nacional estratégica, difundi-la, apreende-la, incorporá-la e cultivá-la permanentemente, para reforçamos constantemente a Vontade e o carácter de um povo e de um Estado-Nação, como anteriormente observamos na cultura nacional.

Ora, os estudos que têm vindo a ser proferidos à cultura estratégica dão conta que a cultura de um determinado Estado-Nação influencia a política de segurança, seja a que nível seja, *“The argumente that culture influences national security policy is grounded in classic works, including the wrintng of Thucydides and Sun Tzu.”*³⁴¹

Sobre esta matéria, Clausewitz evidenciou a guerra estratégica, como um teste à moral e à força física. O objectivo era muito mais do que eliminar o inimigo, era eliminar a sua moral. *“The goal of strategy was much more than defeat of the enemy on the battlefield-it was the elimination of the enemy’s morale.”*³⁴² Ora a moral tem origem no latim *moralis*, -e, relativo aos costumes, poderá ainda ter como definições:³⁴³

“adjectivo de dois género;

1. Relativo à moral.

2. Que procede com justiça. = CORRECTO, DECENTE, HONESTO, ÍNTEGRO, JUSTO, PROBO ≠ DESONESTO, ERRADO, IMORAL, INDECENTE

3. Não físico nem material (ex.: estado moral). = ESPIRITUAL

5. Conforme às regras éticas e dos bons costumes.

substantivo feminino

³⁴¹ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat Reduction Agency, United States Governement Agency, op. cit., p.3

³⁴² Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.4

³⁴³ **“moral”**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/moral> [consultado em 29-01-2014].

6. Conjunto dos princípios e valores de conduta do homem.
 7. Bons costumes.
 8. Conjunto de regras e princípios que regem determinado grupo.
 9. [Filosofia] Tratado sobre o bem e o mal.
 10. Susceptibilidade no sentir e no proceder.
- substantivo masculino
11. Estado do espírito (ex.: a derrota minou o moral do grupo). =
ÂNIMO, DISPOSIÇÃO”

Foi através dos *National Character Studies* nos EUA,³⁴⁴ nos anos de 1940 e 1950, que foram efectuadas as primeiras correlações científicas entre a cultura e o comportamento do estado, baseado em modelos antropológicos, “..1940s and 1950s represented some of the first social scientific efforts to draw connections between culture and state behavior, based largely on anthropological models.”³⁴⁵ Os estudos tiveram como objectivo aferir as raízes do carácter de um Estado-Nação através da cultura, língua, religião, costumes, sociabilização e interpretação das memórias comuns. Esta aproximação foi muito importante durante a II guerra mundial.

³⁴⁶ Claro que estas correlações criaram algumas tensões entre o conceito base – Cultura - com os seus defensores. No entanto, nunca deixaram os grandes clássicos, como Margaret Mead e Levi-Strauss, de continuar a investigar, apesar das críticas, também as correlações entre cultura e comportamento.³⁴⁷

Por outro lado, será importante correlacionar a cultura estratégica com a cultura política. Neste sentido Almond and Verba, definiram, em 1960, cultura política como, “*that subset of beliefs and values of a society that related to the political system. Political culture,...includes a commitment to values like democratic principals, and institutions, ideas about morality and the use of force, the rights of individual or colecttivities, and redispositions toward the role of a country in global politics.*”³⁴⁸

Em 1977, Jack Snyder foi o grande mentor da cultura estratégica, quando a introduziu nos estudos estratégicos modernos, associado à a

³⁴⁴ Estados Unidos da América

³⁴⁵ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.4

³⁴⁶ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, p.3

³⁴⁷ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, p.3

³⁴⁸ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.5

interpretação da estratégia nuclear soviética. A interpretação de Snyder levou-o a um pensamento estratégico de tal forma único que atinge um patamar de incorporação social e por consequência a incorporação de crenças, atitudes e comportamentos, naquele caso relacionados com a estratégia nuclear e que ultrapassa a política e passa para o nível cultural; *“as a result this socialization process, a set of general beliefs, attitudes, and behavior patterns with regard to nuclear strategy has achieved a state of semi-permanence that places them on the level of “culture” rather than mere policy.”*³⁴⁹

Por outro lado, nota que são as elites que articulam uma cultura estratégica única de segurança militar e que se manifesta através da opinião pública e da interação social, *“...elites articulate a unique strategic culture related to security-military affairs that is a wider manifestation of public opinion, socialized into a distinctive mode of strategic thinking.”*³⁵⁰

As definições de Cultura Estratégica são muito coincidentes entre os teóricos. Estão claramente orientadas para as crenças, comportamentos e atitudes, bem como padrões sociais que estipulam determinados padrões de pensamento. Direccionam-se para a definição de caminhos e preferências políticas nas estratégias ofensivas ou defensivas, bem como o meio para conseguir aferir os determinados níveis de decisão.

Para Jack Snyder a Cultura Estratégica define-se como, *“A set of semi-permanent elite beliefs, attitudes and behavior patterns socialized into a distinctive mode of thought.”*³⁵¹

Para Alastair Iain Johnston, Cultura Estratégica é definida por, *“shared assumptions and decision rules that impose a degree of order on individual and group conceptions of their relationship to their social, organizational or political environment.”*³⁵²

Rosen definiu Cultura Estratégica como, *“beliefs and assumptions that frame...decisions to go war, preferences for offensive, expansionist or defensive modes of warfare, and levels of wartime casualties that would be acceptable.”*³⁵³

³⁴⁹ Jack Snyder cit. em Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.6

³⁵⁰ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.6

³⁵¹ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.14

³⁵² Alastair Iain Johnston cit. em Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.15

³⁵³ Rosen cit. em Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. cit., p.11

Collin Gray definiu Cultura Estratégica como, *“modes of thought and action with respect to force, which derives from perception of the national historical experience, from aspirations for responsible behavior in national terms.”*³⁵⁴ O autor nota a associação da experiência histórica de um Estado para reflectir o seu comportamento nacional.

Segundo, Darryl Howlett, existe um consenso na definição de Cultura Estratégica, que está orientada para, *“Share beliefs, assumptions, and modes of behavior, derived from common experiences and accepted narratives (both oral and written), that shape collective identity and relationships to other groups, and which determine appropriate ends and means for achieving security objectives.”*³⁵⁵

A cultura estratégica está, na sua genética, directamente relacionada a segurança e defesa de qualquer Estado-Nação. Esta terá sido a sua base inicial de partida, no entanto, julga-se que o conceito pode e deve ser mais amplamente aproveitado. Este ponto é também questionado por Jeffrey Lantis para quem a cultura estratégica tem espaço para ser amplificada no seu enquadramento, embora ela tenha as suas raízes numa altura particularmente tensa, directamente conectada à guerra fria e ao nuclear.

A abordagem à cultura estratégica tem, na sua essência, o que refere Jack Snyder ao associar valores tão elevados para a construção da moral de um Estado-Nação. Aliás, como Jeffrey Lantis nota, *“I concluded that while contemporary works on strategic culture offer promise, there remains substantial room for development of more reflexive models.”*³⁵⁶

Importa evidenciar, também, que a relação estrutural observada entre a Cultura Estratégica e o Construtivismo é uma corrente teórica que defende que a inteligência do homem é determinada pelas acções e interacções mútuas entre o individuo e o meio. Segundo Katzenstein, Keohane, and Krasner, *“constructivism recognizes the importance of intersubjective structures that give the material world meaning.” Including norms, culture, identity and ideas on state behavior on international*

³⁵⁴ Collin Gray cit. em Lantis, S. Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Op. Cit., P.7

³⁵⁵ HOWLETT, Darryl, *The Future Of Strategic Culture*, Defense Threat Reduction Agency, United States Government Agency, 2006. op. cit.p.3

³⁵⁶ Lantis, S. Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Op. Cit., P.4

relations more generally.”³⁵⁷ O Construtivismo identifica também que a identidade nacional resulta do fenómeno da estrutura social.

Outro aspecto a notar é que o Construtivismo dedica particular atenção à formação da identidade com relações com o processo organizacional, história, tradição e cultura. De acordo com Valerie Hudson³⁵⁸, o construtivismo vê a cultura como um sistema envolvente na partilha daquilo que são as percepções dos governos, a sua comunicação e as suas acções. Ou seja, como nota Jeffrey Lantis, a cultura molda a prática, tanto a curto, como a longo prazo, *“Culture shapes practice in both the short and long term.”*³⁵⁹ Mas acrescenta mais, *“At the moment of action, culture provides the elements of grammar that define the situation, that reveal motives, and set forth a strategy for success.”*³⁶⁰

Convém ainda destacar que o construtivismo foca-se primariamente nas estruturas sociais e nos níveis do sistema com uma atenção especial para o papel das normas internacionais de segurança, *“...constructivists focus primarily on social structures at the systems level, with special attention to the role of norms in international security.”*³⁶¹...reforça Lantis que as normas são definidas como crenças subjectivas que definem as relações sociais entre vários actores, e que determinam os seus comportamentos e as possibilidades de acção, *“Norms are defined as intersubjective beliefs about the social and natural world that define actors, their situations, and possibilities of action.”*³⁶² Na verdade, as normas de um determinado Estado evidenciam a previsibilidade do comportamento de um determinado actor individual ou colectivo, determina a sua situação e as possibilidades de acção que possui ou que tem intenção.

Numa abordagem realista sobre a Cultura Estratégica, salientamos Alastair Iain Johnston, no seu trabalho sobre Strategic Culture and Global Strategy in Chinese History (1995), menciona que a Cultura Estratégica é uma forma de limitar as escolhas comportamentais que derivam das escolhas estratégicas.³⁶³

³⁵⁷ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. Cit., P.8

³⁵⁸ Valerie Hudson Cit. Em Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. Cit., P.8

³⁵⁹ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. Cit., P.9

³⁶⁰ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, op. Cit., P.9

³⁶¹ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat Reduction Agency, United States Government Agency, 2006. op. cit., p.9

³⁶² Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat op. cit., p.9

³⁶³ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat p.10

Como por exemplo, no caso da China, Johnston conclui que a esta possui duas Culturas Estratégicas: uma simbólica assente em suposições e preferências previamente classificadas, e outra Operacional, assente numa estratégia “Nontrivial”, ou seja, difícil de identificar, mas com um impacto e efeito nas opções estratégicas num curto período de tempo, *“...one symbolic or or idealized set of assumptions and ranked preferences, and one an operational set that a nontrivial effect on strategy choices in the Ming period.”*³⁶⁴

Na observação sobre o comportamento da Cultura Estratégica. Johnston, nota que a China tem uma tendência política tendencialmente controlada, defensiva e minimalista no que diz respeito ao uso da força, demonstrando uma superioridade relativamente complacente, isto é, de certa forma procurando agradar e não procurando o conflito.

Se observarmos a abordagem de Duffield³⁶⁵, em relação à Cultura Estratégica da Alemanha, esta tem demonstrado comportamentos moderados e contidos na sua política externa desde 1990. Duffield nota que a cultura nacional de segurança de um Estado-Nação, é predispor as sociedades em geral e as elites gerais e políticos, para a escolha de determinadas opções políticas em detrimento de outras.

Rosen, na sua obra *Societies and Military Power*, nota que a cultura militar é composta por crenças e suposições, que compõem um quadro comportamental militar, particularmente no que diz respeito às decisões sobre avançar para a guerra, preferências ofensivas, expansionistas, outras opções defensivas de fazer a guerra, bem como a definição níveis em relação aos momentos para se fazer a guerra, de forma aceitável e possível.

Parece existir uma convergência de opinião quando à Cultura Estratégica e ao seu objectivo. Neste sentido, segundo Darryl Howlett, *“The definiton consequently acknowledges that strategic culture is a product of range of circumstances such as geography, history and narratives that shape collective identity, but one wich also allows it a role in both enabling and constraining decisions about security.”*³⁶⁶

³⁶⁴ Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat op. cit., p.10

³⁶⁵ Duffield cit. em Lantis, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, p.11

³⁶⁶ HOWLETT, Darryl, *The Future Of Strategic Culture*, op. cit., p.3

Evidencia-se, também, que há aspectos fundamentais na estrutura da Cultura Estratégica que estão muito relacionados com aspectos geográficos, clima, e recursos dos Estados. A geografia explica a riqueza dos recursos, o que explica porque é que alguns países adoptaram determinadas políticas estratégicas em prol de outras e por sua vez a sua cultura estratégica.

Como temos notado ao longo desta investigação, a historicidade explica a cultura nacional de qualquer Estado-Nação e é através desta que se explica a cultura estratégica também. Aspectos como as guerras, as alianças, os inimigos históricos, os parceiros e aliados, as políticas coloniais e pós-coloniais. São estes elementos que uma vez observados determinam a Vontade e o Carácter do Povo, como Sun Tzu ou Clausewitz tanto evidenciaram para determinar o sucesso da estratégia.

7. Da Liderança

A liderança como foi retatada pela doutrina clássica visava homens de craveira humana e política que marcaram a diferença. Como notou Lara, *“Grande parte da produção clássica da doutrina política se dirigia à elite política, às responsabilidades do Príncipe, às suas obrigações, aos seus deveres, aos seus direitos naturalmente também. Hoje em dia em muitos desses Estados não há Príncipe. O seu lugar foi ocupado por um burocrata, por um agente ao serviço de interesses, nem sempre confessáveis, e que ainda por cima, não raras as vezes, se demonstram incompatíveis com o legado da História. A nova arte da política consiste na busca permanente da equação da satisfação dos interesses da dominação com interesses pessoais...”*³⁶⁷ Neste sentido, o autor é ainda mais pragmático ao afirmar que, “Os líderes políticos do século XXI não chegam, em alguns casos, a ter a capacidade dos directores-gerais de outros tempos. Desapareceram da cena política De Gaulle, Winston Churchill, Jonrad Adenauer, De Gasperi, até, porque não dizê-lo um V. I. Lenine. Os grandes estadistas chegaram até meados do século passado.

³⁶⁷ LARA, S., António, *O Interesse Nacional, a política externa portuguesa e a verdadeira causa da decadência dos países peninsulares*, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Boletim nº34, Lisboa, 2007, cap.3, A questão das elites, 5º parágrafo.

Era gente de enorme craveira que, a pouco e pouco, começou a rarer e depois desapareceu vez da condução dos destinos dos políticos dos povos.”³⁶⁸

Parece-nos, neste sentido, que é absolutamente necessário lembrar que esta dissipação de líderes e da sua qualidade, a que se assiste, não resultará nos melhores destinos. Assiste-se a alterações constantes e desnorteadas, sem rumo e sem estratégia, geradoras de insegurança e instabilidade, elementos estes, provocadores de sistemáticas roturas e desgaste nos sistemas de organização dos Estados. Urge, portanto, retratar a liderança como um elemento fundamental na condução da qualquer estratégia, porque como notou Luís de Camões, “...um rei fraco faz fraca a forte gente.”³⁶⁹ E que Lara traduziu para a linguagem contemporânea, “diríamos que uma elite política fraca, um conjunto de governantes fracos, uma liderança política fraca, faz fraca a forte gente.”³⁷⁰

Ora, como se constata, a liderança está objectivamente ligada com o poder, com a cultura e com a estratégia. A liderança é o pilar e a estrutura de qualquer Estado-Nação, requer arte e requer competência. Requer arte, porque tem na sua génese características subjectivas emotivas, instituintes e que determinam a capacidade de visão, de comunicar, de mobilizar, de ter seguidores e de ser apreciado. Requer carácter e inteligência. Requer a competência para a capacidade da elaboração e convergência do processo estratégico. Requer capacidade para fazer o *engagement* entre um Estado-Nação e o mundo e a sua complexidade. Requer que uma percepção abrangente da complexidade sistémica e da velocidade e dinâmica informativa. Requer uma visão estratégia sobre a sua base, o seu povo, a sua estrutura, porque sem ela, não há nenhum Estado-Nação que sobreviva. Requer capacidade e

³⁶⁸ LARA, S., António, *O Interesse Nacional, a política externa portuguesa e a verdadeira causa da decadência dos países peninsulares*, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Boletim nº34, Lisboa, 2007, cap.3, A questão das elites, 2º parágrafo.

³⁶⁹ Luís de Camões cit. em LARA, S., António, *O Interesse Nacional, a política externa portuguesa e a verdadeira causa da decadência dos países peninsulares*, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Boletim nº34, Lisboa, 2007, cap.3, A questão das elites, 1º parágrafo.

³⁷⁰ LARA, S., António, *O Interesse Nacional, a política externa portuguesa e a verdadeira causa da decadência dos países peninsulares*, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Boletim nº34, Lisboa, 2007, cap.3, A questão das elites, 1º parágrafo.

competência para decidir como adiante notaremos. Requer, por isso, a capacidade de perpetuar a cultura nacional, com a ética, com princípios e valores, com a moral, com as suas práticas e costumes. Requer, portanto, a capacidade de elaboração de uma cultura nacional estratégica da Vontade e do carácter, para que se consiga atingir os objectivos definidos pela política e pela estratégia. É por isso determinante para qualquer Estado-Nação, quem exerce o papel do líder.

Como Sun Tzu fez questão de notar, *“O General é o baluarte do país. Se o baluarte é perfeito, o país é seguramente forte. Se o baluarte é imperfeito, o país é seguramente fraco.”*³⁷¹ Desta nota de Sun Tzu, retira-se a extrema importância da liderança na condução de um Estado-Nação.

Como anteriormente justificado, estranha-se o facto de não existir literatura actual orientada para a liderança política, recorrendo-se aos clássicos como Sun Tzu, Clausewitz e Maquiavel, sendo que toda a restante literatura foi construída numa óptica da liderança nas organizações e foi também essa utilizada, porque julgo também ser perfeitamente aplicável à nossa investigação pela sua transversabilidade.

Como se tem defendido ao longo desta investigação, sem a Vontade e o carácter, nenhum Estado-Nação sobrevive. Nenhum. Ora, tudo isto requer a capacidade do líder político, em conjunto com as elites e os representantes do povo de qualquer Estado-Nação, exercer um projecto de cultura nacional estratégica interna e externa, como temos vindo a defender.

Segundo o *“projecto GLOBE (Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness), a Liderança é a capacidade de um individuo para influenciar, motivar e habilitar outros a contribuírem para a eficácia e sucesso das organizações de que são membros. Mas a definição mais complexa: a liderança é um processo através do qual um membro de um grupo ou organização influencia a interpretação dos eventos pelos restantes membros, a escolha dos objectivos e estratégia.”*³⁷²

Historicamente, a liderança terá sido associada também à descrição de algumas características fundamentais ao seu exercício, sendo uma delas o *carisma* e foi introduzido por Max Weber. Este

³⁷¹ TZU, Sun, *A Arte Da Guerra*, op. cit., p.33

³⁷² CUNHA, Miguel Pina, entre outros, *Manual Comportamento Organizacional e Gestão*, op. cit., p.332 113

conceito, inato ao líder era “associado à graça divina.”³⁷³ Segundo Weber este conceito associava-se ao magnetismo que uma pessoa exerce, numa dada ocasião, para que se execute uma determinada tarefa. “O Líder carismático tem uma influência significativa nos seus seguidores. Os seguidores são atraídos pelo magnetismo do líder, pela sua graça divina, poderes e excepcional capacidade de enfrentar as crises.”³⁷⁴

Sobre o líder, Sun Tzu evidencia que, “há cinco traços de carácter perigoso para um general. Se temerário, pode ser morto. Se cobarde, pode ser capturado. Se colérico, pode ser precipitado. Se puritano, pode ser humilhado. Se compassivo, pode ser atormentado. Estes cinco traços de carácter são defeitos graves num general e revelam-se desastrosos nas operações militares. A ruína do exército e a morte do general são consequências de tais fraquezas. É por isso que exigem grave ponderação.”³⁷⁵

Segundo Ribeiro, o “líder estratégico proporciona visão e objectividade, exerce o comando, aprofunda as perícias de liderança e inspira outros a pensar e a agir... o praticante estratégico desenvolve uma compreensão mais profunda de todas os níveis da estratégia das relações, formula e operacionaliza modalidades de acção derivadas de orientação interdepartamental e conjunta, emprega diferentes instrumentos.....o teórico estratégico estuda a história das disputas internacionais, desenvolvendo conceitos e teorias estratégicas...ensina e divulga a arte da estratégia.”³⁷⁶ Neste contexto, é importante evidenciar que o líder deverá ser um estratega, deverá revelar, ³⁷⁷“uma habilidade transcendente para perceber o centro de gravidade do contrário e para imaginar a articulação do factores de decisão, segundo a modalidade da acção mais eficaz e eficiente...”³⁷⁸ A liderança terá ainda sido definida como, “a capacidade de persuadir os outros a prosseguir entusiasticamente os objectivos definidos.”³⁷⁹

³⁷³ DONNELLY, James H. Jr, GIBSON, L. James, IVANCEVICH, John M., *Administração, Principios De Gestão Empresarial*, McGraw-Hill, Londres, 2000, op. cit., p. 358

³⁷⁴ DONNELLY, James H. Jr, GIBSON, L. James, IVANCEVICH, John M., *Administração, Principios De Gestão Empresarial*, op. cit., p. 358

³⁷⁵ TZU, Sun. *A Arte Da Guerra*, op cit., p. 68

³⁷⁶ RIBEIRO, António Silva, *Teoria Estratégica*, op. cit., p.30

³⁷⁷ RIBEIRO, António Silva, *Teoria Estratégica*, op. cit., p.30

³⁷⁸ RIBEIRO, António Silva, *Teoria Estratégica*, op. cit., p.30

³⁷⁹ DONNELLY, James H. Jr, GIBSON, L. James, IVANCEVICH, John M., *Administração, Principios De Gestão Empresarial*, op. cit., p. 359

Não será de todo em vão retratar que a liderança está directamente relacionada com o exercício do poder mas também pelo exercício da virtude. Neste sentido, seguimos Maquiavel na sua obra, *O Príncipe*, e que confere ao líder a virtude³⁸⁰, e nota que foram Ciro, Rómulo e Teseu, aqueles que conquistaram o patamar da excelência, *“De entre entre os que pela sua virtude e não por via da fortuna se tornaram príncipes, os que atingiram o mais alto patamar da excelência foram Moisés,³⁸¹ Ciro³⁸², Rómulo³⁸³, e Teseu³⁸⁴; e outros da mesma estirpe.”*³⁸⁵ Maquiavel fala-nos da ainda da referência na característica do Príncipe como mentor, e dá-nos o exemplo de Moisés, embora, como referia ele, fosse Moisés o executor das ordens de Deus. *A Moisés confere-lhe uma qualidade de mentor, na verdade uma característica intrínseca para conseguir mobilizar o povo, “A todos haveis de considerar dignos de admiração, e se considerem as características das suas acções e ordens, veremos veremos que não se afastam das usadas por um Moisés que dispunha de um tão alto mentor.”*³⁸⁶

Não deixa a liderança de ser também um conceito algo perverso, quando, na verdade tomamos o líder como alguém que é o nosso mentor e alguém que, com a sua astúcia, nos leva para um determinado rumo. Isto porque de facto a história tem provado que os grandes líderes históricos, foram aqueles que, por vezes, sem dom nem piedade, prosseguiram na determinação da sua ideologia, na utilização dos meios para a mobilização e souberam concretizaram os objectivos estabelecidos na estratégia. Como aliás, adianta Maquiavel, *“Que seja louvável um príncipe manter a sua palavra e viver de forma íntegra e sem manhas é coisa que qualquer um entende. No entanto, vê-se pela experiência do nosso tempo que os príncipes que realizaram grandes coisas pouco fizeram da palavra dada e*

³⁸⁰ “VIRTÚ, Termo italiano que significa <virtude> na sua tradução banal. Mas Maquiavel atribui-lhe um sentido político específico nos seus principais escritos após 1512, em particular em *O Príncipe* (1513-1514). Isto é, o sentido de um dever ou de uma qualidade, próprias de quem pretende agir na esfera política, que tem a ver ao mesmo tempo com o rigor, com a coragem e com o utilitarismo, antes do termo, assimilável a uma espécie de patriotismo ativo, que privilegia o interesse da comunidade política relativamente a qualquer outra consideração e que se impõe ao ator político mesmo quando age, se necessário, contra a moral comum.” HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, Op.Cit.,P.303

³⁸¹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.62

³⁸² Fundador da monarquia persa(560 a.C.)

³⁸³ Primeiro rei de Roma (séc. VIII a.C.)

³⁸⁴ Rei de Atenas (séc. XII a.C.)

³⁸⁵ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.62

³⁸⁶ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.62

*que, através da astúcia, souberam ludibriar os cérebros dos homens, e, por fim, levaram de vencida aqueles que se fiaram na sua ilhaneza.*³⁸⁷

Diremos que a natureza da obra de Maquiavel, embora seja, com destreza, efectuada, invoque com sentido apurado e perverso, o carácter do líder, como impiedoso e assertivo. Maquiavel convoca ao longo da obra várias a vezes o Príncipe à com a possibilidade da utilização da razão, notando também que, sem a conquista do povo, seja de que ordem for, não será possível obter longos e duradouros reinados. Esta é uma capacidade que deverá estar inata ao líder, como refere mais uma vez numa linha da moral, *“não é possível satisfazer os poderosos sem prejuízo de terceiros, mas é-o relativamente ao povo, porque as ambições do povo são mais honestas do que as dos grandes senhores, estes que oprimir e aquele desejando não ser oprimido.”*³⁸⁸

Sobre esta matéria, a título do exemplo mais recente, veja-se o que se passou com a primavera Árabe, ou veja-se o que se passou mais recentemente na Ucrânia em que a a Vontade e o carácter do povo, se demonstra na sua determinação e na sua resiliência obrigando a uma separação interna imprivisível, tendo em conta a recusa por parte do Presidente Ucrânio em assinar o acordo de integração com a União Europeia em prol da Rússia. Vejamos os acontecimentos que, ao dia de hoje, originaram conflitos diários e que obrigaram já à demissão do governo e do seu Presidente. Sabe-se que as elites e organizações extremistas estão a influenciar movimentos subversivos, mas não é esse o ponto que aqui queremos abordar, embora tenha a sua máxima importância, mas importa aqui retratar que jamais qualquer imposição a qualquer povo resultará positivo. Substimar o povo é um erro craço. Substimar a sua Vontade e o seu carácter é de uma falta de inteligência sem igual.

Aliás sobre a importância das capacidades do líder na envolvimento com o povo, Maquiavel, nota ainda que o líder deve ter em conta que, *“...é mais necessário satisfazer o povo do que os soldados, porque o povo detém mais poderes do que eles.”*³⁸⁹ Demonstra-se aqui claramente que ao líder é conferida a responsabilidade e o saber de jamais excluir o povo

³⁸⁷ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.24-25

³⁸⁸ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.26

³⁸⁹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.31

mas sim envolve-lo e respeita-lo, caso contrário os erros pagar-se-ão caros. Sobre as características do *Príncipe*, leia-se aqui para o efeito, o líder, Maquiavel, relembra ainda que a este lhe é conferida “...a *habilidade para obter, pacificamente, os objectivos políticos*.”³⁹⁰ Sobre as qualidades do líder, Maquiavel, menciona que se este não obtiver a simpatia do povo não é garantida uma boa governação.

Num lado mais obscuro e pragmático, Maquiavel nota, também, que se o líder não tiver todas as características desejáveis, pelo menos que as pareça realmente ter. Como menciona, “*um príncipe não necessita, realmente, de todas as qualidades atrás descritas, mas é bem importante que pareça tê-las. Atrevo-me mesmo a afirmar que possuindo-as e observando-as sempre, acabam por se tornar prejudiciais, fingindo, que se possuem, pelo contrário, são de grande utilidade, como é o caso de parecer piedoso, fidedigno, humano, íntegro e religioso, e sê-lo mesmo, mas preparado para, caso surja a necessidade, poder e saber mudar para posição contrária.*”³⁹¹

Mais, recomenda que o líder aja de tal modo que pareça, “*ser todo piedade, toda fidelidade, toda integridade, toda humanidade e todo religião. E não há coisa que seja mais necessária parecer que se tem do que esta última qualidade.*”³⁹²

De facto, Maquiavel retrata de uma forma única as qualidades do líder, numa abordagem não apenas bondosa e romancista, como normalmente os autores modernos o vêem, mas um retrato frio sobre aquilo que é a realidade, a praxis da *Realpolitik* e que demanda uma exigência quando confrontada com cenários de complexidades cooperativas, competitivas ou de conflitos, como as crises e as guerras.

No capítulo XIV da sua obra, o autor italiano é muito claro em relação à guerra, a sua preparação e conduta devem ser as únicas responsabilidades que devem ocupar verdadeiramente o líder por ser, “*.. ela a única arte destinada aos que lideram. E é tão grande a sua importância que, não só conserva o trono dos que nasceram príncipes mas, não tão poucas vezes, transforma em príncipes homens de nascimento comum.*”³⁹³

³⁹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.32

³⁹¹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.26

³⁹² MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.29

³⁹³ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.109

A dimensão da obra de Maquiavel influenciou de tal forma a Ciência Política e Militar, que Clausewitz, *"...não hesitou, mesmo, em considerar que 2º capítulo XXI de o príncipe, de Maquiavel, constitui o código base para toda a diplomacia – e aí de daqueles que não o respeitarem."*³⁹⁴

Mas, sobre a liderança, evidenciamos Ribeiro ao dissertar sobre as habilidades estratégicas do líder, *"O líder estratégico proporciona visão e objectividade, exerce o comando, aprofunda as perícias de liderança e inspira outros a pensar e a agir. O praticante estratégico desenvolve uma compreensão mais profunda de todos os níveis da estratégia e das suas relações, formula e operacionaliza modalidades de acção derivadas de orientação interdepartamental e conjunto, emprega os diferentes instrumentos do poder nacional, unifica as actividades militares e não militares através do comando e exercita perícias de liderança."*³⁹⁵ Ribeiro separa, ainda, as competências do teórico estratégico, sendo que este, *"...estuda a história das disputas internacionais, desenvolve conceitos e teorias estratégicas, integra-as com os elementos do poder nacional e com a estratégia integral e as estratégias gerais, e ensina e divulga a arte estratégica."*³⁹⁶ A associação destas duas competências, quer do líder estratégico, quer do teórico estratégico formam, *"as capacidades e as competências do mestre na arte da estratégia, adquiridas ao longo da sua vida, através da educação e da experiência."*³⁹⁷

Para o resultado desta observação, salienta-se que o exercício da liderança e da estratégia requerem qualidades, capacidades e competências que não estão, por isso, ao alcance do mais comum. Na verdade, estas aptidões resultam de um processo de aprendizagem e experiência desde a nossa origem. Fica excluída, neste contexto, e por agora, a hipótese da influência genética, porque como a história provou que grandes líderes a emergência dos líderes. Como aliás Maquiavel reconhece, pode ter origem nas elites ou no povo, como são exemplos, Marther Luther King ou Mandela. Ou seja, o que aqui defendemos é que os líderes são um resultado de um processo de vida, fortemente influenciado desde o seu nascimento, do contexto, da educação, dos recursos, mas

³⁹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.29

³⁹⁵ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.30

³⁹⁶ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.30

³⁹⁷ RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, 2009. op. cit., p.31

acima de tudo da estrutura da cultura que lhes foi transmitida, da cultura da Vontade e do carácter, expressa na determinação e por um conjunto agregado de forças que torna a sua dinâmica única.

Por outro lado, Maquiavel demonstra que o líder cria oportunidades e deve ter a capacidade para aproveitá-las. Como nos refere, *“A Verdade é que sem a oportunidade, ter-se-ia extinto a virtude do seu génio, e, sem aquela oportunidade, ter-se-ia extinto a virtude, a oportunidade teria surgido em vão.”*³⁹⁸

Neste sentido, torna-se, ainda, necessário notar que o líder deverá ser capaz de estruturar a sua capacidade de organização, tendo em conta um enquadramento legal, que consiga fazer frente às instituições instaladas que beneficiam de privilégios. Deverá o líder averiguar se existe a capacidade de criar uma estrutura de apoio com a nova ordem, ou se não existem tais condições. Como refere Maquiavel, confere ao Príncipe, ter a capacidade para avaliar e criar um novo aparelho e uma nova estrutura que lhe permita governar com segurança. É aliás muito explícito, ³⁹⁹ *“As dificuldades que experimentam na conquista são, em parte, provocadas pelas novas instituições e métodos que são forçados a introduzir para fundar o seu estado e as bases de segurança. E convém reter que, na posição de liderança, não há coisa mais dificuldade de tratar, de mais duvidoso sucesso e mais perigosa de Administrar do que a introdução de um novo ordenamento legal.”*⁴⁰⁰

Em relação à elaboração da política e ao desenvolvimento das competências do líder na elaboração estratégica de um Estado. Neste sentido, convém salientar que o Normativismo aparece representado pelas Instituições internacionais, que a utilizam e o *pregam* como *“guiding principles”*.⁴⁰¹ Estes princípios estabelecem aquilo que deveria ser um mundo político aceitável, tendo em conta uma amplitude de valores de difícil concepção.

Como nota Moreira, “Todas as orientações que abordam a realidade do Estado tendo em vista o fim que lhe atribuem são normativistas ou deontológicas.”⁴⁰²... e acrescenta que, “à análise do filósofo Santo Agostinho não duvidava de que o Estado só está justificado

³⁹⁸ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.62

³⁹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.63

⁴⁰⁰ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.63

⁴⁰¹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 65

⁴⁰² MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 66

quando se destina à realização de fins Éticos. Toda esta Escola doutrinou o Estado árbitro e neutro, de facto teve uma doutrina normativista sobre os fins que lhe compete realizar, e que seriam a liberdade e a igualdade.”⁴⁰³ *Refere, ainda, que não se pode confundir, “o normativismo ético com o jurídico.”*⁴⁰⁴ Assim o Estado é personificação da ordem jurídica que, segundo Legaz e Lacamba, *“corresponde ao território, e uma esfera pessoal de validade que corresponde ao povo.”*⁴⁰⁵

Deveremos, ainda, notar para o objecto do nosso trabalho que, *“Deve autonomizar-se do normativismo jurídico, o normativismo instrumental ou aplicado. Este anda mais próximo do que se chama a arte da política e traduz-se na definição dos melhores meios para alcançar certos fins de governo, sem juízos éticos ou jurídicos sobre a validade dos objectivos. E uma análise da relação meios-fins.”*⁴⁰⁶ Não poderemos deixar, ainda, de salientar que sobre o normativismo instrumental ou aplicado, *“...filósofos e moralistas, quando doutrinam sobre o Estado ideal, também acrescentam conselhos sobre os melhores meios a utilizar para realizar os fins que consideram excelentes. Os liberais recomendaram sempre a divisão de poderes para assegurar a liberdade e evitar a tirania. Mas o normativismo instrumental situa-se em plano diferente, isto é, no domínio de acção do Poder.”*⁴⁰⁷

Podemos, assim, concluir, através desta incursão, que existem três conceitos normativos, o Ético, o Jurídico ou Político, e o Instrumental ou aplicado, e que não devem, por isso, confundir-se.

Sobre o normativismo, importa ainda mencionar que, *“O normativismo, em todas as suas formas, não está necessariamente divorciado dos modelos políticos concretos, nem tem sempre em vista um mundo ideal independente das contingências reais da vida.”...“o seu objectivo é influenciar o real comportamento político. Escrevem para criticar ou apoiar instituições existentes, para justificar um sistema político, ou para persuadir os seus concidadãos a mudá-lo.”...“A distinção entre o normativismo e a ciência política, nessa tendência, corresponde à distinção*

⁴⁰³ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 65

⁴⁰⁴ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 66

⁴⁰⁵ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 65

⁴⁰⁶ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 65

⁴⁰⁷ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 39

basilar entre valores e factos, entende-se que só os segundos são objecto da ciência.”⁴⁰⁸

Importa notar que o contributo de Max Weber sobre a ética e a responsabilidade é absolutamente fundamental. O autor distinguiu dois conceitos fundamentais que estão directamente conectados com a ética. Nesse sentido, nota que existe uma dualidade entre a ética de convicção e a ética de responsabilidade. A ética de convicção reconhece uma hierárquica de valores que fazem o contexto moral, pelo que obedece-se à moral reconhecida e aceita. A Ética de responsabilidade reconhece valores obrigatórios, assume a ausência de qualquer hierarquia de valores e a inevitabilidade de conflito de valores, quando necessário. Não reconhece numa escala de valores, por isso são tomadas as decisões que forem necessárias, utilizados os propósitos necessários para atingir os fins fixados, independentemente de um determinado contexto moral. Será, por isso, a ética de responsabilidade direccionada para a defesa dos interesses nacionais, se for o caso, ultrapassar a escala de valores e respeitar a ética do Estado.⁴⁰⁹

Neste sentido, a abordagem de Weber, como nota Starr, insiste, *“That the debate about the vacation of politics is ultimately a debate not about whether politics can or should be ethical, but rather about what kind of ethical framework is most appropriate to political life.”*⁴¹⁰ Por outro lado, Weber evidencia que pode existir uma dualidade na orientação da conduta ética a ser utilizada, tendo em conta que existem dois campos opostos diferentes e irreconciliáveis, ou seja, na conduta orientada através da ética de responsabilidade, ou na ética de convicção.⁴¹¹

De acordo com Starr, a observação de Weber, em *“Politics as a Vocation”*, *representa uma perspectiva e uma recomendação adequada para aqueles que tem uma vocação política, “We must be clear about the fact that all ethically oriented conduct may be guided by one of two fundamentally differing and irreconcilably opposed maxims: conduct can be oriented to an ethic of conviction or to an ethic of responsibility.”*⁴¹²

⁴⁰⁸ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p. 69

⁴⁰⁹ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, Jornal of Religious Ethics, op.cit.,p.407

⁴¹⁰ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.407

⁴¹¹ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.408

⁴¹² STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.408

Sobre esta matéria, será importante salientar, que existe um conflito de interesses, uma oposição e até incompatibilidade entre a ética de convicção e a ética de responsabilidade, que será justificada pela vocação política. No entanto, como nota Starr,⁴¹³ Weber reajusta o seu pensamento e nota que tanto a ética de responsabilidade como a ética de convicção, não são absolutamente contrárias, mas complementam-se e são suplementares, porque são indissociáveis, porque estão relacionadas com o espírito uno da condição humana.⁴¹⁴

*“It is immensely moving when a mature man-no matter whether old or young in years-is aware of a responsibility for consequences of his conduct and really feels such responsibility with heart and soul. He then acts by following an ethic of responsibility and somewhere he reaches the point where he says:”here I stand, I can do no other.”That is something genuinely human and moving. And every one of us who is not spiritually dead must realize the possibility of finding himself at some time in that position. In so far as this is true, an ethic of conviction and an ethic of responsibility are not absolute contrast but rather supplements, which only in unison constitute a genuine man-a-man who can have the calling for politics.”*⁴¹⁵

Segundo Starr, a explicação, para esta substituição entre posições irreconciliáveis e suplementos, torna-se evidente na explicação, que adiante Weber justifica com a sua análise *social action*. Weber nota que a conduta humana envolve acção e o indivíduo ao agir é que atribui significado a um comportamento, esta acção é entendida como “social”, na medida em que o seu significado subjectivo tem em conta o comportamento dos outros e é assim orientada. Como salienta ainda, a acção social, *“may be oriented to the past, present or expect future behavior of others.”*⁴¹⁶

⁴¹³ STARR, E., Bradley, *The Structure Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, p.408

⁴¹⁴ STARR, E., Bradley, *The Structure Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, p.408

⁴¹⁵ STARR, E., Bradley, *The Structure Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.408

⁴¹⁶ STARR, E., Bradley, *The Structure Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.408

Sobre a *social action*, Weber determina quatro diferentes orientações, “1)afectiva, 2) tradicional; 3) valor-racional, 4)instrumental-racional.”⁴¹⁷

Nos duas primeiras acções, afectiva e tradicional, weber determina que a acção social consiste em acções e reacções a explosões emocionais decorrentes de, por um lado, reacções descontroladas resultando de estímulos excepcionais, por outro lado, acções que tem a base uma de *habituação enraizada*. Poderemos considerar segundo Starr, que são na generalidade o que se passa no nosso dia-a-dia. Neste caso, o autor, “insists that in both cases action may lies close to the borderline of... meaningfully oriented action”⁴¹⁸

Por outro lado, Weber define o valor-racional como uma acção que é determinada por crenças conscientes orientadas para a sua própria causa, com propósitos éticos, estético e religiosos, ou outras formas de comportamentos, independentemente da sua perspectiva de sucesso.⁴¹⁹ Esta acção, não tem em consideração as consequências da acção, é uma acção puramente racional. Neste valor-racional, o acto é absolutamente necessário e justificado, “I must or I must not”⁴²⁰. Esta acção, segundo Weber, “always involves commands or demands wich, in the actor’s opinion, are binding on him.”⁴²¹ Assim, um acto é racional, quando é consciente e regulado pela exigência da acção.⁴²²

Por último, a acção instrumental-racional centra-se no cálculo das consequências de uma determinada acção. Este tipo de acção social, na óptica de Weber é, “determined by expectaions as to the behavior of objects in the environment and of the other human beings, these expectations are used as conditions or means for the attainment of the actor’s own rationally pursed and calculat ends...”⁴²³ acrescenta ainda que, “the end, means, and the secondary results are all rationally taken into account and weighed.”⁴²⁴ Como nota Starr, este tipo de acção não envolve

⁴¹⁷ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, p.410

⁴¹⁸ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.410

⁴¹⁹ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, p.410

⁴²⁰ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.410

⁴²¹ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.410

⁴²² STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.410

⁴²³ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.410-411

⁴²⁴ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber’S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.411

qualquer tipo de valores;⁴²⁵ *"First, as ideal typical construction, instrumental-rational action, involves no concern with values."*⁴²⁶

Neste sentido, Weber admite que é através do conflito que se compreende a utilização da ética da responsabilidade. Por seu lado, Starr que, *"ethical action is rarely unambiguous, and ethic of responsibility is construed as a form of moral endeavor within the context of the value struggle that emerges in ethical and institutional life."*⁴²⁷ Segundo Starr a ética de responsabilidade é construída como esforço moral, que justifica a acção necessária, que surge na vida ética e institucional. Num fundo uma justificação racional para justificar os actos que possam moralmente não ser aceites, como aliás Maquiavel notou.

Neste sentido, carácter do Líder, reside também uma forma impiedosa na prossecução das suas ideias, no fundo uma perspectiva objetiva, clara, e executiva. Por isso, notou Maquiavel que fosse efectuada, *"...uma avaliação geral das ofensas que se torna indispensável levar a cabo, e, então, executá-las a todas de uma só vez, justificando, depois, que as agressões se devem fazer todas ao mesmo tempo, porque, experimentando-as menos vezes, o seu sabor é menor."*⁴²⁸ Acrescenta-se ainda que, *"...para ganhar a simpatia do povo, haveria que ser criterioso na atribuição de benefícios, os quais devem surgir pouco a pouco, para que os saboreiem prolongadamente, o que não deixa de constituir, nos dias de hoje, uma boa metodologia para ganhar eleições."*⁴²⁹ Na verdade, a fórmula utilizada por Maquiavel permanece intacta.

Como confere ainda o autor, *"...a aparente imoralidade do príncipe não é senão um instrumento para, um dia, tornar possível a aplicação da moral, o que, só sendo alcançável através de um reinado prolongado, impõe uma férrea conservação do poder conquistado."*⁴³⁰ O perverso aqui é o desejado. Na realidade, este ponto é extramente importante e justifica que o líder aqui invocado por *Príncipe* deve estar independentemente de tudo cultivar a moral, embora justifique que em geral todos os bons planos morais, são maus politicamente. No entanto, chama atenção que, *"...faz ao Príncipe, no sentido de que, ao fazer-se temer, o faça de modo que, se*

⁴²⁵ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber'S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.411

⁴²⁶ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber'S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.410

⁴²⁷ STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber'S Ethic Of Responsibility*, op.cit.,p.418

⁴²⁸ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.25

⁴²⁹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.25

⁴³⁰ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.25

não conseguir obter a estima, também não conseguir obter a estima, também não concite o ódio.”⁴³¹

Mas a liderança está envolvida numa dualidade de conceitos, fruto das estruturas e das opções políticas e por isso, torna-se importante esclarecer certa confusão existente, entre liderança e gestão, quer ao nível de um Estado-Nação e da sua política, quer ao nível das organizações no seu todo. A diferença pode-se fazer da seguinte forma, *“A liderança é uma componente da gestão, mas não é gestão... liderança é a capacidade de persuadir outros a prosseguir com entusiasmo objectivos definidos. É o factor humano de união do grupo e que o motiva a atingir os seus objectivos. Actividades de gestão como planejar, organizar e tomar decisões são embriões adormecidos até que o líder accione nas pessoas o poder da motivação e as oriente no sentido da prossecução dos objectivos.*”⁴³²

Segundo Mintzberg, deverá ser efectuada uma separação entre o líder e o planificador, determinante para o processo estratégico. Considerando que uma das características intrínsecas ao líder é ter a capacidade de definir estratégia, e ao planificador a capacidade de planejar. Coloca-se a questão entra a diferença liderança estratégica e do planificador e de que forma é que isso condiciona o processo. Neste sentido, Mintzberg é explícito em *The Fall and Rise of Strategic Plan*, e nota que, *“Strategic planning isn’t strategic thinking. One is analisis, and other is stynthesis.*”⁴³³ Acrescenta também que as organizações deveriam redefinir a função dos planners. *“By redefining the planners’s job, companies will acknowlegde the difference between planing and strategic thinking. Planing has always been about analysis into steps-about breaking down a goal or set of intentions into steps...”*⁴³⁴

Esta separação justifica também a complexidade da função mais uma vez entre o líder estratégico como o verdadeiro pensador estratega e o planificador. Mintzberg é um critico aos que promovem em damasia o planeamento em prol do pensamento estratégico cujo objectivo visa

⁴³¹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, op.cit.,p.26

⁴³² DONNELLY, James H. Jr, GIBSON, L. James, IVANCEVICH, John M., *ADMINISTRAÇÃO, PRINCIPIOS DE GESTÃO EMPRESARIAL*, op. cit., p. 338

⁴³³ MINTZBERG, Henry, *The Fall and Rise of Strategic Planning*, Harvard Business Review, op. cit., p. 107

⁴³⁴ MINTZBERG, Henry, *The Fall and Rise of Strategic Planning*, Harvard Business Review, op. cit., 108

diminuir a força do segundo, *“the goal of those who promote planning is to reduce managers power over strategy making.”*⁴³⁵

Outra aspecto a evidenciar no sistema, é o que líder deverá ter em conta, é o modelo burocrata, que aporta a existência de uma estanquicidade e de um maior controle. Esta base é fundamental para que o líder possa determinar que tipo de cultura existe e como criar um *engagement* entre líder e liderado, entre a sua historicidade e novas práticas, cujo o objectivo deve visar a adaptação à constante evolução do processo civilizacional. Neste aspecto, recordamos Schein com as macro-culturas, sub-culturas e micro-culturas, no entanto notamos o nível cultural que um Estado-Nação deve possuir deverá congrega as micro-culturas, que podem ter alguma liberdade e vida própria, mas serão submetidas no limite à cultura nacional. As comunidades étnicas residentes em vários Estados-Nação, tem a sua cultura própria, no entanto vivem sob a égide histórica e cultura nacional do Estado onde vivem.

Neste contexto, Max Weber, *“definiu a burocracia como uma forma de organização, que tem por objectivo ter uma excelente precisão, velocidade, clareza, regularidades, fiabilidade e eficiência, conseguidos a través da divisão do trabalho, da hierarquia de poderes, regras e regulamentos detalhados.”*⁴³⁶ Para Weber, “a burocracia é sistema de organização:⁴³⁷

- Ligada por normas;
- Baseada numa sistemática divisão do trabalho;
- Cujos cargos são estabelecidos segundo o principio hierárquico;
- Com normas e regras técnicas fixadas para o desempenho cada função
- Onde a seleção dos funcionários se faz com base no mérito
- Baseada na separação entre proprietários e gestores
- Que requer recursos livres de qualquer controlo externo
- Que se caracteriza pela profissionalização dos seus funcionários.”

⁴³⁵ MINTZBERG, Henry, *The Fall and Rise of Strategic Planning*, Harvard Business Review, op. cit., 109

⁴³⁶ Max Weber cit. em BILHIM; João, *Teoria Organizacional- Estrutura e Pessoas*, p. 42

⁴³⁷ BILHIM; João, *Teoria Organizacional- Estrutura e Pessoas*, op. cit., p. 42-43

Em conclusão, enfatizamos a importância do líder no processo de criação e dinâmica da cultura. Como referiu Schein, *"I continue to believe that the most important way of staying focused in the sea of possibilities is to keep exploring how leadership and culture are fundamentally intertwined. I will continue to argue;*

(1) that leaders as entrepreneurs are the architects of culture;

(2) that after cultures are formed, they influence what kind of leadership is possible, and;

*(3) that elements of culture become dysfunctional, leadership can and must do something to speed up culture change."*⁴³⁸

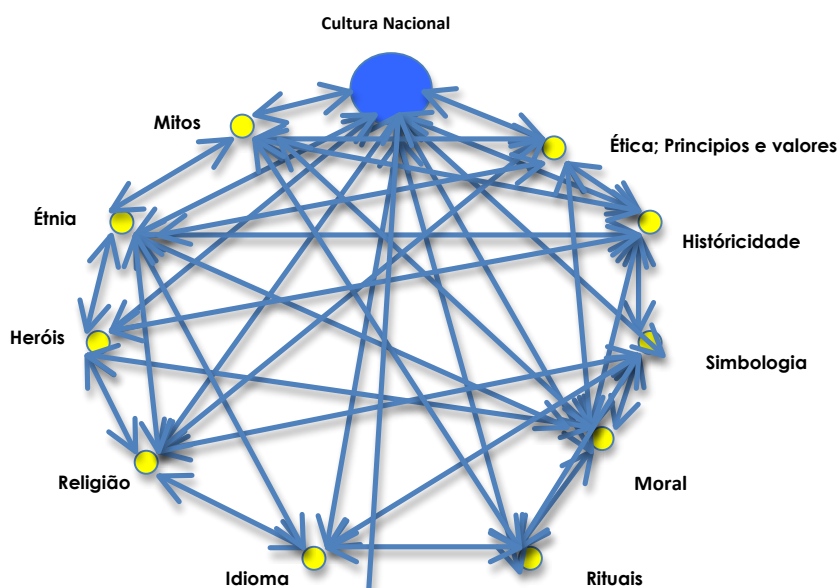
A construção da cultura nacional obriga a um total compromisso entre os líderes políticos e privados. Não basta que uns ou outros exerçam essa dinâmica. Importa salvaguardar que embora não tenha sido esse o nosso objecto de estudo, as organizações podem ter culturas próprias, mas, como se constatou, elas são fortemente influenciadas pelo ambiente macro e pela cultura nacional. Por isso o *engagement* deve ser total, como adiante evidenciaremos através da representação sistémica nas teias mórficas. Os propósitos são valores intangíveis que definem a identidade pessoal e colectiva; é o que traduz o sentido de pertença, o sentido do ser reconhecido, o sentido do eu e do outro, o sentido e a possibilidade da comparação. É a Vontade e o Carácter que são necessários construir, resultando de uma dimensão espiritual humana que se cultiva e perpétua permanentemente na vida quotidiana de um qualquer cidadão.

Evidenciamos, através da representação de teias mórficas, o contexto sistémico e interactivo do sistema de cultura nacional em seis níveis, um primário que representa a importância da cultura nacional, ou seja, a macro-cultura, com as sub-culturas e micro-culturas. Como Schein notou, *"To fully understand what goes on inside..., it is necessary to understand both the organization's macro context, because much of what you observe inside simply reflects the national culture, and the interplay of subcultures of the organization members."*⁴³⁹

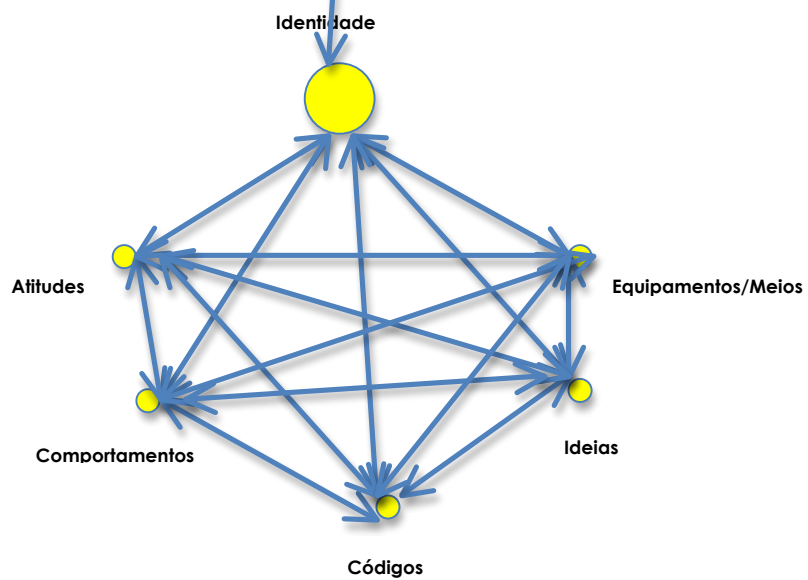
⁴³⁸ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 18

⁴³⁹ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 55

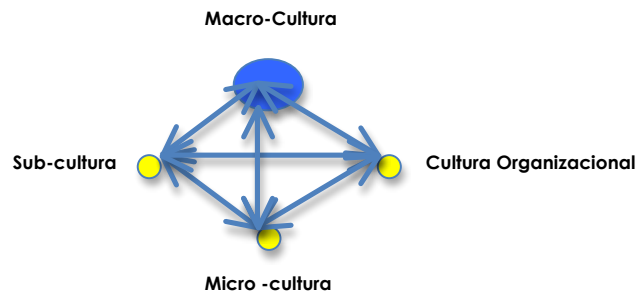
Nível 1: Cultura nacional sistémica e interdependência;



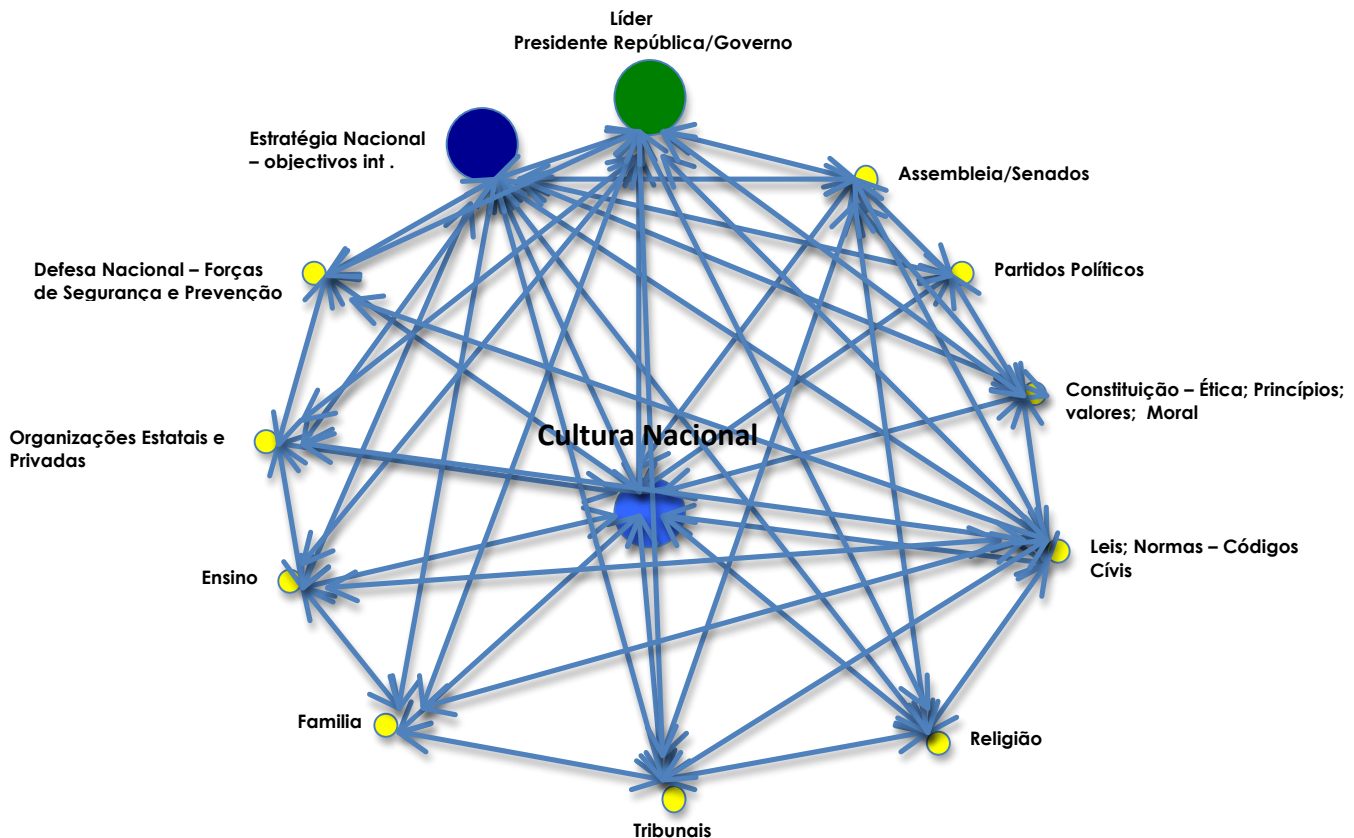
Nível 2: Dinâmica de interactividade sistémica ao nível comportamental



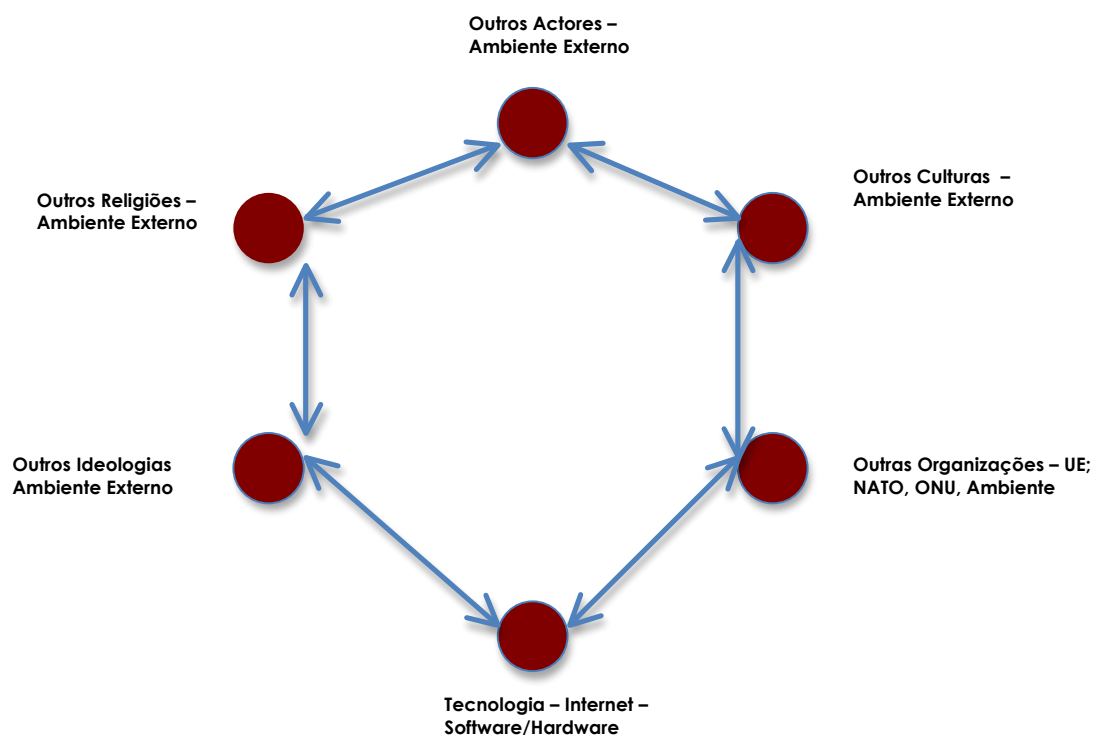
Nível 3: Os níveis de Cultura e a sua interactividade sistémica ;



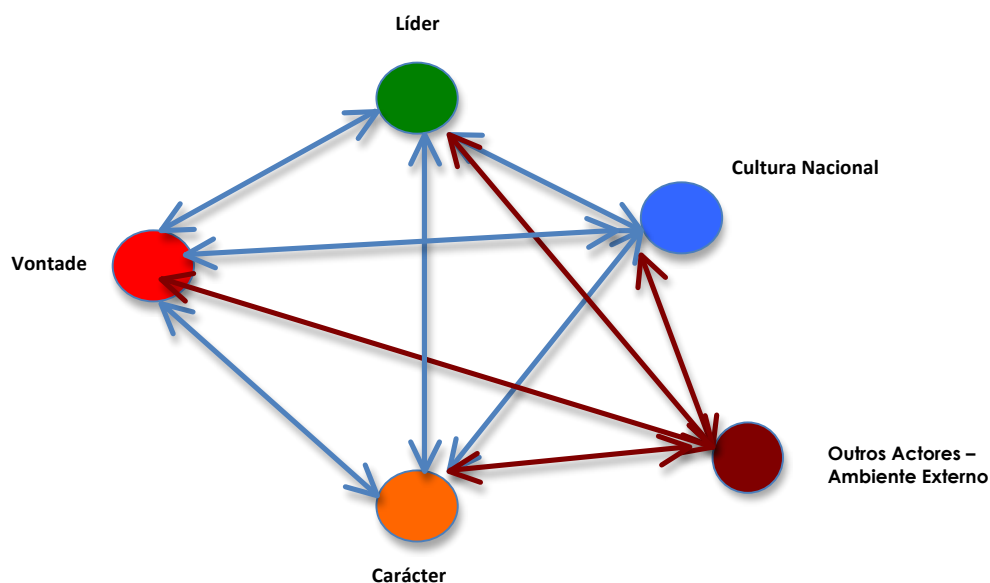
Nível 4: Representa das implicações da liderança ao nível da estratégia, influência de todos as estruturas de um Estado-Nação com a sua cultura nacional. Como se verifica a interdependência é total a todos os níveis. Cabe ao líder e aos órgãos competentes determinarem o percurso da Cultura nacional através do exercício da estratégia.



Nível 5: Interactividade sistémica – Ambiente Externo e influência na Cultura nacional:



Nível 6: Interactividade sistémica entre o papel do líder na cultura nacional, na Vontade e no carácter de um Estado-Nação, bem como a interacção sistémica com o ambiente externo e as suas influências.



9. Conclusão

No início desta investigação foram propostos três grandes objectivos:

- 1) O potencial estratégico da *Vontade* é determinado pelo o carácter da Liderança e da Cultura Nacional.
- 2) É possível a qualquer Estado-Nação preservar a sua historicidade, preservando e construindo uma estratégia de Cultura Nacional de identidade nacional unificadora constante.
- 3) É possível introduzir novas dinâmicas estruturais na cultura nacional de qualquer Estado-Nação, e como isso preparará-los para os novos desafios, mantendo a sua estrutura base sólida e intocável.

Em relação ao primeiro objectivo conclui-se que sim, o potencial estratégico é determinado pelo carácter da liderança e da cultura nacional. Como se constatou, a *Vontade* é um valor intangível, é a capacidade, o empenho e a determinação para qualquer pessoa, grupo, comunidade ou Estado-Nação para realizar uma determinada acção. Ora neste caso, como observamos é a liderança, o líder, que tem que ter o carácter e a capacidade para mobilizar em torno de um objectivo comum. É o líder que deve ser o grande mentor, aquele que possui a virtude. Cabe ao líder perpétuar a historicidade cultural mas também cria-la e introduzir novas *praxis* adequadas ao tempo e aos novos desafios. Como notou Schein, "Leadership begins the culture creation process and,....., must also manage and sometimes change culture." ⁴⁴⁰

Neste contexto, não podemos deixar de reforçar a nossa tese recorrendo a Sebastião na sua obra *Destino Manifesto*, "As culturas possuem uma matriz fundamental da qual deriva a sua ordem social, a sua justificação e objectivo existencial colectivo e individual. Quando esta estrutura de valores não é compreendida, ou é desvalorizada, quando ocorrer um ataque às matrizes fundamentais dá-se um desmantelamento do essencial. Consequentemente, sem finalidades míticas e materializada, a cultura perde a sua capacidade mobilizadora, pois os ideais deixam de

⁴⁴⁰ SCHEIN, H., Edgar, *Organizational Culture And Leadership*, op. cit., p. 195

ser colectivos para integrarem o domínio individual ou pequeno-grupal. Ao perder as suas defesas internas, a cultura fica exposta à conquista, à invasão e uma contra-matriz supranacional de linguagens compreendidas por poucos.”⁴⁴¹

Em relação ao segundo objectivo, como se observou, conclui-se que é possível a qualquer Estado-Nação preservar a sua historicidade, preservando e construído uma estratégia de cultura nacional de identidade nacional unificadora constante. Como? Através do carácter e capacidade que o líder terá para fomentar uma ideologia que se traduzirá na cultura nacional de um povo e será através dela que se poderá apreciar a convicção, a força e a vontade de um povo.

Este processo é feito através da constante consciência que a Nação é alma do Estado. O Estado é o racional como anteriormente notei, e a Nação é a emoção, é a alma, o espirito, a vida e o carácter de um povo. Sem Nação não há Estado. Sem nacionalismo não há Nação e não haverá Estado-Nação. A Nação é o que o corporiza o Estado através da cultura nacional; da étnia, da língua, da religião, dos costumes, do território, das organizações e dos seus governos. Como atrás mencionamos; determina o carácter e a Vontade das atitudes, dos comportamentos, das percepções e dos sentimentos. Está assente na cultura nacional instituída que é partilhada numa pátria, que estabelece uma unidade moral, mental e congrega todas as culturas organizacionais, sub-culturas e micro-culturas.

Não podemos, por isso, deixar de notar que a Nação e o nacionalismo são resultado da cultura nacional e vice-versa como se se alimentassem sistematicamente e mutuamente como aliás demonstrei nas teias mórficas. As Nações, tal como o indivíduo, são o resultado do seu passado, das suas conquistas, das vitórias, das derrotas, dos sacrifícios, dos seus heróis, dos mitos, dos símbolos, em síntese da sua história. É através dessa ideia de convergência espiritual que une uma comunidade, de um Estado-Nação, do seu carácter, do sentido de pertença, da sua identidade Nacional, bem como da percepção da própria identidade individual; do quem sou eu.

⁴⁴¹ SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, op.cit.,p.231

Se a Nação é já uma comunidade em estado avançado, o nacionalismo, é o construtor da Nação e o meio para a construção do Estado-Nação. O nacionalismo é o meio para; como notou Smith, é uma religião, é através do nacionalismo que as Nações nascem, crescem, amadurecem e se perpetuam. Neste contexto, recordando Geller, "...é o nacionalismo que cria a nação e não o contrário."⁴⁴² Para Kedourie, "o nacionalismo é uma doutrina da vontade."⁴⁴³ Daqui entendemos em síntese a importância do nacionalismo na construção da moral de uma Nação, ou se melhor entendermos, do Estado-Nação.

Importa, também, recordar que o Estado Territorial está para ficar. Sobre este aspecto parece não existirem dúvidas, tendo em conta os desafios previstos para o séc. XXI, quer com o fenómeno da Globalização e da complexidade que daí advém, da disputa pelos recursos, bem como pela a essência demonstrada da natureza do homem, na procura, mais do que nunca da sua identidade. O Homem precisa de saber quem é, de onde vem, o que faz, a quem pertence, precisa de uma identidade, de um sentido de pertença. Por isso, o Estado Territorial em quanto forma manter-se-à mais vivo do que nunca, aliás, provavelmente irão nascer mais Estados-Nações, como anteriormente notamos, consequência do reforço da Nação sobre o Estado.

Em relação ao último objectivo, associou-se à investigação a ciência de *Técnicas de Tomada de Decisão*, para que se entenda a complexidade sistémica como anteriormente notamos, entre a envolvência sistémica da cultural nacional com o meio interno e externo, com outras macro-culturas, culturas organizacionais, sub-culturas e micro-culturas bem como a influência sistémica de outros actores e agentes no sistema, que demanda cautela na sua análise.

Como se verificou, é possível introduzir novas dinâmicas culturais através de processos que deverão fazer parte da estratégia de qualquer Estado-Nação, porém é necessário aferir a convergência da estratégia com a Vontade e o carácter do povo, que deverá, no meu entender ser

⁴⁴² HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *DICIONÁRIO CIÊNCIA POLITICA E DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS*, op.cit.,p.193

⁴⁴³ SMITH, D., Anthony, *NACIONALISMO*, op.cit., p.103

constantemente semeado não perdendo a sua historicidade, e a sua razão de ser.

A complexidade sistémica, as interacções e trocas entre os Estados-Nação são de uma tal dimensão, que requerem um “*Recall*” permanente à cultura nacional, que deverá ser dinamizada pelo líder e pelas estruturas de apoio, como é o caso dos Ministérios, Assembleias ou Senados, partidos políticos, instituições, organizações estatais ou privadas, escolas e famílias. Estes são os agentes responsáveis que deverão praticar a permanência cultural, são quem é responsasável por preservá-la e perpétuá-la. São responsáveis pela introdução de novas práticas adequadas à estratégia e ao interesse nacional, por forma não só a responder a novos desafios, como aferir cenários de risco e de crise. São responsáveis pela integração dos jovens e de todos aqueles, que identepndetemente da sua étnia ou raça, acedam integrar a comunidade, o Estado-Nação. Para isso, é necessário que se disponham de meios, instrumentos e ferramentas que não só proporcionem capacidade de análise dos sistemas, bem como a elaboração de cenários que demonstrem as interconecções, interacções, bem como a previsibilidade de roturas, fracturas, fissuras, inércias ou mesmo colapsos no sistema.

Considera-se, também, que o meio influencia o carácter e a Vontade de um povo, mas não o determina, como anteriormente se salientou, em dois exemplos, Israel e Holanda, pelo que as teses deterministas que se concentram exclusivamente nos recursos, não justificam o poder de qualquer Estado-Nação. É a qualidade, o carácter e a Vontade da liderança e do seu povo; diria a força interior que emana da cultura nacional de um qualquer Estado-Nação.

A cultura é identidade, sentido de pertença. A cultura nacional é o berço de um Estado-Nação. É a cultura nacional e a sua *praxis* que determina o *Carácter* e a *Vontade* de qualquer povo. Para terminar, considera-se que é esta relação simbiótica entre o líder e a cultural nacional que deve estar permanentemente activa, numa relação permanente relação com todos; elites e povo. Não nos esqueçamos das sugestões dadas por Sun Tzu, Clausewitz ou Maquiavel. Não nos esqueçamos que a linguagem deve ser acedia por todos, não nos

esqueçamos da essência da política⁴⁴⁴, *polís* de origem grega, (grego *politiká*, assuntos públicos, ciência política), acrescentaria do interesse de todos.

Recordando Smith, “Como cultura, a nação dos nacionalistas é aquela cujos membros têm consciência da sua unidade cultural e da sua história nacional e se empenham em cultivar a sua individualidade nacional nas línguas vernáculas, nos costumes, nas artes e nas paisagens, através da educação e das instituições nacionais.”⁴⁴⁵

Conclui-se assim, que o Potencial Estratégico da Vontade é determinado pelo Carácter da Liderança e da Cultura Nacional.

⁴⁴⁴ "política", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/politica> [consultado em 04-02-2014].

⁴⁴⁵ SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, op. cit., p.55

Bibliografia

AMANTE, M. Fátima, *Identidade Nacional, Entre o discurso e a prática*, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2011.

AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, Almedina, Coimbra, 2012

ALMEIDA, Políbio Valente de, *Do Poder do Pequeno Estado*, ISCSP, 2ª Edição, Lisboa, 2012.

ARON, Raymond, *Clausewitz*; Esfera do Caos Editores, Lda, Lisboa, 2009

BAYLIS, John, GARNETT, John, BOOTH, Ken, WILLIAMS, Phil, *Contemporary Strategy*, Holmes &Meier Publishers, Inc., 1987

BALÃO, Sandra, *A Fórmula do Poder*, ISCSP, Lisboa, 2001.

BALÃO, Sandra, *A Matriz do Poder*, MGI Portugal, Lisboa 2011

BARATA, Óscar Soares, *Demografia e Sistema Internacional*, ISCSP, Lisboa, 2003

BDJUR, *Constituição da República Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2011.

BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, 2ª Edição, rev. e ampliada. Edual, Lisboa, 2011.

BILHIM, João Abreu de Faria, *Teoria Organizacional – Estrutura e Pessoas*, ISCSP, Lisboa, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl von, *Da Natureza da Guerra*, Coisas de Ler Edições, Lda, Almargem do Bispo, 2007.

CEBOLA, António, *Projectos de Investimentos de Pequenas e Médias Empresas – Elaboração e Análise*, Edições Sílabo, Lisboa, 2011.

DALLEK, Robert, *Uma vida Inacabada-John F. Kennedy*, Bertrand Editora, Lisboa, 2004.

DEFARGES, Philippe Moreau, *Introdução à Geopolítica*, 1ª Edição, Gradiva, Lisboa, 2003.

Dicionário Sociologia, Porto Editora, Porto, 2002.

DONNELLY, James H. Jr, GIBSON, L. James, IVANCEVICH, John M., *Administração, Principios De Gestão Empresarial*, McGraw-Hill, Londres, 2000.

EINSTEIN, Albert, e FREUD, Sigmund, *Porquê A Guerra?*, Mem Martins, Publicações Europa América, Mem Martins, 2007.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, 8ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.

GOLDMAN, Daniel, BOYATZIS, Richard, MCKEE, Annie, *Os Novos Líderes – Inteligência Emocional Nas Organizações*, 2ª Edição, Gradiva, Lisboa, 2003.

HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dicionário Ciência Política E Das Instituições Políticas*, Escolar Editora, Lisboa, 2014.

HOFSTEDE, Geert, *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*, Edições Sílabo, Lisboa, 2003.

JAMES, Paul, *Nation Formation, Towards a Theory of Abstract Community*, SAGE Publications Ltd, London, 1996.

KEEGAN, John, *A História da Guerra*, Edições Tinta da China, Lisboa, 2006.

LARA, S., António, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, 6ª edição, ISCSP-UTL, Lisboa, 2011.

LARA, S., António, *Subversão e Guerra Fria*, Edição ISCSP-UTL, Lisboa, 2011.

LEWIS, D., Richard, *When Cultures Collide, Managing successfully across cultures*, Nicholas Brealey Publishing Limited, London, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa 2012

MINTZBERG, Henry, *Structure in Five, Designing Effective Organizations*, Prentice/Hall Internacional, inc, Harlow, 1983.

MINTZBERG, Henry, *The Rise And Fall Of Strategic Planning*, Prentice Hall International, Harlow, 1994.

MINTZBERG, Henry, *The Fall and Rise of Strategic Planning*, Harvard Business Review, January-February, 1994.

MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional, Tomo I*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011.

MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, 5ª Edição, Almedina, Coimbra, 2012.

PINA, Miguel, REGO, Arménio, CUNHA, Rita Campos, CARDOSO,

Carlos Cabral, Manual Do Comportamento Organizacional E Gestão, 6ªedição, Lisboa, 2007.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van Campenhoudt, *Manual de investigação em ciências sociais*, 2ª Edição Gradiva, Lisboa, 2008.

RIBEIRO, António Silva, *A Teoria da Estratégia: O Essencial ao processo estratégico*, Edições Almedina, Coimbra, 2009.

RIBEIRO, António Silva, *Política De Defesa Nacional e Estratégia Militar, Modelo de Elaboração*, Segurança e Defesa, Diário de Bordo, Loures, 2010

ROCHA, Humberto Santos, *Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal*, Cadernos Navais, Nº31 Outubro a Dezembro, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2009.

SANTOS, Vitor Marques, *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, ISCSP, Lisboa, 2009.

SCHEIN, H., Edgar, *The Corporate Culture, Survival Guide*, Jossey Bass, San Francisco, 1999.

SHEIN, H. Edgar, *Organizational Culture and Leadership*, Four Edition, Jossey-Bass, San Francisco, 2010.

SEBASTIÃO, Sónia Pedro, *Destino Manifesto*, MGI Portugal, Lda, Lisboa, 2012.

SILVA, Luísa Ferreira da, *Modernidade e desigualdades Sociais*, Uiversidade Aberta, Lisboa, 2008.

SMITH, D., Anthony, *Nacionalismo*, Editorial Teorema, Lda, Lisboa, 2006.

SOUSA, António Rebelo, *Da Economia Política - Aparentamentos*, Diário de Bordo, Lisboa, 2012.

TEIXEIRA, Maria Conceição Pequito, Robert Michels. *A Teoria E A Política Da Democracia*, ISCSP, Lisboa, 2000.

TROMPENAARS, Fons, *Riding The Waves Of Culture*, IRWIN Professional Publishing, United States of América, 1994.

TZU, Sun, *A ARTE DA GUERRA*, 4ª Edição, Coisas de Ler, Queluz, 2002.

WIRTZ, James, *Strategy in the Contemporary World*, The Institute for Joint Warfare Analysis, Statementa, 1998.

Artigos científicos

COUTO, C., Abel, *Relações entre a Estratégia e a Política*, (S/Ref Ano)
http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2878/1/NeD21_AbelCabralsCouto.pdf (consultado 15-12-2013)

COUTO, C., Abel, *A Estratégia, o Estado e a Nação*, Outono-Inverno, Nº124-4ªSérie. pp.303-311, Nação e Defesa, 2009.

DIAS, Jorge, *Os Elementos Fundamentais Da Cultura Portuguesa*, Separata da Revista de Direito e de Estudos Sociais, ano VII, nº 2, Coimbra, Tipografia da Atlântica, 1995.

FOUTORA, LUIS, *O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline*.
<http://www.adelinotorres.com/relacoesinternacionais/Luis%20Fontoura-Poder%20e%20Estado.pdf> (consultado a 21-12-2013)

ISYAR GOLKSEL, Omer, *Definition And Management Of International Crises*, <http://sam.gov.tr/definition-and-management-of-international-crises/2008> (consultado a 20-11-2013)

GRAY, Colin, *Strategic, Deterrence, and Projects for Peace*, *Ethics*, Col.95, N^a 3, Special Issue:Symposium on Ethics and Nuclear Deterrence.pp. 659-672, The University Chicago Press, 1985.

GONÇALVES, P., Carlos, *As Quatro Fases da Cibernética e a Ciência da Tomada de Decisão*, ISCSP, 2013.

GONÇALVES, P., Carlos, *Risk Governance – A Framework for Risk Science-Based Decision Support Systems*, ISCSP. 2012.

GONÇALVES, P., Carlos, *Ciência Geral do Risco e Ciência dos Sistemas – Risco, Sistema e Sustentabilidade*, ISCSP, 2013.

JOHNSTON, I. Alastair, *Thinking about Strategic Culture*, *International Security*, volume 19, number 4, pp.32-64 (article), MIT Press, Spring, 1995.

HOWLETT, Darryl, *The Future Of Strategic Culture*, Defense Threat Reduction Agency, United States Government Agency, 2006.

LANTIS, S.Jeffrey, *Strategic Culture: From Clausewitz To Constructivism*, Defense Threat Reduction Agency, United States Government Agency, 2006.

LARA, S., António, *O Interesse Nacional, a política externa portuguesa e a verdadeira causa da decadência dos países peninsulares*, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Boletim nº34, Lisboa, 2007

MAHNKEN, G. Thomas, *United States Strategic Culture*, Defense Threat Reduction Agency, United States Government Agency, 2006.

MENDES, Amado, M. José, *Características Da Cultura Portuguesa*. Alguns Aspectos E A Sua Interpretação, Revista Portuguesa de História, t. XXXI, Vol. I, 1996

PEREIRA, F. Maurício, Kich, Di Francesco, I. Juliane, *The Relation Between The Organizationalculture And The Process Of Startegic Planning: A Case Study In A North American Company*, Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE, São Paulo, v.8, n.2, p.58-79, jul./dez. 2009.

ROCHA, Humberto Santos, Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal, CADERNOS NAVAIS, Nº31 Outubro a Dezembro, Edições Culturais da Marinha, 2009

ROMANA, Heitor, *Apontamentos Sobre Cooperação, Desenvolvimento E Mudança:Um Enfoque Antropológico E Organizacional*, In Estudos Políticos e Sociais, vol.11,nº1/2(1989), p.181-234..

SNYDER, Jack, BALLENTINE, Karen, *Nationalism and the Marketplace of ideas*, *International Security*, Vol.21. Nº 2. pp. 5-40, The MIT Press, 1996.

SNYDER, Jack, *Realism and Domestic Politics: A Review Essay; Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambition*.by Jack Snyder, *Review Fareed Zakaria*, *International Security* Vol. 17 Nº 1 (Summer, 1992). Pp. 177-198, The MIT Press, 1992.

STARR, E., Bradley, *The Struture Of Max Weber'S Ethic Of Responsibility*, *Jornal of Religious Ethics*, p.407-437,

WIRTZ, James, *Strategy in the Contemporary World*, The Institute for Joint Warfare Analysis, Statementa, 1998

TANGREDI, Sam, T. *Beyond The Sea: Naval Strategy For A World Without Navies*, Naval Postgraduate School, Monterey, CA, 2000

Bibliografia Web.

<http://www.priberam.pt/DLPO/vontade> [consultado em 25-01-2014].